



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ORGÃOS HUMANOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1083/04	DATA: 25/8/2004
INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 00h06min	DURAÇÃO: 08h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 8h56min	PÁGINAS: 189	QUARTOS: 107

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO – Ex-Coordenador do MG Transplantes. ÁLVARO IANHEZ – Responsável pela equipe de transplantes do Município de Poços de Caldas. PAULO AIRTON PAVESI – Analista de Sistemas.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.
---------------------------------

OBSERVAÇÕES
Há falha na gravação. Há exibição de vídeos. Há exibição de imagens. Há intervenções inaudíveis. Há oradores não identificados. Houve apresentação de gravação. A reunião foi suspensa e reaberta três vezes.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos, neste momento, os trabalhos da 29ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação de organizações atuantes no tráfico de órgãos humanos.

Comunico a V.Exas. o recebimento, nesta data, de *fax* do Sr. Nivaldo Pereira notificando seu impedimento de comparecer perante esta Comissão devido a compromissos anteriormente agendados e ainda se colocando à disposição para uma futura convocação.

Esta reunião foi convocada para realização de audiência pública com a presença dos Srs. Paulo Pavesi, Analista de Sistemas, Dr. João Carlos de Oliveira Araújo, Coordenador do MG Transplantes, Dr. Álvaro Ianhez, responsável pela equipe de transplante de Poços de Caldas, e Nivaldo Pereira, representante do Laboratório de Anatomia Patológica Restrito, e ainda para deliberação de requerimentos.

Por acordo entre os Parlamentares, vamos ouvir primeiro o Dr. João Carlos de Oliveira Araújo, Coordenador do MG Transplantes. Antes de convidar o Dr. João Carlos Araújo a tomar assento à mesa, solicito ao Secretário da Mesa que conduza os demais depoentes para outra sala, nos termos do art. 210 do Código de Processo Penal.

Convido o Sr. João Carlos Araújo a tomar assento aqui conosco. Sr. João Carlos, boa-tarde. O senhor pode, por favor, ligar o microfone?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Boa-tarde, eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só vou apresentá-lo. O Sr. João Carlos foi Coordenador do MG Transplantes, em Minas Gerais, foi convidado a participar desta CPI, requerimento apresentado pelo Deputado Geraldo Resende, tendo em vista os depoimentos prestados aqui envolvendo a instituição MG Transplantes e MG Sul Transplantes. E nós daremos a oportunidade ao Sr. João Carlos para falar, pelo tempo de até 20 minutos, sobre o MG Transplantes, durante o período em que V.Sa. foi Coordenador do MG Transplantes. Durante esse período, os Parlamentares vão estar ouvindo. Se houver a necessidade, poderemos prorrogar o prazo a pedido do senhor. Caso contrário, depois que V.Sa. encerrar a fala, os Parlamentares poderão fazer algumas perguntas para tirar algumas dúvidas em relação ao depoimento prestado por V.Sa.



Neste momento, eu quero convidá-lo a prestar juramento a esta Comissão.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** – *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: *“Art. 342. Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral”.* Com a palavra, pelo tempo de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, o Sr. João Carlos de Araújo.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu fui Coordenador estadual do MG Transplantes até setembro de 2003, de janeiro de 1999 a setembro de 2003. Portanto, quase 5 anos. Antes disso, eu trabalhei em várias outras funções no próprio MG Transplantes, desde 1992, que foi o ano em que começou a atividade propriamente dita do MG Transplantes, que havia sido criado em 1989. Ao assumir essa coordenação estadual, imediatamente eu reivindiquei a descentralização do serviço do MG Transplantes, que era até ironicamente chamado de BH Transplantes, porque não havia nenhuma estrutura no interior. E a gente tinha, nessa época, vários centros onde havia captação e transplantes de órgãos no interior do Estado. De tal maneira que nós conseguimos, a duríssimas penas, montar uma estrutura mínima, ainda em 2000, em Juiz de Fora, e foi então oficialmente criada, em 2000, foram criados oficialmente a regional Metropolitana, com sede em Belo Horizonte, e a regional Zona da Mata, em Juiz de Fora. Em 2001, finalmente conseguimos também criar, através de ato do Sr. Secretário de Saúde, resolução do Secretário de Saúde, as demais regionais que são as mesmas que existem hoje, ou seja, além da Metropolitana e da Zona da Mata, a regional Norte, a regional Sul, a regional Leste e a regional Triângulo. Essas regionais, até a criação oficial por resolução do Secretário de Saúde, elas não eram credenciadas pelo Ministério da Saúde, pelo SNT, Sistema Nacional de Transplantes. O próprio MG Transplantes, ele só foi credenciado pelo SNT em fevereiro de 2000, ou seja, 3 anos depois da Lei 9.434, que é a Lei de Transplantes. Essas regionais, elas foram muito difíceis de ser formatadas, de ser programadas para funcionar, dada a carência de recursos materiais e humanos para fazê-las funcionar como a gente achava que



tinha que ser o funcionamento delas. Nós levamos mais de 1 ano para conseguir comprar 6 eletroencefalógrafos portáteis, que são aparelhos essenciais para a conformação de morte encefálica, embora o diagnóstico de morte encefálica não dependa de aparelhos. Mas a lei exige que se confirme através de um exame complementar. Então, a rigor, essas regionais todas só foram credenciadas pelo SNT, só estavam todas credenciadas pelo SNT ao final do ano 2002.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Já encerrou sua participação?

**O SR. JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA ARAÚJO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Concedemos a palavra ao nobre Deputado Relator, Pastor Pedro Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. João Carlos Oliveira, boa-tarde.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Boa-tarde.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor iniciou sua coordenação em janeiro de 1999 e até qual mês de 2003?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Setembro de 2003.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Setembro de 2003. Na descentralização, o senhor implantou quantas regionais? O senhor disse, inclusive, os nomes e onde, mas não guardei, quantitativamente.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O MG Transplantes é composto de seis regionais, chamada CNCDO Regionais — Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos: uma metropolitana, com sede em Belo Horizonte, uma Zona da Mata, com sede em Juiz de Fora, uma regional Sul, com sede em Pouso Alegre, uma regional Oeste, com sede em Uberlândia, e a regional Norte, com sede em Montes Claros.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. João Carlos, como funciona a Central Estadual de Transplantes em Minas Gerais em relação ao aproveitamento de órgãos do âmbito estadual?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Os transplantes de rins e de córneas existem em todas as regionais. Os transplantes de fígado, de coração e de rim/pâncreas simultâneos só em Belo Horizonte. Os órgãos captados no interior devem prioritariamente ficar no interior, à exceção de quando a captação de rins é



no interior, um dos rins vai para transplante duplo de rim/pâncreas em Belo Horizonte, porque a lei prevê que o transplante duplo tem prioridade. Mas conseguimos fazer um acordo com as equipes de que, pelo menos, um rim ficasse no local de captação, na regional de captação.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Há uma previsão, em alguma situação, de os órgãos serem enviados para outros Estados, e em que circunstâncias?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Existe uma Central Nacional que coordena o possível envio de órgãos para outros Estados. Isso quando não houver possibilidade de aproveitamento dele dentro do próprio Estado. E, independente disso, quando há emergência, a situação clássica é emergência para transplante de fígado, numa condição chamada hepatite fulminante em que o paciente tem 48, 72 horas de tempo só. Então, a Central Nacional, a sede é aqui no aeroporto de Brasília, está em contato com todas as Centrais Estaduais e visa, então, poder, no âmbito nacional, fazer uma captação mais urgente. Afora isso, os órgãos devem ficar no próprio Estado.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - No caso de envio desses órgãos para outros Estados, existe uma logística, existe capacitação, no caso da Central de Minas Gerais, para esse envio? Em que circunstância? Que tipo de transporte é usado?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O transporte que é usado para esses órgãos, cuja viagem é, digamos assim, supervisionada pela Central Nacional, é via aérea. Frequentemente, a CNCDO de destino mobiliza um avião do Governo, uma coisa assim, porque a lei prevê que se utilize aviação comercial, mas é inviável. Não há tempo, não há vôo na hora. É complicado.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Em razão disso tudo, na história do tempo que o senhor passou quase 4 anos dirigindo a MG Transplantes, houve muita perda de órgãos importantes que não foram aproveitados e enviados em razão dessa precariedade de transporte?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não. Nos quase 5 anos, e posso dizer antes também, porque, antes, fui Coordenador de Núcleo de Rim, não houve perda de órgãos. No caso de Poços de Caldas, houve uma falha, parece-me que era uma Sexta-feira da Paixão, houve dificuldade de comunicação, a equipe de



Poços de Caldas, depois, quis justificar as dificuldades de comunicação, e não é comum, não foi comum a dificuldade de comunicação, não me lembro de ter ocorrido outras vezes, e, por causa disso, as córneas foram enviadas para Campinas, não é isso?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - É.**

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Isso foi uma falha, que nós chamamos a atenção da regional de que não poderia ter ocorrido. Uma vez existindo uma lista única estadual, órgãos e tecidos, no caso de córnea, córnea, é um pouco diferente, porque não depende de doação de múltiplos órgãos, de morte encefálica, é bem mais simples. Mas, ainda assim, mesmo sabendo que elas foram devidamente transplantadas, 2 pacientes foram beneficiados, estava fora do Estado e a nossa lista é lista única estadual. Funciona desde que assumi. Trinta a sessenta dias depois, essa lista única estava implantada no Estado todo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Isso nos leva a refletir, porque, como se tornou mais fácil adquirir um transporte e enviar essas córneas para Campinas, mais fácil do que falar com a direção do MG Transplantes? De fato, a colocação de V.Sa. é muito rica, porque isso nos tem causado profunda reflexão. Como foi mais difícil falar com a MG Transplantes para direcionar essas córneas do que arranjar um transporte para enviar para Campinas? E isso nos causa espécie. Temos observado isso.

Dr. João Carlos, há a possibilidade de esse encaminhamento para outro Estado ocorrer de modo regular, mesmo havendo lista de receptores no Estado?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, eu não sei de nenhum outro caso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Como funciona o relacionamento da Central Estadual de Transplantes de Minas Gerais com as Centrais Regionais? Por exemplo, o senhor ficou satisfeito quando implantou as regionais ou havia precariedade em termos de estrutura, de pessoal técnico?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Havia e provavelmente há. Digo provavelmente porque, desde setembro do ano passado estou afastado e não tenho participado das atividades do MG Transplantes. Mas havia muita precariedade, muita precariedade. Nós nunca conseguimos montar a equipe que



tinha de ser montada, nunca conseguimos fazer com que as regionais todas tivessem uma estrutura funcionando ininterruptamente durante 24 horas.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - A precariedade era mais em termos de aparelhagem e instrumentação ou de pessoal?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Mais em termos de pessoal, de viaturas, de motoristas e, principalmente, de médicos, médicos, auxiliares, pessoal de serviço social ou de enfermagem ou psicólogo. A equipe, que a gente achava que tinha de ter uma equipe núcleo, nunca foi completada em nenhuma dessas regionais.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Isso causa certa frustração, ansiedade naquele que coordena, naquele que dirige.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Muita, muita frustração, muita ansiedade, muito *stress*, que acaba resultando em problema de saúde para a gente, com certeza.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Eu imagino. Dr. João Carlos, nesses meses em que estamos envolvidos, no meu caso particular, com a CPI, lendo cada caso, ouvindo os convocados ou convidados, as testemunhas, tenho observado que, se somos o segundo País que mais transplanta, e muitos transplantes muito bem sucedidos, que gastamos boas somas na propagação da importância de transplantar, de doar, vejo que o principal problema, afora outros, embora estejamos aqui procurando descobrir se há, de fato, ou a que nível é o tráfico de órgãos na Nação, o que mais tenho observado, eu particularmente, é essa precariedade da estrutura, de haver, de fato, estrutura capaz de atender a todas as situações, tanto internamente naquela Comissão intra-hospitalar, que é uma dificuldade enorme, e a própria estrutura, a logística do hospitalar, afora essa externa de enviar o material.

Tenho dito, Deputado Geraldo Resende, Deputado Geraldo Thadeu, que se tivesse mais disposição, vou dizê-lo, solicitaria a CPI dos hospitais, não por desconfiança de qualquer coisa, mas no intuito de ajudar a que os hospitais, de fato, alcancem a estrutura de que precisam. Porque vejo que o senhor não é o primeiro que confessa essa frustração.

Quais as regras de aproveitamento dos órgãos captados em um local em face das listas de receptores no âmbito regional e estadual?





**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Deixa eu falar uma coisinha sobre Comissão Intra-hospitalar de transplante.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Pois não. É bom.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Isso, quando veio, veio como uma idéia muito boa, porque esse é o modelo espanhol. Copiamos muita coisa do modelo espanhol, que é o mais bem-sucedido do mundo. A gente achava que isso seria uma maneira de ter sempre dentro do hospital pessoas envolvidas com captação de órgãos, fazendo contato com familiares de potenciais doadores, etc. Mas essas comissões intra-hospitalares nunca saíram do papel, porque não foi previsto o pagamento para esse tipo de trabalho. Os hospitais não se dispõem a arcar com esse custo, pagar os médicos para ficarem fazendo esse trabalho lá dentro. Então, elas nunca saíram do papel. A pergunta do senhor é: como se disponibilizam os órgãos...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Vou fazer um comentário, ainda, vendo essa sua colocação — desculpe-me, Sr. Presidente, se estou me alongando, mas a minha intenção é cooperar —, ontem, este Relator e o Presidente, Deputado Neucimar Fraga, estivemos conversando com o Coordenador Nacional do Sistema Nacional de Transplantes, e nós notamos que o foco, a intenção, o esforço dele é ver se consegue, na gestão dele — que eu perguntei quanto tempo seria, e ele disse: “*depende do acerto*” —, que funcione, que dê viabilidade a estas comissões, para que, de fato, os transplantes possam fluir de forma mais livre, mais completa e mais segura, livre dessas coisas que a gente está encontrando.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - E temos um belo exemplo de como isso pode ser providencial. Em Belo Horizonte, nós conseguimos, depois de 2 anos de luta e de cobrar promessas de uns, promessas de outros, que no Hospital João XXIII, que é o principal hospital de pronto-socorro e a principal fonte de captação de órgãos de Minas Gerais, que fosse montada uma equipe médica, em plantão permanente, para fazer manutenção de potenciais doadores. Essa equipe, hoje, se chama Equipe de Valorização da Vida. Porque aqueles potenciais doadores, se tiverem a mínima chance de serem recuperados, ou seja, se eles não forem, não se tornarem doadores, eles estarão tendo muito boa assistência, uma assistência de padrão de tratamento intensivo. E, caso se confirme a morte encefálica, essa mesma equipe, que é composta principalmente de intensivistas,





ficará encarregada de fazer a manutenção desse potencial doador para preservar os órgãos.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Certo.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Uma vez que a vida já não é possível, preservar os órgãos e possibilitar bons transplantes. Isso não só melhorou a qualidade dos órgãos, a qualidade dos transplantes, o prognóstico, os resultados, como melhorou quantitativamente, porque, dentro do próprio hospital de pronto-socorro, onde, às vezes, passava um caso de possível doador, deixou de... Este, graças a Deus, foi a minha última contribuição para o sistema. Nós conseguimos colocar isso para funcionar em julho do ano passado, em setembro eu me demiti.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Muito bem. Eu perguntei ao senhor o seguinte: quais as regras de aproveitamento dos órgãos captados em um local, em face das listas de receptores de âmbitos regional ou estadual? Quais as regras de aproveitamento dessa captação, quando existem receptores em âmbitos regional e estadual?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - As listas de córnea... as listas de espera para transplante de córnea são, principalmente, por ordem de inscrição. E tem dezenas e dezenas de oftalmologistas e de instituições. Às vezes, o oftalmologista sai de férias, se licencia, suspende, lá, durante 1 semana ou 15 dias, e, eventualmente, aquele paciente dele pode deixar de ser contemplado. Mas no retorno dele, a primeira captação irá... Ou seja, às vezes, as pessoas podem perder alguns dias, mas não perdem, digamos assim, uma distância grande na fila. As listas de coração, de pulmão e fígado são por tempo de inscrição, respeitados os critérios de urgência. Os critérios são bem estabelecidos. Há várias equipes. Uma fiscalizam as outras, não tem perigo de haver favorecimento. E a lista de rins, que é a maior de todas — porque a lista de rins é uma lista considerada, tecnicamente, impossível de acabar com ela, porque muitos pacientes sobrevivem em hemodiálise —, essa lista, historicamente, era por ordem de inscrição, depois houve uma ordem. Isso variava no País, nos Estados. No País e até no mundo todo. Houve inscrição por ordem de tempo de diálise, etc. Nós instituímos — uma coisa que era prevista na legislação — a distribuição por critério imunológico: o rim vai para o receptor que tiver melhor identidade com aquele doador. Isso melhora os resultados, tornou democrático, imparcial e justo o sistema de distribuição.



**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Doutor, isso não abre espaço para uma possível — vou usar esse termo — maldade, dessa visão que nós estamos tendo de descobrir se há ou não há tráfico de órgãos, por esse sistema imunológico, já que pode saltar? Por exemplo, aqui na lista tem 6. Imunologicamente, só deu bem o 6º. Então, ficaram 5 naquele interregno. Isso não causaria um espaço, uma facilitação para...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Não?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, e vou explicar por que: a pontuação para o rim é feita com sistema imunológico, tempo de inscrição, grupo sanguíneo, fator Rh, mas a identidade imunológica é o grande peso, é o que define. O resto, toda a contagem é muito pequena. A identidade imunológica é em número de identidades: H; LA; B e DR, e o computador dá o resultado, a melhor identidade. Dá de 10 pacientes, porque são 2 rins, e normalmente se faz 5 testes para cada rim. O primeiro da lista só não será contemplado... ou melhor, os 2 primeiros da lista só não serão contemplados se eles, por algum motivo, estiverem impossibilitados de serem transplantados naquele momento. Existe a norma de se inativar os pacientes na lista quando tem uma intercorrência que inviabiliza o transplante, temporariamente. Mas, às vezes, os serviços demoram um pouco e até têm o problema prático de, de repente, um paciente pode ser contemplado, mas, de anteontem para cá, ele está com um quadro gripal muito forte, uma pneumonia, uma infecção qualquer, então aí vai para a frente. O que a gente tem de lamentável, a gente discute isso todo o dia — eu sou nefrologista, trabalho com pacientes de hemodiálise — é que a portaria de hemodiálise tornou a diálise no Brasil uma diálise muito boa, uma diálise equivalente à de Primeiro Mundo, com índice de mortalidade anual, no mínimo, igual a dos países de Primeiro Mundo. Melhor, na verdade, do que muitos deles. Mas acontecia, e certamente deve estar acontecendo, de paciente ser contemplado e ter que ir para o transplante ou ter que ser recusado pela equipe, ou ter que ser deixado — não indicado, pela equipe que cuida dele —, porque esses pacientes de hemodiálise têm dificuldade de acesso a tratamento dentário. A portaria de hemodiálise é muito boa, mas, no resto, o paciente é o mesmo paciente de saúde pública no Brasil. Ou seja, ele tem dificuldade de atendimento a tratamento dentário, ele tem dificuldade de fazer uma endoscopia digestiva, ele tem dificuldade



para fazer uma tomografia, ele tem dificuldade para uma avaliação ginecológica, para uma avaliação proctológica, para uma avaliação urológica. Então, hoje, eu mantenho contato com associações de pacientes e estou acostumado dizer a eles — como falo também para os nefrologistas, para os chefes de serviço, falo para o pessoal da saúde pública —, o pessoal, para não perder uma chance, tem que estar 100%. E tem exames que têm que ser feitos... Porque a gente faz nos pacientes que estão em hemodiálise — todos são testemunhas — paratormônio de 6 em 6 meses, para a gente poder diagnosticar e tratar doença óssea, complicação da insuficiência renal. O paratormônio custa caro para o sistema; a gente faz sorologia para hepatites virais. Fazia-se mensalmente, agora, parece, vai ser bi ou trimestralmente. Custa caro. E, no entanto, não se consegue consulta de urologista para o paciente ou um ginecologista, o que reflete deficiência do sistema de atendimento do SUS, parece que no País todo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. João Carlos, o que faltaria: uma legislação ou uma ação administrativa?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu acho que uma ação administrativa, acho que não precisa de legislação. O SUS é atendimento universal. Agora, os pacientes... alguém poderia dizer: se é difícil para todo o mundo, por que eles serão privilegiados? Eles não serão privilegiados. Eles já têm um problema que os torna, muitas vezes, dependentes. Então, tem que ser facilitado para eles. Da mesma maneira que o Governo interveio na questão da portaria, depois daquele lamentável acidente de Caruaru, houve a intervenção, a portaria teve muita resistência, mas acabou sendo imposta. Isso, felizmente, melhorou a assistência nefrológica.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. João Carlos, nós estamos falando sobre lista, conhecemos as listas nacional, regional e estadual. Em que circunstância o médico pode lançar mão de uma lista municipal?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não existe. A legislação prevê que podem haver centrais municipais, organizações municipais. Neste caso, a organização municipal ficaria vinculada a uma regional; a regional, por sua vez, fica vinculada à estadual. Eu até acho — já tive oportunidade de manifestar isso em antigas reuniões no Ministério da Saúde, no SNT — que o futuro da CNCDO no Brasil pode seguir um caminho semelhante ao que seguiu o SUS: o SUS,



inicialmente, era centralizado, foi descentralizado para os Estados; dos Estados, para os Municípios, que se tornaram autônomos— este é o termo, ou alguma coisa parecida —, plenos. Eu acho que o CNCDO deveria ser assim, porque dentro da própria comunidade não vai faltar córnea. Numa comunidade, por pequena que seja, não pode nunca faltar córnea, não pode ter lista de espera para córnea. Agora, se isso fica a cargo de uma organização estadual, ali no Município falta o estímulo, a motivação, não é verdade?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO - É.**

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Então, eu acho que a CNCDO, provavelmente, vai passar por um caminho, sim: um dia, vai chegar a ser municipal.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Mas, no momento, qualquer ação nesse sentido é ilegal, de lançar mão de uma lista municipal?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não. Não existe listas municipais.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Doutor, como é o processo de autorização de funcionamento das centrais regionais? Para autorizar uma central, o que precisa, o que exige?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - As centrais regionais precisam ter, primeiro, equipes capazes de realizar retiradas de múltiplos órgãos e transplantes. Em segundo lugar, elas devem chegar ao ponto de estabelecer as suas próprias listas, listas únicas regionais; depois, ela tem que ter prestadores de serviços, seja equipes transplantadoras, sejam hospitais credenciados pelo Ministério, através de inspeção, vistoria, vigilância sanitária, etc.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Muito bem.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Também se exige que seja representativa de uma população, que seja uma região. A lei previa que, para haver uma regional, essa regional teria que englobar pelo menos 6 milhões de habitantes. Isso foi feito baseado numa realidade do Paraná, que foi dividido em 2 regionais. Quando nós fizemos as nossas regionais, só o Paraná tinha essa divisão. Mas nós entendemos que Minas tinha que ter, pelo fato de o Estado ser grande e ser desigual, muito desigual. Nós temos o Estado... e eu não conhecia o Estado, viajado o Estado todo, até que eu fui obrigado, por dever profissional. A gente fica muito impressionado com as desigualdades. Então, eu tentei convencer o pessoal do SNT



que a nossa... nós fizemos um estudo demográfico e geográfico que resultou, afinal, na criação daquelas 6 regionais... O SNT não concordou formalmente, mas nós falamos: mas nós estamos nos organizando para as regionais, que vão ter de 2 a 3 milhões de habitantes. Se for 6, não tem jeito. Se nós juntarmos o Norte...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Área geográfica enorme.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Fica a metade do Estado.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Inalcançável.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Inalcançável. Então, eles tiveram que ceder e aceitar. Com isso, nós ficamos com um número muito parecido de cidades dentro de cada regional. E a área geográfica, evidentemente, tem diferença. A regional norte continua sendo muito grande, mas também só tinha um hospital transplantador.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. João Carlos, o senhor emitiu algum documento ou teve alguma conversa com o Dr. Álvaro Ianhez, reconhecendo a MG Transplantes, não obstante a ausência de um ato oficial de credenciamento?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, o que aconteceu no caso foi antes da minha atuação como coordenador estadual. Eu sei, eu tenho conhecimento, eu vi um documento, eu vi cópia de um documento em que os antigos coordenadores, que eram 2, por uma situação anômala. O Dr. Herculano Mourão Salazar, que era coordenador desde 1992, ao final de 1998, estava gravemente doente. Então, foi colocado um assessor que passou a ser de fato coordenador, que foi o Dr. Estevam de Aquino Viotti. Os 2 assinaram um documento designando o Dr. Álvaro como coordenador dessa regional Sul. O que sei é que o Álvaro era chefe de uma equipe que era a única equipe que fazia captação e transplante no sul de Minas.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Esse documento já dizia, que a designava como MG Sul Transplantes. Era essa a denominação, não sei a razão social ou o nome de fantasia da...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu não lembro de que ele designasse, não. Eu me lembro, para ser o coordenador de plano de transplantes na região sul.



**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor tinha conhecimento do funcionamento da MG Sul Transplantes?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu tinha conhecimento do funcionamento da equipe de transplantes do Hospital da Santa Casa, chefiada pelo Dr. Álvaro. E tinha conhecimento disso há longos anos. Eu sabia que era uma equipe que tinha feito muito mais do que uma centena de transplantes. Era uma equipe que tinha um bom conceito. O Dr. Álvaro como médico, um bom conceito, toda a equipe, como equipe transportadora, muito bom conceito.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Essa colocação é muito clara que o senhor faz com referência à equipe. De fato, nós temos dados e conhecemos a equipe. Agora, quanto que essa equipe trabalhava sobre a égide da MG Sul Transplantes, o senhor não tem conhecimento?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, essa questão desse MG Sul Transplantes foi na época em que vieram os problemas, afloraram os problemas, que a gente ficou sabendo que eles estavam usando esse impresso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É porque, se não estou enganado, Dr. João Carlos, acho que tenho aqui, havia o impresso da própria Secretaria de Saúde do Estado, e a palavra em baixo, MG Sul Transplantes. Eu acho que tinha algum documento...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É, mas isso não foi de Belo Horizonte para lá não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Não, não é?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Posso estar enganado, mas eu nunca tive conhecimento disso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Está bom. Obrigado, Sr. Presidente, eu estou satisfeito. Obrigado, Dr. João Carlos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Dr. João Carlos, pelas respostas que o senhor já deu, muitas coisas o senhor já clareou a nós.

Eu gostaria de perguntar ao senhor há quanto tempo o senhor é médico.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu vou fazer 35 anos em dezembro.





**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Quando o senhor fez a graduação, a pós-graduação, se o senhor tem doutorado e mestrado?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu fiz o mestrado até a última semana, até o último mês. Eu não tenho mestrado. Eu fiz um mestrado longo e difícil na UFMG, de Medicina Tropical, mesmo sendo nefrologista e mesmo sendo clínico geral, eu fiz residência de clínica médica 2 anos antes, lá na própria UFMG. E fiz um mestrado que saiu frustrado no final por causa de doença na família. Houve um prazo final depois de 5 anos de batalha. Aí depois tinha 15 dias para terminar e eu não tive condição.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor é nefrologista há quantos anos?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu me formei em 69, fiz residência de clínica médica em 70, 71 e de nefrologia em 72, 73.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Todas na Universidade Federal de Minas Gerais?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Todas na UFMG.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Certo. Nefrologista, então, o senhor já é há mais de 30 anos.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Há mais de 30 anos.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor tem um serviço em Belo Horizonte?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu participo de um serviço. Eu participei de um serviço pioneiro no Hospital das Clínicas. No Hospital das Clínicas, tivemos que sair com o serviço de diálise por causa da impossibilidade do sistema público repor equipamento de diálise, na época não era previsto. Então, fundamos o serviço da Santa Casa no São Lucas. Em 1988, nós saímos de lá e fundamos um serviço no Hospital São Francisco, onde permaneço até hoje. É um serviço de hemodiálise e de transplantes.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor foi... pela fala do senhor, o senhor foi responsável pela Central Estadual de Transplantes de Minas Gerais.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Central Estadual de Captação e de Distribuição de Órgãos.





**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Distribuição de Órgãos de Minas Gerais. Esses nomes mudam conforme o Estado.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É porque MG Transplantes, na verdade, era um nome que existia antes. E o MG Transplantes foi credenciado como a CNCDO de Minas Gerais. Então, na verdade, nós não lidamos com transplantes.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Então, o senhor foi desde 89 a...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - De 92 a 2003 trabalhei na MG Transplantes. De 99 a 2003, como coordenador estadual.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Certo. O senhor passou por 2 Governos então?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Dois Governos. E passei inclusive, no primeiro ano, por um Governo em moratória, as coisas extremamente difíceis.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Então, a indicação do senhor, pelo que me parece, não foi uma indicação política, foi uma indicação técnica, por conhecimento, por mérito.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu quero crer que sim. Sem falsa modéstia.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor está aqui, convocado por uma CPI que trata de tráfico de órgãos. O senhor teve, durante todo esse tempo, 5 anos, em Minas Gerais, que é um dos Estados que tem oitocentos e poucos Municípios, um dos maiores Estados, um dos Estados mais importantes, o senhor tem conhecimento de algum caso, em Minas Gerais, de tráfico de órgãos?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Nunca, em todos os tempos. O transplante em Minas Gerais começou em 69, no Hospital das Clínicas, eu estava formando na época, foi em dezembro de 69, todos os outros, do segundo em diante, eu tive, de alguma forma, estive perto. Nunca tive a menor notícia. Ao receber esse convite, pensei que era uma CPI que tratasse daquele tráfico humano que houve, que os jornais noticiaram, que houve em Pernambuco, para a retirada de rim no exterior, parece que na África do Sul e etc.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Então, o senhor não tem conhecimento, durante os 5 anos que o senhor foi coordenador da Central de



Captação e Transplantes de Órgãos, em Minas Gerais, o senhor não teve conhecimento em nenhum momento de tráfico de órgãos?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Nunca soube.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - E enquanto profissional também, que é médico, teve algum conhecimento antes de ser coordenador?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu nunca tive conhecimento sequer de uma suspeita disso, até porque, se eu tivesse conhecimento de uma suspeita, eu teria que ter agido.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor conhece o caso Poços de Caldas, do infausto acontecido com o menor Paulo Pavesi?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor era coordenador estadual nessa época?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Sim, era.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor era responsável pela central de Minas Gerais quando aconteceu esse infausto lá em Poços de Caldas?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Qual é a percepção ou como que o senhor abordaria esse caso?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Olha, isso aí não é opinião pessoal. Dentro do serviço público, a gente tem medidas administrativas pertinentes. Quando houve dúvida, quando se levantou dúvida sobre correção dos procedimentos, nós pedimos uma auditoria. A Secretaria de Saúde fez uma auditoria e essa auditoria, o resultado que ela nos levou é que havia uma certa desorganização, arquivo, papéis que deviam estar no serviço de arquivo médico estatístico do hospital estariam lá no grupo de consultórios, coisas de organização, mas absolutamente nenhum indício de tráfico de órgão ou de coisa parecida. Alguma coisa grave.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Pergunto também ao senhor: a construção do Sistema Nacional de Transplantes, que tem toda essa singularidade das divisões de tarefas nos Estados... Há Estados que tem a divisão, como Minas Gerais, ou seja, varas regionais; há Estados como o meu, onde há só uma central para todo o Estado, já que é um Estado pequeno — sou de Mato Grosso do Sul...



Eu gostaria de perguntar ao senhor como encontrou, já que o senhor foi durante 5 anos coordenador, o serviço de transplante de Minas Gerais? E, nesses 5 anos, quais os avanços que se obtiveram, apesar de o senhor já ter dito — e isso é importante que todos nós compreendamos — que o sistema de transplantes no País, hoje, está em construção, assim como o SUS também está em construção?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Logicamente, com os conhecimentos que vamos adquirindo, com aquilo que é apontado de debilidades, que vamos superando... Ontem mesmo tivemos aqui discussão sobre a Emenda nº 29, que tem hoje toda essa discussão de Estados que não estão fazendo a sua aplicabilidade; hoje teve discussão na Comissão de Seguridade Social. Eu gostaria de perguntar a visão que o senhor tem dessa construção, de como o senhor avalia o momento em que o senhor chegou, o trabalho passado, o trabalho que o senhor executou e as tarefas executadas, para a gente poder cada vez mais aprimorar, partindo do modelo de Minas Gerais e partindo também dessa compreensão das dificuldades que nós, paulatinamente, vamos ter de superar para transformar — e já vimos aqui em vários debates que, em vários componentes do Sistema Único de Saúde, somos exemplo para o mundo todo e que, nos transplantes, também estamos avançando, e vamos avançar, mesmo com as debilidade e dificuldades que o senhor já colocou de montar as equipes intra-hospitalares de captação de órgãos, as dificuldades materiais, porque somos um País que, com toda essa complexidade... O senhor mostrou mesmo que, se sairmos de São Paulo e formos para o Nordeste, a gente sabe muito bem de toda a dificuldade; se sairmos de Minas Gerais mesmo, da região do Triângulo Mineiro para a região do Vale do Jequitinhonha, vamos encontrar mundos totalmente diferentes.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Outro mundo.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Então gostaria de perguntar para o senhor — e vi o Relator fazer alguns questionamentos — até no sentido de o senhor apontar caminhos para que o Relator possa, dentro do relatório, apontar propostas para podermos tirar desta CPI, inclusive modificar a legislação. O senhor falou das dificuldades que têm os renais hoje no País todinho — e eu também vivenciei isso quando gestor estadual de saúde no Mato Grosso do Sul —, e a gente



precisa dar um tratamento diferenciado para essas pessoas no sentido de que elas são diferentes.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Sem dúvida. Exatamente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Elas são diferentes por causa da complexidade das patologias que as acometem. Então, gostaria de que o senhor fizesse um apanhado.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Essa é a minha visão. Em 1999 era uma época, do ponto de vista dos transplantes, que eu diria de “crise” — entre aspas —, porque estávamos saindo de um sistema antigo, que era um sistema muito baseado em iniciativas próprias de equipes transplantadoras, ou de alguns hospitais universitários, ou de alguns grupos fora do ambiente universitário, até fora das grandes Capitais, que já existiam. Historicamente, desde a década de 80, a gente já tido transplantes de rins em Montes Claros, em Poços de Caldas, em Juiz de Fora, em Uberaba. Então, foi uma época de implantação de um sistema que já chegou com uma lei pronta. Então, se a gente fosse pegar a letra da lei que estava ali, tinha de parar tudo porque, naquele momento, não tinha ninguém credenciado, todas as equipes teriam de ser credenciadas. Então, a gente teve de correr atrás para as equipes se credenciarem. Aí, tem que demonstrar qualificação profissional de cada componente da equipe, tem que demonstrar capacitação das instituições hospitalares, inclusive, havendo uma sobrecarga imensa de trabalho para as vigilâncias sanitárias, porque todos esses serviços tiveram de ser visitados e avaliados, e a ordem que vinha de Brasília, nunca por escrito, mas era assim: *“Não é para parar nada. É para regularizar. Vamos regularizar o mais rápido possível, mas não é para parar nada”*. Porque não podia haver um hiato de 6 meses, 1 ano, na captação de órgãos e no transplante quando tantas pessoas estavam precisando com urgência de um transplante do coração...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só um aparte, Deputado. A ordem vinha de quem?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Isso era do SNT, coordenador do SNT...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas a ordem não vinha por escrito. Vinha através do quê? Por telefone?



**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, não. Por telefone, contato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas de quem vinha a ordem?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Dos coordenadores, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas qual o nome deles?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O coordenador do SNT, durante esse tempo, primeiro foi o Dr. João Batista. Não me lembro o sobrenome. Depois, a Dra. Rosana Nothen. Depois, ficou muito tempo sem coordenador, mas quem respondia era o diretor da SAS, que era o Dr. Beltrame e depois veio o doutor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Na sua época, quem...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu peguei todos esses.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E quem que ligou para o senhor e disse isso: que não era para parar nada?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, nunca era ligado para mim para falar isso. As coisas eram ditas de maneira informal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas como chegou até o senhor essa informação? Que vinha de Brasília essa ordem?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É porque a gente tinha contato telefônico todo dia, com várias pessoas ao mesmo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, com quem o senhor falava no telefone?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Com o coordenador.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas qual o nome desse coordenador?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Desses coordenadores. O primeiro deles era João Batista. Não me lembro o sobrenome.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, foi João Batista que disse para o senhor...?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu não me lembro com qual deles, mas eu ouvi várias vezes isso. Eu falava: *"Mas, gente, mas está tudo muito*



*difícil. Vocês têm que fazer”... “Não, não tem que parar. Tem que fazer o possível para regularizar”.* Isso foi dito dessa maneira por várias pessoas, várias vezes. Eu não saberia dizer com certeza qual deles eu poderia responsabilizar por isso.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O Dr. Diogo Mendes.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Diogo Mendes, que foi, por sinal, uma coordenação muito boa, bastante democrático, disponível o tempo todo, porque antes dele, a gente teve um período que era o próprio Dr. Beltrame, ele ficou sem o coordenador. Ele mesmo é que deveria responder, só que ele nunca tinha disponibilidade. O Diogo foi muito bom para o sistema. Dedicção integral, qualquer hora do dia ou da noite a gente conseguia falar com ele. Foi muito bom. Deu um avanço muito grande. Então, nós tínhamos que fazer um diagnóstico da nossa situação. A nossa situação é o seguinte: nós estávamos, naquela altura, em 1999, nós estávamos restritos à Belo Horizonte. Então, fizemos o estudo da descentralização e submetemos ao Governo. Só que era ano de moratória, não se tinha dinheiro para nada. Não se conseguia sequer montar a equipe de Belo Horizonte, do MG Transplantes, para funcionar 24 horas por dia, 30 dias por mês. No ano 2000, as coisas começaram... A duríssimas penas, a gente conseguiu a conta-gotas. E a última coisa que a gente conseguiu foi o credenciamento das regionais, mas ainda com equipes incompletas, que eu acredito que elas possam estar incompletas até hoje, elas possam estar ainda sem capacidade para funcionar 24 horas. Elas talvez estejam sem automóvel à disposição para rodar entre as cidades de uma mesma regional. Agora, transporte aéreo não faltava mais. Não dou notícia hoje. Provavelmente, a situação está boa. Não faltava. Nós jamais deixamos de captar órgão, em Minas Gerais, por causa de transporte aéreo, até porque houve o caso de um transporte inviável, de uma busca inviável em Santa Catarina. Deu muita repercussão na imprensa. Então, isso aí, a pressão foi boa, pelo menos dentro do Estado, como é previsto na legislação, pelo menos dentro do Estado não faltasse transporte aéreo.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - As debilidades que o senhor encontrou não são só também de pessoal humano. Houve debilidades que foram sanadas, algumas delas, outras ainda a serem sanadas por quem substituiu, recursos também materiais, equipamentos.





**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Nós brigamos durante mais de um ano para conseguir fazer a compra dos eletroencefalógrafos portáteis que são essenciais ao funcionamento de cada regional. Seis eletroencefalógrafos custavam cerca de 30.000 reais cada um. Parecia que era a coisa mais difícil do mundo. Foi muita luta para conseguir isso.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Voltando ao caso de Poços de Caldas, o senhor disse que fez uma auditoria, que apontou irregularidades pequenas.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É, nada que, do ponto de vista....

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - E o senhor diz, também, ao longo do tempo... E hoje há uma manifestação de uma parcela substantiva de pessoas que vieram de lá e estão aqui demonstrando o apreço ao serviço que lá, então, existia; e esse caso teve uma repercussão nacional, inclusive hoje volta a ter essa repercussão. Gostaria de perguntar ao senhor: na auditoria, foram constatadas quais tipos de irregularidades e o que foi apontado para superá-las?

E outra questão, também, que me vem à mente e que eu gostaria de perguntar para o senhor, é porque Poços de Caldas dista cerca de 160 quilômetros de Campinas — cerca de uns 450, 500 quilômetros de Belo Horizonte. Lá houve a utilização das córneas de um paciente, menor, de Campinas. Isso não se deu também pela proximidade ou pela dificuldade de contactar lá com a central em Belo Horizonte? Porque, houve, na minha época... Eu, enquanto Secretário de Saúde, lembro-me de um caso, no qual fui chamado a intervir, porque era um transplante de córneas, em Campo Grande, no qual a equipe que estava de plantão queria furar a fila, e eu determinei que essas córneas... para que não se furasse a fila, para preservar a fila que, para mim, é sagrada. Eu intervim e liguei para o Dr. Diogo Mendes. E, em vez de fazer o transplante em Campo Grande, onde a equipe estava se recusando, sob pena de eu descredenciar a equipe — porque podia também acontecer isso; mas, no outro dia, tomamos a decisão de chamá-la e de enquadrar essa equipe —, por causa da urgência, eu remeti essas córneas para o Doutor Diogo Mendes para transplante aqui em Brasília. Não poderia acontecer uma similitude desse caso de ter utilizado essas córneas em....





**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não. Eu acho que não se justificava, em hipótese alguma, mandar essas córneas para Campinas. Elas poderiam ser mandadas para Belo Horizonte, até de ônibus. Nós tínhamos, com absoluta segurança, telefonista a noite toda, para receber comunicação, e muito provavelmente mandaríamos um automóvel lá buscar essas córneas. E a córnea não tem urgência; quando é retirada, ela não é colocada no meio de preservação. No meio de preservação, pode ficar até mais de uma semana, mas, na câmara úmida, ela pode ficar — não é muito a minha área, e eu nunca me envolvi tanto, porque tinha 2 colegas, funcionários desde o primeiro dia da MG Transplantes, os quais cuidavam plenamente da parte de córnea —, parece, 48 horas na câmara úmida, uma coisa assim. A meu ver, não se justificava. E eu manifestei isso na época.

**(Não identificado)** - No líquido de preservação, até 12 dias.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - No líquido de preservação, 12 dias. Mas, quando ela é coletada, ela não é colocada no líquido de preservação, por quê? Porque, ele custa muito caro. E, se ela tiver um defeito e não for aproveitada, perde-se o líquido. Então, ela é colocada, primeiro, em câmara úmida e geladeira 24 ou 48 horas. Aí ela é examinada e, uma vez viável, ela é colocada no líquido de preservação. E aí esse transplante pode ser feito com muita calma.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Só para finalizar, acho que vamos ter que ouvir mais 2 depoimentos, gostaria de perguntar se o senhor tem dados que possam nos mostrar a situação, o retrato do transplante de Minas Gerais, hoje, no tocante a todos esses anos, o evoluir deles, desde quando o senhor assumiu de 1989 a 2003; em todas as suas especificidades, ou seja, transplante de rim, quantos transplantes se faz, anualmente, em Minas Gerais. E também esmiuçando, através das Regionais de Minas Gerais, transplante de fígado, transplante de córnea, transplantes duplos. O senhor tem esses dados para nos remeter?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu estou com a memória muito ruim; ainda é conseqüência de estresse prolongado; ainda é, com certeza. Mas, durante os anos de 1999 a 2003, tivemos um crescimento acentuado no número de captações e no número de transplantes. Houve ano em que esse crescimento foi da ordem de 28%, e houve anos em que foi vinte e poucos por cento. Certamente, foi



um aumento superior a 20% ao ano. Em alguns anos, houve um incremento grande graças à melhora da captação de córnea; e, em outros anos, houve um aumento real na captação de múltiplos órgãos e etc. O transplante de fígado começou, salvo engano, em 1993. De lá para cá, ele cresce ano a ano. O transplante de pâncreas e rim, e pâncreas isolado, em 2000/01, cresce ano a ano. Eu tenho notícias de que estava indo tudo muito bem este ano. E por quê? Porque o Ministério colocou uma campanha na televisão, porque um ator da *Rede Globo* teve um transplante bem-sucedido de coração. Se há anos atrás, o transplante do Mussum, da trinca Mussum, Didi e Dedé, do quarteto, tivesse sido bem-sucedido, a história dos transplantes no Brasil seria outra. O exemplo é esse ator, uma pessoa conhecida, que está fazendo um trabalho de conscientização na televisão. Isso pesou muito. Então, tivemos resultados muito bons. Agora, hoje, o *Estado de Minas* tem uma notícia assim: “*Crise na captação*”. Está lá. No mês de junho, 15 doadores de múltiplos órgãos; no mês de julho, 9; no mês de agosto, até ontem, dia 24, 1. Não sei por que. Aí eles falam ‘não, porque houve greve dos servidores estaduais’. Não é. A coisa de transplante tem uma visibilidade imensa, tem muita repercussão na imprensa. Então, também os doadores... o sistema todo depende de muita credibilidade. Qualquer coisa que levante a menor dúvida, a captação cai imediatamente. Tivemos, ao longo do tempo, alguns períodos, assim, muito difíceis. Períodos de ter 2, 3 emergências de fígado e, não conseguir, naqueles 3 ou 4 dias, uma doação de fígado para resolver um caso de hepatite fulminante. Então, a notícia que eu tenho tido, que eu vinha tendo até agora, é que estava muito bom. E eu fiquei muito feliz, porque isso é atribuível diretamente à equipe, que hoje é chamada equipe de valorização da vida, por cuja instituição eu batalhei 2 anos. Briguei, desgastei-me por causa disso. Eu atribui principalmente a existência dessa equipe no âmbito estadual. E, no âmbito geral, campanha. O transplante do ator da *Globo*, Norton — não em lembro o sobrenome — e campanha que está na... Agora, de repente, até 24 de agosto, uma doação de múltiplos órgãos. Eu não tenho explicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só um aparte, Deputado Geraldo Resende, foi a última pergunta e ele está falando. Já que o senhor tocou no assunto, o senhor sabia que o coração que salvou o Norton Nascimento foi dispensado pela equipe de transplante do Rio?



**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu acho que soube na época. Eu não estava lembrando disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A equipe de transplante viu que o coração não estava bom, e que ele ia ser jogado no lixo?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É, mas isso acontece. Existem critérios diferentes de diferentes equipes, com experiências diferentes, com formações diferentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor sabia também que...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É por isso que é importante que haja muitas equipes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabia também que o coração só salvou o Norton Nascimento porque eles conseguiram um avião fretado da *Rede Globo* para trazer os médicos e levar o coração a São Paulo? Porque se fosse um pobre, um simples, um trabalhador humilde, que estivesse lá esperando o coração, o coração ia para o lixo e não iria salvá-lo.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É, mais em Minas, já mandamos avião buscar órgão lá em Recife.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, estou falando do caso de Norton; só para explicar o seguinte. É importante; deu uma repercussão muito grande, mas o coração ia ser jogado no lixo; os médicos do Rio falaram que o coração não prestava para transplante; a equipe médica, por estar procurando um coração compatível com a estatura do Norton Nascimento, fretou um avião que veio de São Paulo para o Rio de Janeiro. A equipe de transplante se deslocou de São Paulo, veio ao Rio de Janeiro, pegou o coração, levou e transplantou no ator. Quer dizer, porque era um ator. Todos nós somos importantes. A vida de um trabalhador, a vida de um operário, vale tanto quanto a de um ator, quanto a de um jogador, quanto a de um humorista, mas normalmente estes casos têm repercussão e traz comoção, porque nesses casos também o esforço foi maior para salvar a vida.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Rubinelli.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. João Carlos Oliveira Araújo, então o senhor, após saber dos problemas envolvendo o caso do garoto Paulo Pavesi, pediu para que fosse feita uma auditoria? E aí o senhor constatou que só existam problemas administrativos?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - A auditoria, que levou algum tempo, o que ela nos trouxe de efetivo? Vários problemas de organização da equipe, de organização do hospital, porque aí é visitado todo o hospital. Porque o transplante não é uma coisa isolada. O transplante depende do serviço da hemodiálise, depende do CTI, depende de comissão intra-hospitalar de transplante. Essa auditoria achou várias falhas nesse sistema todo.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor achou, na sua opinião, alguma falha grave?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O que eu achei que era uma coisa incompatível depois, não estava muito claro para mim, era sobre o aspecto da vigilância sanitária. A vigilância colocou vários problemas e, depois que eles se prontificaram a sanar, acabaram resultando... pelo fato de eles não sanarem as irregularidades do ponto de vista da vigilância sanitária, a coisa acabou por fechar o transplante e acabou por fechar as cirurgias de alta complexidade.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, ficou constatado...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Mas aí já havia muita repercussão também...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Ficou constatado que havia problemas relacionados a vigilância sanitária.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Arquivo...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Arquivo, que é grave, porque você pode ter uma troca de prontuários, o senhor concorda? A organização dos arquivos é fundamental. Se você começa aplicar medicamentos errados, não seria isso, o óbvio?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não me lembro exatamente que tipo de coisa, que tipo de papel, que parte de prontuário que estava arquivado em lugar errado.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E com relação à extração das córneas serem mandadas para Campinas o senhor não considera grave?



**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Considero.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E quais as providências que o senhor tomou?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Na época, nós fizemos uma correspondência para o serviço, eu não me lembro em que termos, mas dizendo que estava errada, uma vez existia lista única.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor informou ao Ministério Público, na ocasião?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, porque o Ministério Público já tinha entrado no caso. Quando essa auditoria ficou pronta, o Ministério já estava no caso.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E o senhor mandou cópia da auditoria para o Ministério Público?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Eles pediram ou o senhor mandou?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, isso aí é a Secretaria de Saúde que mandou. Na Secretaria de Saúde, eu era vinculado a uma diretoria de redes assistenciais, que por sua vez era vinculada à Superintendência Operacional — hoje tem nomes diferentes —, que por sua vez era vinculado ao Secretário Adjunto, em quarta instância ao Secretário de Saúde. Essa coisa da vigilância, de auditoria estava noutras áreas.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mais uma pergunta para o senhor. O senhor que acompanhou e pediu para fazer auditoria lá, teve um laudo de arteriografia que possuía um horário das 13h35min e o paciente entrou às 13h30min. O senhor acha que é possível fazer um exame deste em 5 minutos?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não sei te responder.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não é área do senhor, ou o senhor não...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não é da minha área, eu não sei.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E na auditoria do senhor não foi verificado isso? Ninguém se ateu a essa questão?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não me lembro de ter visto nada, menção a esta questão. Não me lembro.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Porque foi feita uma auditoria com relação ao caso deste garoto, e como essa questão ficou muito em destaque na mídia, imaginei que essa auditoria do senhor tivesse se atido a essa questão. Mais uma outra pergunta que gostaria de fazer, se essa equipe que fez os transplantes se ela era regular e se ela tinha as autorizações necessárias para fazer esse transplante, essa retirada de órgãos.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Sim, ela era credenciada tanto para retirada, quanto para transplante de rins.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, a equipe comandada pelo Sr. Álvaro lanhez era credenciada e tinha todas as determinações, estava extremamente regular do ponto de vista de estar operando?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Estava.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - De onde o senhor conhece o Sr. Álvares lanhez?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Muito antes desses eventos, eu já conhecia o Álvaro de congressos, encontros de nefrologia.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor tem amizade íntima com ele?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Porque o senhor fez elogios a ele como profissional. Então, o senhor só conhece ele como profissional ou nós podemos dizer que o senhor é amigo dele?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não. Não é verdade que eu seja amigo, mas eu tenho...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não é verdade, não. Eu estou fazendo uma pergunta para o senhor.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, não considero amigo. Tenho conhecimento dele como profissional, há longos anos.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Como profissional. Mais uma pergunta. O senhor, como profissional, conhece o medicamento Dormonid?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Sim, conheço.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor acha que seria correto, num paciente de aproximadamente 25 quilos, aplicar 8 ampolas de 3mg cada?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não sei te responder.





**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor conhece o medicamento...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Conheço o medicamento, é um hipnótico usado para vários procedimentos médicos. Eu não sei...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E nessa auditoria, o senhor também não disse nada a respeito disso?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Também não vi nada a respeito disso.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor tem certeza? Porque o senhor está sob juramento.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Essa auditoria eu vi há 2 ou 3 anos, mas eu não tenho lembrança de ter visto nada sobre Dormonid.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É, porque, na realidade, depois vamos tentar cruzar e até vamos verificar se o senhor tem o conhecimento técnico ou não a respeito das perguntas que fiz. E isso é fácil de constatar, porque o senhor deve ter participado de palestras, seminários. Então vamos poder constatar se o senhor tem esse conhecimento técnico para responder as perguntas que estou fazendo ou não. Tome cuidado com as respostas.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Sobre doses do Dormonid eu confesso que não sei.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E sobre as outras questões o senhor também não tem conhecimento?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O que eu me lembro dessa auditoria... O que eu não me lembro já mencionei aqui.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Tenho mais uma pergunta aqui, Sr. Presidente, deve ser a última. O senhor tem conhecimento que chapas radiográficas relativas ao laudo da morte encefálica do paciente teriam desaparecido e depois chapas falsas, constatadas através de uma perícia que foi feita aqui em Brasília, teriam surgido como se fossem do paciente?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Na auditoria do senhor também...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Nunca nem tinha ouvido falar nisso.





**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E a auditoria não foi em busca das chapas para saber se existia nada disso?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Com certeza, não. Uma coisa desse tipo...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, foi uma auditoria muito superficial, o senhor não acha?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É, pode ser.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Pela gravidade, acho que a importância que foi dada para o caso não foi a devida.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Pode ser.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Pode ser não. Acredito que foi, porque nada do que é referente ao caso pelo que o senhor está me dizendo ficou documentado nessa auditoria. A única coisa que ficou foi a desorganização documental que o senhor falou, não é isso?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É, e as questões referentes a hemodiálise e os serviços de controle de infecção hospitalar, UTI, falhas gerais do hospital.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E com relação ao caso em si, vocês não tiveram nem a curiosidade de se aprofundar para saber se tinha havido alguma irregularidade no caso de Paulo Pavesi?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu não me lembro de ter sido mencionada nenhuma irregularidade grave na auditoria.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Quem assina essa auditoria?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Essa auditoria foi chefiada pelo Dr. João Aliás.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E ele participa de qual órgão?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Ele é do serviço de auditoria lá da Secretaria de Saúde.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - De Belo Horizonte?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - De Belo Horizonte.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E ele também não tem amizade íntima com os investigados, pelo que o senhor saiba?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Pelo que eu saiba não.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Está bom, Sr. Presidente, agradeço. Já fiz as perguntas que gostaria de ter feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Thadeu.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Dr. João Carlos de Oliveira, o senhor está dando uma contribuição muito grande pela sua clareza, pela sua tranqüilidade e pela sua segurança de responder a todas essas perguntas. O nosso Relator, Deputado Pastor Pedro Ribeiro, cada dia que passa, se interessa mais em saber a questão da saúde pública do País, da questão dos hospitais, enfim, de todos os problemas que enfrentamos. Eu sou dentista, sou da área de saúde, também fui Prefeito e gestor de saúde municipal. Conheço isso de longo tempo. O senhor, como médico que trabalha, principalmente nessa área de transplantes, sabe muito bem as dificuldades que o País tem, de falta de recursos, de falta de verba, de falta de estrutura, de material, todas essas questões abordadas pelo senhor.

Naquela época, esse foi um caso de repercussão nacional, esse caso de Poços de Caldas, e foi feita auditoria. Vou fazer 2 paralelos com o senhor. Por exemplo: auditoria que foi feita devido ao caso de repercussão nacional que houve, como eu digo até de um outro sentido que o nosso Presidente citou, do Norton. O Norton foi um caso de repercussão nacional por ser um artista e que teve jato e tudo, mas o outro foi um caso de repercussão nacional, pela mídia também, que, vamos dizer, a própria mídia entrou e colocou tudo em evidência. E o senhor deve lembrar que o Ministério da Saúde, Ministério Público, Procuradoria da República, fizeram tudo que podia ser feito de devassar, de auditoria, de mais profundo que tudo, o senhor teve conhecimento naquela época.

Há pouco tempo, Belo Horizonte teve alguns casos que foram apurados e tudo de suspeita que foram investigados, mas o serviço continuou. O senhor fecharia o serviço de transplantes em Poços de Caldas, naquela época, devido a isso? Dentro das condições que eu coloquei, do sistema de saúde pública do País, de recursos, de estrutura?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - A lei prevê que cabe ao coordenador tomar esse tipo de medida. Mas a nossa estrutura em Minas Gerais, eu nunca tive poder a esse nível, definitivamente. Eu tinha 4 instâncias acima de mim



até chegar ao secretário, que é o gestor. Então, eu nunca consegui que a Secretaria disponibilizasse para o MG Transplantes um assistente judiciário. Pelo contrário, todos os problemas, probleminhas e problemões que aconteceram, eu é que tinha que fazer uma nota técnica, baseado na lei que eu às vezes passava madrugada pesquisando, porque, no final das contas, eu tinha um calhamaço deste tamanho. A cada dia, saía uma nota, um decreto, não sei mais o quê. Todo santo dia eu tinha correspondência relativa a legislação. Então, o meu papel nesse caso seria fazer uma consulta aos meus superiores hierárquicos sugerindo que apelasse para o serviço jurídico da Secretaria, eu, como coordenador. Só lá na lei e uma coisa que veio depois da lei é que fala isso, o coordenador, mas eu nunca tive esse poder, definitivamente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Não é a minha opinião, só que eu gostaria, o senhor que é profundo conhecedor. Vamos dizer, a Vigilância Sanitária lá, detectou, por exemplo, uma deficiência...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O problema é que, ao final, a Vigilância foi fazendo outras visitas e os problemas, ao invés de serem sanados, iam aumentando e o pessoal parece que não levava a sério a coisa da vigilância. Passava a impressão de que havia algum poder político, alguma coisa assim que eles se achavam... Até que houve um dia que foi uma comissão de Poços de Caldas, com pessoas representativas, inclusive representante de associação de pacientes, e eles tiveram que admitir perante o pessoal da Vigilância Sanitária que não tinha feito nada, não tinha como fazer a curtíssimo prazo e aí, então, o Secretário decidiu que não estava mais autorizado a funcionar o serviço de transplantes...

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - O Secretário ou foi a Procuradoria da República?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, o Secretário, mas isso aí muito porque estava havendo pressão da Procuradoria.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - O senhor acha que uma inspeção da ANVISA, como feita lá, quantos por cento os hospitais neste País suportariam?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu acho que quase nenhum, muito poucos.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Isso dentro da...



**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Muito poucos. A minha visão é que são muito poucos hospitais que preenchem todos os critérios de exigência da ANVISA.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Chegaria a 1%?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - O senhor imagina? Então, mais uma vez...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O que eu posso dizer é o seguinte. A minha impressão... Eu só fui fazer visitas a hospitais de ponta. Fui com o coordenador nacional, Dr. Diogo Mendes, fazer visita a alguns poucos hospitais para credenciamento de transplantes de fígado, pulmão, rim e pâncreas. Mas esses hospitais são exceção. Alguns deles universitários, outros não, mas a grande maioria teria muita dificuldade com a Vigilância Sanitária.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Doutor, sobre a questão de córneas. Nos Estados Unidos, existe uma lei que permite retirar todas as córneas de todas as pessoas que vão a óbito e essas córneas são fornecidas àqueles que necessitam e são até exportadas. O senhor seria a favor de que essa lei fosse colocada em nosso País?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Difícil de responder. Isso, nos Estados Unidos. Acho que não é lei, é um costume, não?

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - É lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Estado é autorizado a retirar as córneas do paciente em óbito.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Não seria uma belíssima solução?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Seria uma belíssima solução.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Nós não teríamos mais deficiência nenhuma de córnea.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É uma vergonha existir lista de espera para transplante de córnea.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Se tem uma contribuição que esta CPI pode dar, acho que esse é um ponto importantíssimo da questão de córneas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só um aparte, Deputado Geraldo Thadeu. Ontem, estive conversando com o Dr. Roberto Soares,



coordenador nacional do sistema de transplante, justamente sobre a questão das córneas. Inclusive, eu pedi informação — e ele me entregou ontem, está de posse da CPI — de todas as córneas importadas no Brasil, nos últimos 4 anos. Nós estamos solicitando aos Estados, aonde estão chegando córneas importadas, inclusive Minas Gerais é um importador de córneas também, não sei se o coordenador tem informação.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O número era muito pequeno.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Justamente sob este aspecto eu dizia a ele, quando estive aqui na CPI, que nos Estados Unidos tem um excesso de 45 mil córneas por ano, eles captam 90 mil, só conseguem aproveitar 45 mil, as outras 45 mil estão sendo exportadas. Só que, no sistema de saúde brasileiro, os pacientes do SUS que têm condições de pagar pela importação da córnea, que varia de 600 a 1.500 dólares, pagam e o médico importa a córnea. Importa a córnea e aí o paciente sai da fila, e ele faz o transplante no paciente e o SUS paga esse transplante. É justamente essa incoerência que estamos cobrando do coordenador, porque normalmente um paciente do SUS não tem como pagar 600 ou 1.500 dólares. Ele é do SUS, é um paciente simples, não tem como pagar para importar. Então, perguntei por que o SUS não importa a córnea para todo paciente que está na fila? Nós temos 28 mil pessoas na fila de transplante no Brasil. Se o SUS importasse essas córneas ao custo de 500 dólares, gastaria 14 milhões de dólares para importar 28 mil córneas. Ou seja, um custo de 42 milhões de reais resolveria o problema de 28 mil pessoas que estão na fila aguardando por um transplante. Sabe qual foi a resposta dele? Ele disse que o SUS não importa, porque as córneas importadas não são de boa qualidade. Eu perguntei: *“Mas se não são de boa qualidade, por que os pacientes que podem pagar importam e o SUS paga o transplante?”* Então, existe uma divergência entre o que se pensa e o que se faz. Quer dizer, a ANVISA autoriza entrarem as córneas no Brasil e eles falam que não importam para resolver o problema de todo mundo porque acham que as córneas não são de boa qualidade. Mas não são de boa qualidade e eles estão pagando transplantes de córneas importadas. Pergunto: Quem ganha um salário mínimo tem condições de pagar 1.500 mil reais para importar uma córnea?

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Acho que aí existe...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso nós queremos apresentar como sugestão para ele, inclusive através de CPI.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - É claro. A própria CPI já pode. Para que não seja de um ou de outro, depois, a própria CPI, numa reunião nossa, pode propor que a lei seja semelhante a que funciona nos Estados Unidos, e assim não precisamos importar mais córneas e vamos resolver nossos problemas aqui. Está certo? Concorda Dr. João Carlos?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O potencial de captação de córnea, a meu ver, não justifica o País gastar dinheiro. Pode-se resolver em um ano acabar com as filas no País inteiro.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Dr. João Carlos, é uma pena que temos aqui — pena, não —, que temos aqui mais depoentes, mas o senhor tem uma riqueza muito grande de contribuição que pode dar para os serviços de transplantes, de captação de órgãos. Parabenizo o senhor pela seriedade com que conduziu o sistema em Minas Gerais e a implantação das regionais. Sabemos muito bem que o senhor, que trabalha com transplante desde 1992... É isso?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Desde 1970.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Sabe que foi um trabalho de pioneirismo, que os médicos, as equipes se formavam e, com esforço próprio, com condição própria, às vezes doando mesmo voluntariamente. Hoje, graças a Deus, está melhorando cada vez mais. Então, quero parabenizar o senhor pela contribuição que deu aqui à CPI. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Deputado Geraldo Thadeu. Eu quero fazer algumas perguntas ao Dr. João Carlos de Oliveira. O senhor foi responsável pela coordenação da Central de Transplante de Minas Gerais durante alguns anos e, durante esse período em que o senhor foi coordenador, o senhor teve conhecimento do caso de Poços de Caldas. O senhor teve conhecimento de quantos casos em Poços de Caldas, de quantas denúncias?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O que eu sei, a essência do que eu sei é que houve uma denúncia de um cidadão que doou os órgãos do filho e que esses órgãos teriam sido retirados sem que o doador tivesse morte encefálica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor só conhece esse caso de Poços de Caldas?





**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabia que existem mais 16 denúncias, 16 inquéritos abertos?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E que estão sendo apurados — há 11 sendo apurados pelo delegado da Polícia Federal, Dr. Jacinto, que esteve na CPI e confirmou esses inquéritos; há mais 5 com delegados da Polícia Federal, Dr. Pujol —, e que essas denúncias envolvem quase sempre essa mesma equipe?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, não sabia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é. Mas o senhor não acha que o senhor, como coordenador, deveria saber?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Se nunca tinha havido denúncia, não tinha como eu saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não! Tinha denúncias. São inquéritos que estão sendo apurados e tem mais 4 concluídos.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Denúncias nunca chegaram. Além desse caso mencionado, outras denúncias nunca chegaram ao nosso conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por que o senhor acha que essas denúncias... O senhor não acha que essas denúncias deveriam chegar ao senhor como Coordenador do Sistema Nacional de Transplante de Minas Gerais?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Há conhecimento de que elas existiam antes desse caso em questão aqui? Existe alguma evidência de que existiam essas denúncias antes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Depois que o Paulo denunciou e que abriu a porteira ... Há um ditado que diz que, depois que se abre a porteira, passa um boi e, depois, passa uma boiada. Então, depois que ele denunciou e a polícia começou a investigar, outras pessoas também começaram a denunciar. Então, há mais 16 inquéritos abertos pela Polícia Federal de Varginha, envolvendo quase sempre as mesmas pessoas citadas no caso de Paulo Veronesi Pavesi. Há 4 inquéritos que já foram concluídos pela Polícia Federal e já há também





indiciamento por parte do delegado. Pergunto ao senhor: a central de transplantes de Poços de Caldas, que era credenciada e autorizada por vocês, não deveria ter comunicado a vocês sobre essas outras denúncias também?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - A central lá foi fechada, praticamente. Ela foi fechada. Ela já funcionava... quer dizer, a central não, o serviço foi fechado. A sede da central regional, da CNCDO regional, desde o início é em Pouso Alegre. De Pouso Alegre nunca veio nenhuma denúncia para nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, estou falando de Poços de Caldas.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Pois é, mas a sede da Central Regional é em Pouso Alegre. Poderia ir para lá. Não foi. Pouso Alegre não nos repassou nenhuma denúncia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nessa época aqui a Central era em Pouso Alegre?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É, desde que programamos a regionalização, a central, a CNCDO do sul de Minas, a sede foi para Pouso Alegre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, essa central...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Por uma questão geográfica, inicialmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem era o responsável por essa central?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Dr. Lauro dos Santos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Dr. Lauro dos Santos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então a central regional de captação do sul de minas não era em Poços de Caldas?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - A sede não era em Poços de Caldas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A sede era onde?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Em Pouso Alegre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E em Poços de Caldas funcionava o que, então?



**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Em Poços de Caldas funcionou a coordenação da regional, antes de fazermos as regionais oficialmente, antes de serem criadas as regionais. Quando foram criadas oficialmente, credenciadas pelo Ministério, etc., aí já foi com sede em Pouso Alegre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Pouso Alegre nunca nos passou nenhuma denúncia. E Poços de Caldas não existia mais. Desde que Pouso Alegre assumiu, Poços de Caldas não existia mais como central.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quando Pouso Alegre assumiu? Em qual ano?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Foi provavelmente em 2000.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, em 2000...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Mas ela foi credenciada em 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, em 2000, Pouso Alegre já tinha assumido...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Já tinha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A central de captação era em Pouso Alegre?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - A sede da central de captação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, não era o Dr. Álvaro o responsável?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor disse aqui que o Dr. Álvaro era o responsável pela MG Transplantes.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, não, no início. Antes do meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Antes do seu tempo?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Antes do meu tempo, ou até que se criou — retiro o “antes do meu tempo” — oficialmente as regionais. Quando se criou oficialmente as regionais... Em 2000, praticamente estávamos com todas elas. Em 2000, saiu a resolução oficializando a regional Metropolitana e a da Zona da Mata. Das outras, a resolução saiu em 2001. Mas elas já estavam...Ou melhor, o



credenciamento saiu em 2001. A resolução também saiu em 2001, e o credenciamento saiu logo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor tinha conhecimento de quais hospitais em Poços de Caldas faziam transplantes de córnea? Havia alguma clínica lá que fazia, algum hospital?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Nunca acompanhei muito de perto, porque, como disse, tínhamos 2 oftalmologistas que eram funcionários, desde a fundação da MG Transplantes, que cuidavam disso. Mas eu sei..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, pergunto ao senhor: existia alguma entidade em Poços de Caldas que era autorizada a fazer transplantes de córnea?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor era coordenador do sistema, por isso estou perguntando.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Na época dessa atuação em questão, não tenho certeza. Mas houve um caso lá, de captação, que o colega não estava credenciado, mas o processo tinha passado por nós, já havia ido para o Ministério, e ele fez retirada de transplante de córnea. Foi autorizado por nosso coordenador de córnea. Depois questionamos aquilo, fizemos uma consulta formal, e encerramos os transplantes de córnea lá enquanto todos os serviços não estivessem credenciados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, até hoje só foi realizado 1 transplante de córnea em Poços de Caldas?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, não. Sei que existia antes. Antes da Lei de Transplantes provavelmente já existia lá transplante de córnea.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Existia um banco de olhos em Poços de Caldas?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Esse banco de olhos captava olhos para quais hospitais?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não sei, isso aí é um banco de olhos...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Como funciona o banco de olhos? Qual o objetivo?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Banco de olhos não tem nada a ver com captação de córnea.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a função do banco de olhos, por favor?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - O banco de olhos é para armazenar, fazer avaliação de qualidade etc.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qualidade de quê?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Das córneas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Das córneas o quê?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Das córneas doadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Das córneas doadas.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Doadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, existia um banco de olhos em Poços de Caldas?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não sei se funcionava.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Se não me engano, existia um instituto de órgãos.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não sei se funcionava. Sei que, quando assumimos, não existia, em Minas Gerais, nenhum banco de olhos credenciado como tal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas, se não me engano, temos...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Mas existia um banco antigo no Hospital Felício Roxo, existia essa história lá de Poços de Caldas, que também teria tido um banco lá, mas o papel deles não é fundamental na captação de córneas e nem nos transplantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero saber do senhor o seguinte: qual é a função do banco de olhos? Por que existe o banco de olhos na cidade?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não sei por quê, porque o banco de olhos é importante, no meu ponto de vista, se tiver córnea sobrando para



ser armazenada. Nós nunca tivemos, pelo contrário. As córneas são captadas e são repassadas aos oftalmologistas, e são dezenas de oftalmologistas. Não precisa necessariamente ser hospital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Temos aqui um papel timbrado, com CGC, Banco de Olhos e de Órgãos, do sul de Minas. Inclusive, esse banco de olhos ganhou um título de utilidade pública na cidade, era um banco de olhos conhecido, foi aprovado pelos vereadores da Câmara.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É um banco de olhos anterior à Lei de Transplantes, ele existia como tal, não sei qual o interesse da cidade em ter um banco de olhos. Em Belo Horizonte, para se ter uma idéia, quando saiu a Lei de Transplantes, com a obrigatoriedade de fazer credenciamento, não existia nenhum banco de olhos em funcionamento. A FEMIG montou um banco de olhos em Juiz de Fora, que foi credenciado, eu fui contra, eu achei que os 70 mil reais que se gastou lá para montar um banco de olhos, na terra do então Governador e do Chefe da Casa Civil... Prevaleceu a opinião do então Coordenador da Central da Zona da Mata, porque, na minha opinião, tinha coisa mais importante para fazer com 70 mil reais, para melhorar a estrutura lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vou só ler para o senhor aqui:

*“Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:*

*Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública para todos os fins e efeitos de direito o Banco de Olhos e Órgãos do Sul de Minas Gerais, com sede e fórum nesta cidade.*

*Abraços.*

*Francisco Escobar, s/nº, Santa Casa de Misericórdia”.*

O Banco de Olhos funcionava na Santa Casa de Misericórdia.

*“Registrado sob o número de ordem 87, às folhas 105, do Livro A-5, de registro de pessoa jurídica no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.*



*Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Sala das sessões, 9 de junho de 1994.*

*Vereador Luiz Carlos Pena e Silva”.*

Agora vou ler a justificativa para se conseguir a utilidade pública:

*“Pelo que se infere da solicitação do Sr. Presidente do Banco de Olhos e Órgãos do Sul de Minas, verifica-se que a mencionada entidade já era declarada de utilidade pública pela Lei nº 2.734, de 8 de dezembro de 1978, então conhecida apenas por Banco de Olhos de Poços de Caldas.*

*Ocorre que, por assembléia extraordinária realizada em maio de 1994, a entidade originária ampliou suas atividades, transformando-se, assim, no atual Banco de Olhos do Sul de Minas, que também adota o nome fantasia de MG Sul Transplantes. Não só o Banco de Olhos e Órgãos para se usar a denominação, em síntese, representa a continuidade do originário Banco de Olhos, reconhecido de utilidade pública, como também essa entidade agora transformada para atender o que disciplina o art. 135 da Lei Orgânica Municipal, que dispõe sobre as condições e requisitos que facilitem a renovação de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante”.*

É uma legislação até avançada a Lei Orgânica contemplar essa questão na cidade.

*“E, para se atualizar, foi obrigada a modificar sua denominação e os objetivos, tornando-os mais amplos no sentido de melhor atender a solicitação pública, entidade agora reconhecida como Banco de Olhos de Minas Gerais. Tratando-se, pois, de entidade de mais alta importância e que, desde a sua fundação, já atendeu inúmeros transplantes de córneas e de órgãos, conforme*





*consta no relatório de atividades de 1º de junho de 1994, assinado pelo Presidente dessa entidade. Como se vê, a entidade solicitante é das mais expressivas e merece o título que pretende em função de sua finalidade, que é realmente de utilidade pública, como nenhuma outra existente no Município.*

*Sala das sessões, 9 de junho de 1994.”*

Aqui o Vereador, justificando o pedido de entidade pública, diz que o Banco de Olhos de Minas Gerais, desde sua fundação, já atendeu inúmeros transplantes de córneas e de órgãos, conforme consta no relatório de atividades dessa entidade em 94.

O que o senhor me diz disso?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Captação e transplante de córnea carece absolutamente de Banco de Olhos. Não tem nada a ver. Por isso fui contra a instalação de um Banco de Olhos de Juiz de Fora quando precisávamos de outras coisas mais importantes para melhorar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E esse Banco de Olhos aqui? O senhor nunca... O senhor, como coordenador, nunca teve conhecimento de que lá havia um Banco de Olhos?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não temos nada a ver com Banco de Olhos. A única coisa que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Venha cá, o senhor é coordenador do sistema de transplantes de Minas Gerais. Aqui diz que o Banco de Olhos de Minas Gerais fez inúmeros transplantes de córneas.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Isso lá para trás. Banco de Olhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) – Está certo. Mas ele está funcionando até hoje, até 2001. Funcionou até 2001.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não está. Ele nunca foi credenciado. Quando vigorou a Lei de Transplante, a única coisa que saiu na legislação sobre banco de órgãos, saiu, salvo engano, em final de 2002 ou início de 2003. O Ministério resolveu que tinha de ter em cada Estado 1 ou 2 bancos de olhos. Minas Gerais foi contemplado com 3. Eles dariam a parte substancial da



verba para se instalar 3 bancos de olhos. Acabaram não dando para nenhum e temos há mais de um ano parte da instalação física de um Banco de Olhos com uma capela, refrigerador próprio, no prédio do Hospital Pronto Socorro João XXIII, que não foi terminada até hoje, porque não veio dinheiro do Ministério e porque também não é essencial e não é prioritário. Não tem nada a ver com nossa captação. A nossa captação, os oftalmologistas recebem as córneas imediatamente após a retirada. Eles têm a obrigação de zelar pela qualidade das córneas, examinar e assumir a responsabilidade pela qualidade das córneas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pelo que o senhor falou, por isso perguntei, o senhor falou que um Banco de Olhos só se justifica numa cidade se houver córnea sobrando, que é para armazenar, cadastrar, avaliar.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Armazenar, são avaliadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É justamente o que estou perguntando. Essas córneas, se estavam sobrando, foram tiradas de alguém. É para ter Banco de Olhos, tem de tirar, não tem receptor para atender, vai ficar no Banco para ser avaliado.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu não tenho notícia de córnea sobrando. Nunca tive.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, então não se justificava o Banco de Olhos na cidade.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Thadeu tem a palavra.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Tanto que nós nunca reivindicamos o credenciamento dele.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Lembro-me, lá em Poços, há muitos anos, havia um senhor que tinha uma deficiência visual e até tinha um cartório. Devido à deficiência visual, até que ele não tinha praticamente recuperação. Ele era até do Clube de Serviço Lions e fundou esse Banco de Olhos aí, com o objetivo de propiciar às pessoas, já bem naquele início de transplantes que ocorreu em 1960, no nosso País, no sentido de pioneiramente ter um serviço de um futuro transplante de córneas. Foi esse o objetivo. Penso que o caso que o nosso Presidente está abordando é que, para que houvesse a captação de órgãos, de



outros órgãos, de rins, por exemplo, foi feita uma modificação no Banco de Olhos para que fosse feita a captação de órgãos MG Sul Transplantes.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Para que fosse feita o armazenamento?

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Não, o MG Sul Transplantes funcionasse.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Ah, sim.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Isso. Às vezes, a maneira que o Presidente... Ontem, por exemplo, veio aqui uma testemunha, Dona Rita Pereira, caiu em tanta contradição. Mas argumentamos com a maior tranquilidade, sem forma inquisitiva de contra-senso. E vemos que o senhor, que a declaração, o depoimento do Dr. João Carlos é muito claro e tranquilo e não será pego em contradição nesse sentido. Vejo que ele realmente... É muito fácil, por exemplo, se temos dúvida do Banco de Olhos, vamos pedir o estatuto do Banco de Olhos para vermos como é. E aí vamos saber. O Presidente tem o estatuto aí?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, Deputado Geraldo Thadeu, apenas li a justificativa de um Vereador da cidade para conseguir uma atividade pública. Não teci nenhum comentário a mais. Eu só li.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Mas a forma inquisitiva assim parece que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas só estou perguntando a ele, porque sei que aqui tem muitas pessoas também de Poços de Caldas, tem muitas pessoas que estão acompanhando a CPI e tenho certeza de que talvez as pessoas possam ter dúvidas assim como eu: queria saber qual a finalidade de um Banco de Olhos.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - A finalidade foi essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Para mim agora está claro que só tem finalidade se for para armazenar, avaliar as córneas que estão disponíveis para doação, que ainda não foram aproveitadas.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eu ainda não terminei.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Depois de o Deputado terminar, gostaria de um aparte.



**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Pois não, será dado tranqüilamente, Deputado. Quer falar primeiro?

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, Deputado. Estou pedindo um aparte para o Presidente. Pode concluir sua explanação, agradeço a gentileza, mas não quero interferir nas suas explanações. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Então, Dr. João Carlos, esse Banco de Olhos foi criado nesse sentido. É claro que o senhor não vai conhecer, nem é obrigado a conhecer essa questão. Mas depois houve essa mudança de nome, de estrutura para adaptar, para incluir, aliás, a questão de captação de órgãos, de transplantes de outros órgãos. E não era uma, como o serviço regional, como o senhor implantou em Minas Gerais as 4 regionais. Não era. Era uma captação de órgãos que era credenciada pelo Ministério, porque tudo era feito pelo SUS, inclusive, vários pacientes que estão aqui atrás foram atendidos por essa captação e foram feitos, não é isso? Até que, em 2001, foram oficializadas as regionais. Aí, sim, passou a ser normatizado em Pouso Alegre. Não é isso? Então é só uma contribuição talvez que estou dando nessa participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Antes de o Deputado Rubinelli falar, tenho em minhas mãos um documento assinado pelo Dr. Álvaro lanhez, Coordenador do MG Sul Transplante, que foi direcionado à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

*“Poço de Caldas, 4 de dezembro de 2000. Vimos, por meio desta, através do debate público na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, através da Comissão de Saúde, apresentar o Serviço de Transplante Renal de Poços de Caldas, que pretende organizar a Central de Captação de Órgãos no sul de Minas. Para isso, apresenta neste breve resumo um pouco de seu trabalho desenvolvido nos últimos anos, que, em nossa opinião, são fundamentais para a formação dessa regional.*

*O serviço de transplante renal de Poços de Caldas surgiu em 1991, graças ao grande empenho pessoal de integrantes na época da equipe de nefrologia, urologia e*



*do corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia de Poços de Caldas, que se empenharam na realização desse primeiro transplante renal, que serviu como marco de uma nova realidade na cidade. Há de ressaltar que já havia sido feito transplante de córneas através do Banco de Olhos de Poços de Caldas, fundado em 1978”.*

Tem a palavra Deputado Rubinelli.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é interessante, sim, sabermos, aprofundarmo-nos na real função do Banco de Olhos, porque se realmente, e acredito que, de fato, ele deva fazer um trabalho sério para a comunidade, isso vai ficar patente e claro. E por que temos de tocar no assunto em questão? Porque foi verificado, foi constatado, inclusive o próprio Sr. João Carlos Oliveira concordou conosco, que as córneas do garoto Paulo Pavesi foram enviadas de forma irregular para Campinas. Então, é fundamental que esta CPI, e tenho certeza de que, pela seriedade que o Sr. João Carlos demonstra, é fundamental para esta CPI descobrir se foi um caso único ou se outras córneas foram remetidas de forma irregular para outros Estados, sem que a fiscalização do Estado soubesse. Então, é claro que ninguém está aqui acusando o Banco de Olhos, mas para o bem até do Banco de Olhos é fundamental fazermos essa investigação, porque um caso já ficou constatado, já ficou claro, já ficou evidente que de forma irregular se burlou uma fila de mais de 600 pessoas no Estado, e a córnea foi enviada para o Município de Campinas, para a cidade de Campinas. Ora, imaginem que prejuízo que tiveram essas 600 pessoas, o Estado de Minas Gerais. Então, precisamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aprofundarmo-nos, sim, para verificar se isso foi um caso isolado ou se a população de Minas Gerais e essas 600 pessoas que esperam na fila já teriam sido enganadas outras vezes. Então, é fundamental a abordagem que V.Exa. faz, uma abordagem séria, sem querer, de forma alguma, macular o Banco de Olhos, mas querendo, sim, constatar e saber de que forma é realizado o trabalho de Banco de Olhos. Quero ainda pedir que o Sr. João Carlos Oliveira, que representa o Estado, que ajude esta CPI no sentido também de fazer essa investigação para nós sabermos se efetivamente foram feitos transplantes ou se foram captadas córneas, se essas córneas efetivamente ficaram em Belo Horizonte ou se teriam sido também



enviadas de uma forma, digamos assim, irregular para outros Estados e Municípios?  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Gostaria de parabenizar a intervenção do Deputado Rubinelli, porque é isso que queremos corretamente. Agora uma última pergunta ao Dr. João Carlos, se o Presidente me permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Parece que o senhor já respondeu, mas gostaria só de repetir essa pergunta. O senhor teve em algum momento em sua vida, na sua história, no seu trabalho, na parte de transplante, como coordenador de captação de órgãos em Minas Gerais, no serviço, alguma dúvida, se existiu algum indício de tráfico de órgãos em Poços de Caldas?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Se tive dúvidas?

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Não, se existe, se o senhor...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, nunca tive nenhuma suspeita de tráfico de órgãos em Poços de Caldas.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Suspeita, indício?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Indício nem suspeita. Nunca tive.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Que nome o senhor daria a esse envio irregular das córneas que deveriam ficar em Minas para Campinas? Que nome que daríamos a isso?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Uma falha da equipe.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Uma falha lamentável?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Lamentável.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E que fere a legislação?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Fere a legislação.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Se fere a legislação, é crime?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Pode ser visto como tal.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Se é crime, poderia genericamente, como costumamos falar, dizer que foi um tráfico de órgão, então? Se é crime, fere a legislação?





**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não sei se podemos entender tráfico de órgãos como uma coisa dessa. Tráfico de órgãos é órgão desviado da finalidade com objetivo...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E esse órgão não foi desviado da finalidade?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, com o objetivo de alguma vantagem. A idéia...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Que seria essa vantagem, por exemplo?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - A idéia que nós tivemos é de que foi essas córneas foram enviadas, porque, em se tratando em sexta-feira da Semana Santa, a equipe que faz uma captação de múltiplos órgãos, no caso lá, tinha de fazer dois transplantes de rins, então é agitação...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas o senhor falou que mandava o carro buscar.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Então é agitação que fez com que eles dedicassem pouco tempo a tomar decisão sobre a córnea.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor falou que mandaria um carro buscar.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Com certeza, eu mandaria. Agora, eles alegam que tiveram dificuldade de comunicação, que não justifico, porque a comunicação, se teve dificuldade, espera meia hora, uma hora, duas horas e ela haveria, porque, às vezes, o nosso sistema é sobrecarregado. Às vezes, está havendo uma doação no interior, a telefonista fica 2, 3 ou 4 horas sem desligar o telefone. Então dificuldade de comunicação pode ter, mas não justifica o envio. Agora, tráfico acho que é uma coisa feita deliberadamente de má-fé, para usufruir de alguma vantagem financeira, pecuniária ou não. Acho que aí foi uma falha da equipe, que estava trabalhando sob pressão num feriado de Semana Santa e às voltas com duas cirurgias de urgência e de extrema responsabilidade, que são dois transplantes de rins.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E, com isso, o senhor optou em ferir a legislação, em não cumprir a legislação, e ignorar 600 pessoas de Belo Horizonte que estavam na fila?



**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu não estou justificando. Foi erro da equipe.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, o senhor está justificando, o senhor me perdoe, mas o senhor está justificando, sim.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, essa foi a interpretação na época. Falei não interessa, está errado, temos lista única. Agora, foi errado, foi detectado esse erro, mas não considero isso tráfico de órgão, não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas o senhor considera, no mínimo, que infringiu a legislação?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Infringiu a legislação.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Que bom. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. João Carlos, o senhor sabia que existia uma cooperação da Universidade de Campinas com a equipe de transplante de Poços de Caldas?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu sabia que, é, é, um dos cirurgiões, por exemplo, era da Universidade de Campinas. Quando tinha transplante, ele ia para Poços de Caldas, que é o Dr. Celso Skaf. Mas que depois ele até se mudou para Poços de Caldas. Era só isso que eu sabia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabe para onde foram levadas as córneas do menino Paulo Pavesi?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Para Campinas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha que é alguma coincidência ou é...?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu acho que pode ser, mas não sei, não tenho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deixe fazer mais uma pergunta: o senhor sabia que existia na cidade de Poços de Caldas um acordo firmado da Secretaria de Segurança com os médicos lá da cidade e com a Santa Casa da não obrigatoriedade de realização de necropsias dos corpos de vítimas de morte violenta?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, mas isso pode ocorrer, porque...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Baseado em quê pode ocorrer?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - É, os peritos, os legistas, eles podem delegar à equipe que faz retirada de múltiplos órgãos a responsabilidade por uma descrição detalhada, e que normalmente são pacientes de traumatismo cranioencefálico ou de acidente vascular cerebral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso está previsto em lei, essa delegação de poder?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Isso eu tenho conhecimento que isso existe em vários locais. Foi uma das...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É comum em Minas Gerais isso?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Ei acho que sim, porque foi uma das coisas reivindicadas para se agilizar a liberação do corpo. Uma das coisas que entrava a doação é a dificuldade que a família tem para liberar o corpo depois, porque atrasa a liberação do corpo. Porque vai para uma cirurgia de retirada de múltiplos órgãos etc. Isso foi exaustivamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, de acordo com o senhor, para liberar o corpo, depois não pode fazer mais dada. Para liberar tem de ser ágil, mas para atender no Pronto Socorro o paciente fica esperando, e muitos morrem por atraso no atendimento. Então, para agilizar o enterro há acordo para liberar o corpo, mas para salvar a vida não tem pressa? Aí o médico chega na hora que quer, a enfermeira atende na hora que quer, a UTI é liberada na hora que pode. Baseado em quê é feito esse acordo? Porque a legislação diz que as vítimas de morte violenta têm de ser necropsiadas.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Tínhamos um funcionário da MG Sul Transplante que era, inclusive — aliás, é até hoje —, encarregado dessa parte de credenciamento. Ele foi Diretor do IML em Belo Horizonte. Mais de uma vez, lembro-me de ele ter falado isso: Não tem problema nenhum, a equipe que faz a retirada de múltiplos órgãos manda um relatório para o legista, e o legista libera. O objetivo disso é facilitar para as famílias que doam, porque as queixas que as famílias que doavam faziam na imprensa tinham repercussão extremamente negativa. E temos de fazer tudo, e fazíamos o tempo todo das tripas coração para



aumentar a captação, para aumentar o índice de doação, para aumentar a captação, para aumentar os transplantes, para salvar mais vidas. E vidas que, às vezes, não podiam esperar muito. Então, a luta pelo incremento da doação, pelo aumento da doação, envolve aspectos técnicos, muitas vezes, como esse aí, e que, a meu ver, não tem nada de excepcional.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. João Carlos — permita-me, Sr. Presidente —, se não houvesse uma lei que determina que esse tipo de morte dessa pessoa acometida que vai a óbito em razão de um trauma, uma coisa, se não estivesse em lei que era exigido fazer a necropsia, então poderia haver esse “jeitinho” brasileiro, poderia haver esse entendimento. Mas o fato é que hoje estamos falando em uma coisa real que não tem justificativa, porque a lei diz que não pode. E se a lei diz que não pode, existem sanções. E essas sanções são severas. Em muitos casos que estamos vendo aqui, as sanções vão de 2 a 6 anos de prisão. Aí a pessoa não pode brincar, porque tem lei. Principalmente a classe médica. Ele disse uma coisa que pode ter sido contundente. Não vou dizer que haja negligência, demora no atendimento, mas por que a pressa de não se fazer a necropsia? O familiar que já liberou os órgãos vai esperar mais uma hora, mais duas, até que se faça a necropsia e salvaguarda a equipe. É aquilo que falei há pouco, o que estamos notando, no decorrer desta CPI, é que essas celeridades, essas correrias, essas facilidades levam no caso, de quando houver um processo desse para ser analisado, o médico a ficar em maus lençóis. Hoje é o que se vê. Estamos analisando, às vezes, a gente nota que não houve má-fé, que pode não ter havido má-fé. Mas está furando a lei — não vou dizer nem burla, que pode ser burla —, mas parece mais a questão de dizer: Não, é assim mesmo, isso nunca vão ver, nunca vão fiscalizar, isso vai ficar por aí, entrega o corpo. Então, é essa reflexão que temos que fazer, nós que podemos ainda ocupar... e o senhor mesmo, que vemos pelo gabarito que possui, que para outras funções nessa área tem que ser mão firme, tem que ter braço forte porque as leis são boas, mas não são observadas, e quando se têm que analisar há um vexame como estamos tendo. Então, não justifica mesmo que um corpo seja entregue sem ser necropsiado porque infringe a lei. E lei tem sanção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só para concluir. Após essas denúncias de Poços de Caldas, a primeira denúncia originou mais 16



denúncias e 16 inquéritos foram abertos, contra, na maioria das vezes, as mesmas pessoas que foram citadas neste processo, o Ministério da Saúde fez auditoria. O senhor chegou a ler essa auditoria do Ministério da Saúde?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Provavelmente, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor se lembra, assim, de...

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, não me lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com referência, por exemplo, à MG Transplantes, qual é a posição do Ministério da Saúde?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, não me lembro, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor não lembra?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu não tenho certeza se eu cheguei, se eu tive acesso a essa vistoria do Ministério da Saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Foi feita auditoria.

**SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Essa auditoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Ministério da Saúde fez auditoria.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu sei que foi feita, mas eu não tenho certeza se eu tive acesso a ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, eu vou dizer ao senhor a conclusão da auditoria. A conclusão da auditoria realizada, na página 187, diz assim: *"em relação à gestão estadual"*. O que diz a auditoria? *"Falta de acompanhamento da gestão municipal."* Está dizendo que vocês não acompanhavam a gestão municipal. Isso deixa claro para nós que vocês não sabiam que havia o banco de olhos em Poços de Caldas e não sabiam que há mais 16 denúncias em Poços de Caldas. Então, a auditoria está confirmando procedimentos irregulares na captação, distribuição e transplante de órgãos em Minas Gerais.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Perdão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Perdão ou pela ordem?

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pela ordem, eu vou dar a palavra; mas eu não posso perdoar V.Exa..



**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Eu acho que o senhor não pode fazer esse tipo de ilação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou lendo a auditoria.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Não. V.Exa. está lendo a auditoria, mas V.Exa. está perguntando por que não sabia das 16 denúncias? Infelizmente, gestor estadual não vai... porque as denúncias, conforme os procedimentos, têm que ser encaminhadas a ele, porque ele não vai ficar vasculhando, e há uma complexidade tamanha das atividades...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem deveria enviar essas denúncias para ele, Deputado Geraldo Resende?

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Não sei, deve ser o gestor municipal ou o...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem era o gestor municipal na época, V.Exa. sabe?

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Não sei quem era. Eu gostaria até de saber quem é o gestor municipal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Thadeu, sabe quem é o gestor municipal, na época?

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Ou quem era o responsável onde tinham essa audiências.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Em que época?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Deputado Geraldo Resende está dizendo que quem deveria enviar as denúncias para o coordenador era o gestor municipal na época. Eu não sei quem é.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - O que aconteceu foi o seguinte. Em toda aquela época em que aconteceram aquelas questões todas, como eu disse aqui, foi um trabalho da Procuradoria da República, do Ministério Público, do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde. Então, todos esses órgãos fizeram auditoria, uma devassa absoluta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A Secretaria de Saúde municipal fez auditoria?

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Todos fizeram.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem foi o auditor?

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Sr. Presidente, o senhor dá tempo para eu responder ou não quer que eu responda?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dou.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Então, deixa eu responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou deixando.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Então, deixa, na hora em que eu responder, V.Exa. faz outra pergunta, depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Tudo bem. V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Então, toda aquela auditoria foi feita pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Estado da Saúde. Aí, a auditoria do Ministério da Saúde fez uma amostragem de 100 casos e o Dr. João Carlos deve saber como funciona bem, como o Deputado Geraldo Resende, que foi Secretário de Estado da Saúde, também sabe muito bem que funciona.

Então, fizeram uma amostragem. Essa amostragem eles encaminharam à Polícia Federal, à Procuradoria da República, e eles abriram inquérito em alguns casos para apurar, entendeu? É isso aí. Agora, esse inquérito — o Dr. Jairo, que esteve aqui, o Célio Jacinto, que esteve aqui —, que ele encaminhou ao Ministério Público, alguns não foram aceitos pelo Ministério Público. Em outros, ele fez indiciamentos que estão sendo apurados. Isso tudo aí são indícios, é suspeita, mas nada comprovado ainda.

Então, não tem nada comprovado, não tem nada ainda determinado que aconteceu isso. Agora, quem fez essa auditoria foi o Ministério da Saúde. Foi a ANVISA, foi o Ministério da Saúde, o sistema de auditoria do Ministério da Saúde. É só pedir informação ao Ministério da Saúde, ao seu sistema de auditoria: quem é que foi lá, quem fez essa amostragem desses 100 casos que resultaram nesse caso que o Delegado Jacinto, que esteve aqui e declarou, porque ainda não sabemos, não conhecemos. Não conhecemos, estavam lá com ele; ele está encaminhando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É que foi o Deputado Geraldo Resende que disse que quem deveria enviar as denúncias era o gestor municipal.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Denúncia existia na época.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Aí, eu perguntei só porque V.Exa...

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Agora que eu estou entendendo bem.

Presidente, todas as denúncias que foram enviadas — por exemplo, quando eu era Prefeito e nós tínhamos lá o gestor de saúde, o Secretário de Saúde —, que foram encaminhadas à Secretaria... O Deputado Geraldo Resende tem completa razão de questionar, que eram encaminhadas ao Ministério da Saúde. Eram encaminhadas ao Ministério da Saúde. Isso é praxe, é normal, a não ser que algum Secretário de Saúde não faça. Mas normalmente todas as denúncias são encaminhadas ao Ministério da Saúde para que ele possa fazer uma auditoria e determinar se houve alguma irregularidade ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Na época, a Secretaria de Saúde fez auditoria, Deputado?

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Na época em que foi... Eu não estou sendo inquirido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, eu estou só querendo uma colaboração.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eu não estou sendo inquirido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, eu estou só perguntando.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Agora, eu estou falando em termos de colaboração. Todas as denúncias que chegaram para nós, todas as denúncias que tinha na Secretaria foram encaminhadas. Me lembro, igual ao Dr. João Carlos: ele disse que veio aqui pensando que era a questão... Inclusive, Dr. João Carlos, é também. Aquele tráfico de órgãos, de rins, de Recife, faz parte desta CPI também. O senhor não imaginava que era esse tipo de questionamento por que o senhor iria passar aqui, mas aquele de Recife também está nesta CPI, nesta Comissão.

Mas eu quero dizer que todas as denúncias que eram encaminhadas a nós, eram, sim, apuradas e eram encaminhadas, quando necessário, ao órgão competente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só para concluir, o senhor sabia que os médicos neurocirurgiões de Poços de Caldas, que participavam normalmente do diagnóstico de morte encefálica, existia um acordo entre eles da não necessidade do laudo da arteriografia, exame que comprova a morte cerebral? Que não precisava ser por escrito, era apenas verbal?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não sabia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não sabia?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Porque em depoimento prestado aqui os médicos, inclusive que deram o laudo verbal, eles assumiram que existia uma praxe entre eles: que não era necessário dar o laudo por escrito do exame de arteriografia. Isso é normal na medicina?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não. Eu acho que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não. Eu acho que não. Eu acho que tem que ter o laudo. Tem que ter o laudo, tem que estar o laudo junto com o exame, tem que ser arquivado devidamente. Não sabia disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, são todas essas informações, Dr. João Carlos, que motivam a gente a convocar todas as pessoas que foram citadas para a gente ouvir experiências do senhor como médico, que é importante para nós. Essa declaração do senhor, por exemplo, é importante, porque eles disseram que isso é comum. O médico depôs aqui que dava o laudo sem ser por escrito, só verbal. E ele dizia que só dava por escrito...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por favor, só um pouquinho.

Ele dizia que só dava por escrito quando era solicitado pelo processo de investigação, mas que era praxe, na cidade: os médicos davam o laudo era verbal, não era por escrito. Então, não é praxe na medicina?

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Não, não é praxe.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pela ordem, Deputado Geraldo Resende.



**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Eu acho que o colega é médico também e sabe muito bem que talvez haja uma interpretação de V.Exa. diferente da que a gente interpretou naquele momento, porque eu entendo que, numa questão de urgência, emergência, ou mesmo pra quem lida com pronto-socorro ou quem lida com alguma atividade que precisa de ter uma ação imediata, a gente, enquanto colega médico, a gente pede que a pessoa forneça determinados laudos, via telefônica ou outros meios que a gente possa ter uma agilidade naquele momento, e aguarda depois que o laudo venha preenchido com todas aquelas minúcias que têm que constar num laudo.

Eu sou ultra-sonografista. Quantas vezes eu fui instado para dar um laudo se existia morte fetal ou não, para que o obstetra pudesse fazer a intervenção que ele estava querendo? E depois eu falei: Não, já está comprovado, é óbito fetal, pode intervir que depois eu encaminharei o laudo.

Eu entendi também que, nos depoimentos dos colegas que vieram aqui, eles faziam os exames e *a posteriori* encaminhavam os laudos. Não que eles tinham uma pactuação, que não dariam o laudo por escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, Deputado, só para esclarecer...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - É essa a interpretação que eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós também entendemos, e eu sei que isso acontece. Eu já fiz vários exames, e o médico dá o laudo e depois manda por escrito. Libera a chapa e depois manda por escrito para o médico analisar. É normal. Agora, eles estiveram aqui e disseram que é praxe lá. Eles não davam, só davam a verbal — e quando solicitado. Nesse caso aí, ele deu o laudo por escrito eu acho que 6 meses ou 1 ano depois, porque eles disseram que não era necessário. Foi o que eles disseram nesta CPI.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Thadeu.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eu gostaria de contribuir. Eu acho que o Presidente... é claro, é normal, porque nesta Comissão é muito caso, é muita coisa que tem, e pode estar havendo alguma confusão. Eu me lembro bem desse depoimento.



O caso que foi, Deputado Geraldo Resende, é o seguinte: o médico, o radiologista...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eu gostaria que o Dr. João Carlos também, porque ele foi questionado... Estou só esperando aqui.

O médico radiologista em questão, quando realizou a arteriografia, Dr. João Carlos — eu me lembro bem o que o Presidente está querendo dizer, eu quero só contribuir —, quando o radiologista realizou a arteriografia, o neurocirurgião, discutindo com ele, junto a arteriografia lá no raio X, chegaram à conclusão de que havia falta de circulação sanguínea, fluxo sanguíneo, que detectava ali, então, que constatava morte cerebral. Aí, o neurocirurgião elaborou o laudo dele. Foi elaborado o laudo dele de morte cerebral. Não foi de...

Aí, sim, isso é muito comum, principalmente em radiologia — quantas vezes aconteceu isso comigo? —, como em cirurgia bucomaxilofacial, traumatologia, de ir para junto com o paciente, junto com a radiologia, ver lá, junto com o radiologista, o laudo do radiologista passado pessoalmente e eu trabalhar em cima daquele diagnóstico e, depois, posteriormente, foi elaborado o laudo. Isso é normal, comum em todas as... Agora, pode ser um dia depois, dois dias depois, três dias, pode ser até um ano, pode ser dois anos que não tem problema nenhum.

Aí não tem problema nenhum. Não está ferindo nada, mas não havia nenhum acordo naquele depoimento, pelo menos, Presidente, que o laudo seria verbal, que ele era por conversa. Não é isso, não. Eu acho que é só a questão de colaboração nesse sentido, talvez uma pequena confusão aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, é porque nós estamos falando aquilo que ele depôs. Consta no inquérito isso, do delegado. E o médico assumiu, aqui, publicamente, que eles não eram obrigados a dar por escrito, que não era comum dar, entre eles tinha um acordo de não dar por escrito. Quando alguém solicitava, eles davam.

Então, foi por isso que eu perguntei ao Dr. João Carlos, que é coordenador, se é normal, o laudo é dado só quando é solicitado ou é praxe da medicina. Pode até não ser na hora, mas ele tem que acompanhar.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - A minha função nunca chegou ao nível de estar acompanhando procedimento de equipes cirúrgicas. Uma vez que



essas equipes são credenciadas, do ponto de vista legal, elas cumpriram os requisitos éticos e de formação profissional exigidos pela lei. Então, é muito difícil a gente entrar, tomar conhecimento do funcionamento interno de cada equipe, que trabalha às vezes numa urgência muito complicada, não é? Então, eu não sei. Eu não dou notícia do *modus operandi* de cada equipe, de cada...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) – O.k. O senhor disse que a Central de Capitação MG Sul Transplantes funcionava em Pouso Alegre, a sede.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - A CNCDO Regional Sul de Minas, quando foi criada, foi estabelecida a sede a Pouso Alegre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A auditoria diz o seguinte: A Regional — seria essa, no caso — MG Sul Transplantes não está legalizada, por não possuir ato de sua instituição nem termo de cooperação. O espaço físico é custeado pela Santa Casa (aluguel) e por associação de transplantados da região, Pró Rim, e utiliza-se de formulários não-oficiais. É o que está na auditoria do Ministério da Saúde. Por isso que nós estamos citando aqui apenas documentos oficiais que estão em poder desta Comissão.

Não sei se algum Parlamentar, o Pastor Pedro Ribeiro está satisfeito com o depoimento.

Queria apenas apresentar também aqui ao senhor... nós temos aqui um recibo do Banco de Olhos e Órgãos do Sul de Minas: Recebemos do Sr. Raimundo Coutinho, residente à Travessa Cândido José Souza, 76, Bairro Santo Antônio, na cidade de Pouso Alegre, nesta cidade, a quantia supra de 2 mil reais, correspondentes à sua situação efetivada nesta dada. Poços de Caldas, 9 de outubro de 96, para o Banco de Olhos e de Órgãos Sul de Minas. Assinado, não sei o quê Bertosi, segundo tesoureiro.

Então, o banco de olhos funcionava na cidade e, segundo a informação aqui, ele recebia até doações de pessoas para o banco de olhos.

Nós queremos agradecer o depoimento de V.Sa. prestado nesta Comissão. Nós temos certeza de que muitas informações aqui colhidas vão ser importantes para a análise do Relator, na conclusão do seu relatório, e dizer que os inquéritos que não chegaram até V.Sa. na época se encontram na delegacia da Polícia Federal de Varginha. São 16 inquéritos de outras pessoas — já não é mais do Paulo, não —,





de outros casos, onde 4 já estão concluídos e apontam para irregularidades semelhantes a esse caso de Paulo Pavesi.

Está encerrado o depoimento.

Quero deixar a palavra para explanação final.

**O SR. JOÃO CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO** - Eu quero me colocar sempre à disposição desta Comissão, inteiramente à disposição, para qualquer coisa que eu puder colaborar. E agradeço a boa acolhida. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) – Obrigado. Está encerrado este depoimento.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Deputado Geraldo Thadeu.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Enquanto nós temos o intervalo aqui de um para outro depoente, gostaria da permissão de V.Exa. para ler aqui uma carta aberta aos Deputados Federais que é encaminhada pelo Pró Rim, que é esse pessoal que está aqui, que pediu que eu a lesse aqui:

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eis a Carta Aberta aos Deputados Federais:

*“Os renais crônicos e transplantados renais de Poços de Caldas e Região vêm repudiar acusações contra a equipe médica que realizava transplantes renais na Santa Casa de Misericórdia de Poços de Caldas e que levaram ao fechamento do Centro de Transplantes:*

*Nunca houve venda de órgãos na cidade. Esta constatação pode ser comprovada se os Srs. Deputados ouvirem os pacientes transplantados ou seus familiares e verificarem o cadastro de notificação de morte encefálica e seus respectivos receptores;*

*O MG Sul Transplante não era clandestino. Era de conhecimento da Diretoria Regional de Saúde do Sul de Minas, do MG Transplante, ao qual era subordinado, e do SNT — Sistema Nacional de Transplante, que tinha*



*conhecimento de todas as regionais de Minas em funcionamento; confiamos no Dr. Álvaro Ianhez e sua equipe, temos absoluta certeza da honestidade e ética médica destes profissionais e somos testemunhas de seus esforços para dar uma qualidade melhor de vida aos renais crônicos e transplantados renais de Poços de Caldas e região.*

*Durante os 11 anos em que o Dr. Álvaro e sua equipe estiveram à frente dos transplantes renais em Poços de Caldas, eles sempre nos atenderam gratuitamente, a qualquer hora do dia — antes e depois dos transplantes.*

*Foram incansáveis guerreiros na conquista de benefícios para os renais crônicos e transplantados renais. O respeito que a população de Poços de Caldas tem pelo trabalho desenvolvido pelo Dr. Álvaro e sua equipe, como médicos, e o sucesso e a idoneidade do trabalho à frente do Centro de Transplantes despertaram o interesse de grandes empresas, que apoiaram, financeiramente, a construção de um novo Centro de Hemodiálise, considerado um dos melhores do Estado de Minas Gerais, e a aquisição de um Ultrassom Ecodoppler, essencial para exames pré e pós-transplantes. Hoje, esse equipamento atende toda a população de Poços de Caldas e região na realização de vários tipos de exame pelo SUS — de janeiro a junho de 2004, foram feitos 3.400 exames pelo SUS.*

*Durante os 11 anos — 1991/2002 — de funcionamento da MG Sul Transplantes, foram realizados 203 transplantes renais — 199 através do SUS — Sistema Único de Saúde, 1 particular e 3 através de convênio. Somos hoje 116 transplantados com ótima qualidade de vida.*



*Vale ressaltar que dos 199 transplantados através do SUS, a imensa maioria era de pacientes extremamente carentes. A carência dos transplantados renais pode ser comprovada no trabalho desenvolvido pela Pró-Rim — Associação dos Renais Crônicos e Transplantados Renais de Poços de Caldas e Região. Cerca de 90% desse trabalho está voltado para a distribuição de cestas básicas, obtenção de consultas médicas gratuitas, pagamentos de biópsia, distribuição de remédios para os associados e passagens e alimentação para os renais e transplantados renais realizarem exames e acompanhamento médico em outros centros, como Campinas e São Paulo.*

*Como falar em venda de órgãos para pacientes que nem têm o que comer?*

*E por falar na Pró-Rim, gostaríamos de salientar que, ao contrário das acusações feitas a esta CPI, a instituição foi fundada, em 1998, pelos primeiros transplantados renais de Poços de Caldas — Israel Elias de Paula (transplantado há 12 anos) e Lourival da Silva Batista (transplantado há 13 anos). A Pró-Rim é uma instituição séria, que nunca recebeu um tostão do MG Sul Transplantes e sobrevive graças à doação de 2 reais de associados que podem contribuir e do apoio da comunidade e de empresas da região.*

*Esta é a história de Álvaro Ianhez e de sua equipe, homens que lutaram tantos anos pelos pacientes renais. O Dr. Álvaro é considerado um 'pai' para todos nós. Ele e sua equipe merecem o nosso apelo aos Srs. Deputados para que façam suas averiguações com imparcialidade, separando a verdade das fantasias daqueles que, por outros interesses e/ou motivações, querem destruir um trabalho vitorioso de mais de 20 anos.*



*Confiamos na capacidade de discernimento dos Srs. Deputados, eleitos por nós para ajudar a conduzir o nosso País.*

*Pró-Rim — Associação dos Renais Crônicos e Transplantados Renais de Poços de Caldas e Região”.*

Eu passo aqui à Presidência este documento para que possa arquivar na CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos dar um tempo, Deputado, de 5 minutos. Está havendo uma votação nominal. O meu partido está em obstrução, eu não preciso ir lá. Vou ficar na CPI. Mas o Pastor Pedro Ribeiro e o Deputado Geraldo têm um tempo para ir lá votar, e nós vamos aguardar para convocar o novo depoente.

Solicito à Secretaria que convide o Sr. Álvaro Ianhez para adentrar a sala e tomar assento à Mesa. *(Palmas.)*

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos dar continuidade aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu quero convidar o Sr. Álvaro Ianhez para que preste juramento a esta Comissão.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, eu advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal, art. 342: *“Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral”.*

O Dr. Álvaro Ianhez foi citado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem por objetivo investigar as diversas denúncias, que existem em algumas regiões do Brasil, sobre irregularidade no sistema de transplante e tráfico de órgãos humanos. E nós o convidamos para estar aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar esclarecimento a esta Comissão. E V.Sa. terá o tempo de 20 minutos para falar sobre a sua atuação, na cidade de Poços de Caldas, como coordenador do sistema de transplante da MG Sul, sobre o caso específico. Se houver necessidade de pedido e a juízo desta Comissão, poderemos prorrogar o tempo. Durante esse tempo, V.Sa. não pode ser aparteado, nem interpelado pelos



Parlamentares. Logo em seguida ao encerramento da sua fala, os Deputados farão perguntas para tirar quaisquer dúvidas que parem sobre o depoimento prestado.

Concedo a palavra, pelo tempo de até 20 minutos, ao Dr. Álvaro Ianhez.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Agradeço a essa Comissão a oportunidade de poder esclarecer os fatos e colocar a verdade dos casos. Não existe uma transparência para que eu possa... Tem jeito de ir colocando para mim?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Se V.Sa. necessitar, poderemos suspender por uns 10 minutos, até que chegue a transparência. É que temos um serviço, se não me engano, de DVD aí, não é?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É porque eu pedi a transparência, porque eu não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós podemos interromper por um prazo de 10 minutos. Caso V.Sa. também queira falar algum assunto fora da transparência, poderá falar, ou então a gente aguarda até a instalação da transparência, sem prejuízo do depoimento. A gente pode aguardar, suspender por uns 10 minutos, até a chegada da transparência e a instalação. *(Pausa.)*

Vamos suspender pelo tempo necessário, até que chegue o equipamento.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos dar continuidade ao depoimento aqui na CPI e conceder a palavra ao Dr. Álvaro Ianhez, pelo tempo de até 20 minutos, prorrogável, a pedido e a juízo da Comissão.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Mais uma vez queria agradecer essa Comissão por poder responder aos questionamentos desse processo todo. Queria, também, agradecer meus pacientes, meus amigos. Bom, aqui é uma amostra desde quando estamos em Poços de Caldas, em 1980, de todos os trabalhos em que a gente foi a congresso. Há pelo menos 100 congressos que a gente fez e dos quais muitos de captação de órgãos, de transplantes. Aqui começa um trabalho básico, em que basicamente uma conscientização regional, desde grupo escolar até Rotary Club, Lions Club, as Diretorias Regionais de Saúde, as jornadas médicas, os congressos, vários congressos mineiros, congressos brasileiros de nefrologia e transplante, que a gente apresentou os trabalhos relacionados à captação e transplante de órgãos na região. E em cima desse tema, nós fomos, por eleições diretas, durante 8 anos, nós participamos do Departamento de Defesa Profissional de Diálise e de Transplante.



E, atualmente, nós participamos do Departamento de Diálise da Sociedade Brasileira de Nefrologia. Isso aqui... Então, o transplante renal em Poços de Caldas começou em 1991, isso depois de muito estudo. Nós jamais deixamos de freqüentar, principalmente o Hospital das Clínicas, basicamente mensalmente, para que a gente construísse na frente um serviço de transplante. E a partir de agosto de... em 97 e agosto de 98, começaram as novas leis de transplantes e que instalavam as coordenações de notificação e distribuição de órgãos. Então, como antes era regionais, sem nenhuma regulamentação efetiva do Ministério, cada Santa Casa, cada hospital, tinha suas listas de espera, e a nossa já era uma lista de espera regionalizada. Aqui nessa época, em 96, a gente completou 60 transplantes, e somente em 99 é que se completou 200 transplantes. Então, nessa época, nós recebemos dos coordenadores do MG Transplante essa carta em que nos colocava como coordenador do MG Transplante e para que isso se concretizasse. Não bastasse isso, o próprio MG Transplante encaminhou para as regionais de saúde da região a mesma carta, dizendo que eu era o coordenador. Existiam 4 regionais de saúde na região, e todas elas receberam o comunicado de que eu era o responsável pela CNCDO do sul de Minas. Então, tinha a Diretoria Regional de Alfenas, de Varginha, de Pouso Alegre e de Passos. Diante disso, a estruturação da MG Sul Transplantes passava por verba pública. Então, quando mudou o Governo, em 98, quando eu recebi essas cartas, foi em agosto, então, ficou mais 4 meses, porque houve eleição, quando mudou o Governo, essas regionais dependiam das verbas dos Estados. Então, os Estados, particularmente Minas Gerais, não colocaram todas as verbas necessárias para que isso se implementasse. Então, várias reuniões foram feitas na Secretaria de Saúde com as regionais de Montes Claros, de Uberlândia, de Juiz de Fora, para que se oficializasse junto ao SNT essas regionais. Tanto é que o MG Transplante só veio a ser oficializado pelo Sistema Nacional de Transplante no ano 2000, sendo que a portaria saiu em 98. Isso é a organização, a organização nacional do transplante que é lenta. Sai a lei, mas a organização demora a se fazer. Então, eu era reconhecido, em 2000, pelo Dr. João Carlos, como CNCDO do sul de Minas, que ele me mandava os relatórios pela Secretaria, pelo MG Transplante, tanto do interior como do Estado, porque todos os procedimentos, feitos em Poços de Caldas, de captação, eram encaminhados ao MG Transplante. Eles tinham todas as nossas atividades. Aí está o João Carlos de Oliveira. E como





essa estruturação não estava a contento no final do ano de 2000, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais convocou um debate sobre transplante de órgãos, e eu, como representante da regional sul, fui convocado para apresentar o trabalho, nesse debate, como Coordenador do MG Sul Transplantes. Quem passou isso para Assembléia foi a Secretaria de Estado de Saúde e o MG Transplante. E aí está, depois, o Deputado Estadual Edson Resende e o Dr. Viana me congratulando pelo trabalho feito na região nessa época e encaminhando para a Comissão de Saúde a regulamentação de Poços de Caldas e de Uberlândia. E, ainda depois, Montes Claros e Juiz de Fora, que também ainda não estavam oficializados. Ficou muito claro no depoimento do Dr. João Carlos de Oliveira, em que ele fala: ...*“do período anterior a 98 o MG Transplantes funcionava de forma incipiente e também o MG Sul Transplante, bem como outras regionais funcionavam descentralizadas e regionalizadas, com o conhecimento do Ministério da Saúde e do MG Transplantes. Que o Dr. Álvaro era referido como coordenador do sul do Estado, bem como ocorria em Uberlândia, Juiz de Fora e Montes Claros, que, tão logo assumiu a coordenação, empreendeu esforços visando à oficialização das centrais que funcionavam e funcionam de fato, mas o processo para sua criação é lento e trabalhoso, sendo que o próprio Ministério da Saúde pressionava para criação e oficialização das centrais, mas não concordava com a sua extinção”*, das não oficializadas. Em 2000, depois do caso Pavesi, sofri várias auditorias, dentre elas uma auditoria do Estado, da Secretaria de Saúde do Estado, em que há alguns trechos: *“não foi confirmada qualquer evidência de atendimento desrespeitando a lista única regional, inclusive de usuários futuros receptores residentes no sul de Minas. DRS Pouso Alegre, Varginha, Passos e cidades do norte de São Paulo próximas a Poços de Caldas. O SAME é fragmentado em algumas peças essenciais do prontuário, como laudos de morte encefálica são guardados pela clínica especializada, assim como autorizações de retirada de órgãos e autorização de transplante pelos receptores”*. Isso realmente é uma formalidade que existia, uma informalidade que o próprio nome diz, o prontuário era fragmentado, mas todo o conteúdo do prontuário existia, ou na Central de Captação ou na Santa Casa. E aí, o pessoal, o Dr. Argemiro, que assinou. Essas novas leis vieram com vários outros procedimentos. Um dos procedimentos, para vocês entenderem: busca ativa de doador de órgãos ou de potencial doador. Então, as coordenações de centrais de



transplantes, as coordenações de comissões intra-hospitalares de transplantes, principalmente diante de uma pessoa que está, por exemplo, principalmente o fígado ou o coração, que está esperando por um órgão, quando existe um desses casos, eles ligam para vários hospitais para saber se tem potencial doador de órgãos. Então, a partir dessa data, se criaram esses procedimentos. O que significa isso? Significa que há uma pessoa que está em processo de diagnóstico de morte encefálica, passou pelo primeiro exame clínico, tem o segundo exame clínico 6 horas depois, esperando uma arteriografia, ele é um possível doador e/ou um potencial doador. Tanto é que as notificações de potenciais doadores somente, dependendo dos centros, 40% a 50% se tornam doadores efetivos, ou por diagnóstico, dentre uma das coisas o diagnóstico de morte encefálica não comprovada, ou parada cardíaca antes, ou exames não compatíveis com a realização de transplante. E, diante disso também, localização e abordagem de possível doador de órgãos. Uma outra coisa importante é o seguinte, que a família que... o art. 4º que está aqui embaixo: *“Os familiares que estiverem em companhia do falecido ou que tenham oferecido meios de contato serão obrigatoriamente informados do início do procedimento para verificação de morte encefálica”*. O que significa isso? Se a família, a coordenação estiver em contato com a família, a coordenação do transplante é obrigada a dizer para a família todos os passos que vão ocorrer a partir daquele momento, que vai se instalar o protocolo de morte encefálica, que os médicos adequados irão fazer os exames, que vai se fazer um primeiro exame clínico, fazer um segundo exame clínico pelo intensivista ou clínico e ou pelo neurocirurgião ou neurologista e, posteriormente, um método gráfico, que pode ser Ecodoppler, arteriografia cerebral ou eletroencefalograma. Todos esses exames é que mostram a parada ou não de fluxo cerebral. Aqui como também deve vir, a questão é a respeito de sedação no paciente grave, sedação no paciente com morte encefálica. Este paciente, particularmente, tinha tomado a última ampola de Dormonid às 4 e meia da manhã e somente 8 horas após é que se instalou o protocolo de morte encefálica. O Dormonid Midazolan, que a vida média, a duração da ação dele é 2 horas, meia vida de 4 horas, então, com bastante tempo para ter excretado essa medicação. O paciente não estava sob sedação. E uma outra coisa importante, então quero deixar claro, vou responder às perguntas de todos, V.Exas., mas que jamais fiz diagnóstico de morte encefálica para transplante. O meu único



papel era acompanhar a família e foi explicitamente neste caso porque tínhamos uma equipe que fazia propriamente a captação, que fazia a entrevista com os familiares dos doadores. Nesse dia, infelizmente, eu era a única pessoa nefrologista que estava na cidade e quando avisado da morte encefálica, da possível morte encefálica, eu fui até lá. E também, se eu participei da retirada de órgãos, do implante de órgãos, eu sou nefrologista, eu realmente não retiro órgãos e não transplanto, mas se eu tivesse técnica para isso, se eu tivesse sido treinado para isso, que eu sou clínico, eu poderia fazê-lo, tanto retirar o órgão como implantar, jamais fazer o diagnóstico de morte encefálica, como não fiz. Porque a lei que concedeu, *“conceder autorização para realizar retirada de órgãos e transplante de rim à equipe especializada assim identificada”*, o qual eu era o responsável técnico. Então, se eu tivesse participado disso eu estava dentro da lei. E um outro fato importante que aconteceu é que as arteriografias desapareceram. Isso aqui foi uma auditoria bem no início, em 15 de janeiro de 2001, que o Dr. Júlio de Abreu Neto, do Ministério da Saúde, foi buscar esses exames, o laudo de exame de necropsia — que a gente vai responder, que não existiu —, o atestado de óbito, laudo de exame de neurorradiografia do menor, o prontuário completo. Como o prontuário era fragmentado, realmente na Santa Casa não se encontrava em nosso arquivo o laudo do exame de neurorradiografia. Realmente, o laudo da angiografia não tinha sido dado até essa época, porém, o laudo estava implícito no protocolo de diagnóstico de morte encefálica e *stop* cerebral, mas aí confundiram com o sumiço das arteriografias. Que as arteriografias estavam na central e que foi vista pelo Dr. Edward Ladislaw, em que ele no primeiro ciente, no 3: *“Apresentadas 8 chapas de carótidas realizadas no Hospital Pedro Sanches, no dia 20/04/2000, com passagem de contraste além do sifão carotídeo. Não consta laudo. Ciente. Vi os raios X, neurorradiografias, apresentadas 7 chapas de 21.04.00, com laudo anexo realizado na Santa Casa de Poços de Caldas. Vi os raios X.”* Então, jamais sumiram as radiografias do garoto, tanto é que posteriormente, em visita da Polícia Federal com a Promotoria Pública, eles levaram essas chapas, praticamente 1 ano depois e está no processo judicial. Aqui só para... aquele pedacinho lá no início, só para documentar que toda a estruturação do transplante continuava, algumas coisas ainda continuam, por exemplo, que se questionou da cobrança, que a gente não vai entrar no caso, mas somente em 2001 — eu quero aquele pedacinho lá —, *“somente*



em 2001, o Ministério da Saúde divulgou, ontem, medidas para aumentar a captação de órgãos e o número de transplantes realizados no País. Entre elas está a permissão para que qualquer hospital, que faça a captação, possa cobrar os custos do SUS, mesmo que não seja credenciado, o reajuste dos valores pagos por cirurgia". Isso é de 24 de janeiro de 2001. Um outro fator muito falado é a respeito das doações. Esse aqui é... teve na verdade 3 doações, 3 pessoas que fizeram doações. Esse é o depoimento de um deles, do Seu Agenor Argeu, em que o Vicente Pereira, que é o genro dele, lhe narrou as dificuldades sofridas por alguns transplantados, quando então, espontaneamente, fez uma doação no valor de 3 mil reais em fevereiro de 1995. Fez também outra doação de 1 mil reais em setembro de 97, e outra no mesmo valor, em fevereiro de 97, conforme cópias de recibos apresentados ao declarante e por eles confirmadas. E outra coisa: todas as doações feitas, foram feitas após a realização do transplante renal das pessoas, nunca antes. E que esse dinheiro foi para o Banco de Olhos e de Órgãos, certo, que está aqui contabilizado. Depois eu faço questão de deixar com a Comissão todos os recibos que esse Banco de Olhos e de Órgãos e para que se deveu isso, onde foi empregado isso. E eu fico muito tranquilo aqui. Eu não sei se a gente pode pedir isso, mas no meu primeiro depoimento na Polícia Federal, em 2000, eu pedi para que todas, a minha conta, a conta das minhas filhas e da minha esposa fossem abertas à Polícia Federal e faço o mesmo aqui. E aqui o recibo que a pessoa fez a doação. Para onde, para que foi... Esse é um exame de tomografia computadorizada — isso é data de 96, 95 —, que antes a Santa Casa não tinha tomógrafo. O tomógrafo foi, acho, que a partir de 1999, 2000, só existia um tomógrafo na cidade. Então, esse exame como o exame de biópsia renal, exame de histocompatibilidade, eram todos feitos fora de Poços de Caldas e eram cobertos ou pelo próprio paciente ou então por esse Banco de Olhos e de Órgãos, se houvesse caixa. A mesma coisa. O Ultrassom Doppler. E tem uma coisa aqui muito interessante que isso aí foi... Todos os nossos pacientes, como vocês estão vendo aí, são pessoas humildes e muitas delas não tinham o que comer. E quando existia... Quando precisava ir com urgência, no caso de ter um transplante, que saía para essa pessoa, quer dizer, muitas vezes, se era fim de semana, não tinha como essa pessoa se deslocar até lá. Essa paciente, em particular, foi pago um táxi para ir apanhá-la na casa dela para levá-la para o hospital para fazer o transplante. Está com praticamente, acho que 10



anos de transplante. Isso aqui é o que a gente está vendo hoje aqui. É o manifesto das pessoas em que a gente, com muito carinho, com muito profissionalismo, conseguiu levar. É uma coisa importante, aí é de uma cidade de Cruzília, que tem mil pessoas com CPF e RG. Aqui é o Conselho Regional de Medicina no momento em que começaram a sair as denúncias de irregularidades no transplante, irregularidades no diagnóstico de morte encefálica, cobrança de pacientes. O Conselho Regional de Medicina entrou com uma sindicância e eu respondi a essa sindicância. Por unanimidade, eles arquivaram o processo. A Procuradoria da República, não dando por satisfeita, entrou novamente com o processo e está na mão do Relator atual para decidir a posição. Aí foram ouvidas mais de 20 pessoas no processo todo, inclusive eu. Esse é um manifesto, também, da Câmara Municipal de Cruzília, que fala a respeito do nosso trabalho e da importância, não só do nosso como de todo o grupo das pessoas envolvidas nos transplantes, quanto benefício isso trouxe para a região. Aqui é só o trabalho, como é que foi feito. Quer dizer, o serviço de transplante não começou do nada. Ele começou com 1 transplante, 2 transplantes ao ano, até se solidificar, até você ter uma equipe capacitada. Então, em 1997, a partir das leis, todos os procedimentos, desde as notificações iniciais em qualquer cidade vizinha ou na própria Santa Casa, recebidas pela Central, nós recebíamos essas notificações e encaminhávamos ao MG Transplante mensalmente. Então, você tinha a notificação de potencial doador de órgão e você tinha ou não a efetividade dessa retirada. Isso tudo era regulamentado no MG e encaminhado para o MG. E assim em 99 e em 2000. Então, a Regional chegou a ter uma captação importante e todos esses órgãos, o DENASUS fez uma auditoria nos últimos 100 transplantes e todos os doadores cadáveres tinham o seu destino. Quer dizer, todos os órgãos não aproveitados, de rim, em Poços de Caldas, eram encaminhados para o MG Transplante, e depois de 97, da lei, eram todos. Quando o MG não podia ir até Poços de Caldas, por problema de logística, de transporte, esses órgãos eram encaminhados para a Universidade Estadual de Campinas, que é uma universidade pública. Nunca foi encaminhado um órgão para organização não pública. Aí foi a escalada desde o início, 91, 92 até 2000. Em 2000, no final de 2000, quando fomos na Assembléia Legislativa, tínhamos 161 transplantes: 63% de doadores cadáveres e 30% de doadores vivos. A sobrevivência desses pacientes está muito na média brasileira. Praticamente 80% dos transplantes, isso com paciente



com mais de 5 anos, 80% dos pacientes estavam vivos em 2000. Aqui esse trabalho todo, até 1999 praticamente só se pagava o ato do transplante, para o médico... 98, desculpem. Mas em 99 começou a haver o pagamento propriamente dito. Não se pagava o acompanhamento pós-transplante. Aqueles pacientes que tinham intercorrências pós-transplante iam para a casa e voltavam. E isso, 20% a 30% das pessoas reinternam, principalmente nos primeiros 3 meses de pós-transplante. Os primeiros 6 meses são muito críticos para isso. Então, nós chegamos a usar até a Polícia Rodoviária para que fosse buscar material para fazer exame de histocompatibilidade. E aqui está uma placa que eu recebi do Sr. Paulo Pavesi e a esposa, 5 dias depois da morte encefálica do garoto, em que ele diz que *“no momento mais difícil e doloroso de nossas vidas, o seu gesto humano e profissional nos deu segurança e conforto para seguirmos em frente. Nosso eterno agradecimento”*. Então, foi realmente o que o coordenador de central, o que o coordenador de uma organização de procura de órgãos tem que fazer diante de uma família em sofrimento, porque é muito difícil você estar perante uma família em sofrimento, que perde um filho, e estar doando esses órgãos para outras pessoas. Isso realmente me comoveu. Jamais havia me acontecido isso. Então, uma coisa que no momento eu, na minha simplicidade e na minha honestidade, ia acreditar que as pessoas pudessem realmente estar fazendo aquilo com o coração, veio a me trazer, posteriormente, todo esse desconforto. E, na realidade, era isso o que eu estava fazendo. Eu estava dando conforto, explicando todos os passos do que ia ser feito para poder ter o diagnóstico definitivo de morte encefálica. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado, Dr. Álvaro Ianhez.

O Deputado Geraldo Thadeu deseja interpelar o depoente? *(Pausa.)*

Com a palavra o Relator, Deputado Pastor Pedro Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro Ianhez, boa noite.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Boa noite.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro, como o senhor classifica a lei brasileira dos transplantes?





**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Olha, boa. Atualmente a Lei dos Transplantes é uma das mais completas do mundo. Aqui já deve ter sido falado, existem países em que não se necessita do diagnóstico complementar ao diagnóstico clínico. Porque o que acontece é o seguinte: às vezes, a subida de um contraste, em 10% dos casos, essa pessoa está morta. O que o contrário, que não subir contraste, a pessoa está morta.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor se considera um grande conhecedor dessas leis?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, eu tenho conhecimento das leis dos transplantes.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Tanto a Lei nº 9.434 quanto os seus regulamentos?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor faz transplante desde quando?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Desde 1991.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor iniciou mesmo em Poços?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Em Poços de Caldas. Eu já havia participado, no Hospital das Clínicas, onde eu sempre convivi com o Hospital das Clínicas, fiz minha residência médica no Hospital do Servidor do Estado e, posteriormente, fiz uma atualização no Hospital das Clínicas e, mensalmente, ia para o Hospital das Clínicas em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor recorda, participou de quantos implantes ou retiradas dos mais diversos órgãos? O senhor implanta quais órgãos?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Como eu falei ao senhor, eu não implanto os órgãos. Eu basicamente cuido do receptor. Como nós éramos o organizador da Central, nós nos preocupávamos com as pessoas que vinham receber esses órgãos e, posteriormente, com o receptor praticamente dito. Quem implanta os órgãos e retira são os cirurgiões. Como mostrei ali para o senhor, até se eu tivesse habilitação técnica para fazê-lo...



**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Especialidade, o senhor tem, pois é nefrologista.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sou nefrologista, mas quem implanta os órgãos são cirurgiões, ou urologistas ou vasculares.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor responde ou já respondeu a algum processo?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Estou respondendo um processo por crime doloso nesse caso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É o primeiro?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É o primeiro.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Não há nenhum outro caso?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nenhum outro caso. Em toda a minha vida médica, vou fazer 30 anos de médico, jamais fui questionado por nenhum doente na minha vida, nem pelo Conselho Regional de Medicina. Nada.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Esse caso surgiu em 2000, não é isso?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Em 2000.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Mesmo com o surgimento dele, de lá para cá não surgiu mais nenhum outro?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Mais nenhum outro.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor não está sendo indiciado de mais nada?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não estou respondendo mais nada. Só por esse caso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro, o senhor está lembrado de que está sob juramento?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Que não pode deixar de dizer a verdade nem fazer...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Muito bem.



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Tudo que estou sendo, que tem outro caso de cobranças, tal, é oriundo desse caso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Sei.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Certo?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Então, o único caso é do Paulo Veronesi Pavesi.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro, quanto à MG Sul Transplantes. Quando a MG Sul Transplantes foi registrada na Junta Comercial e quais eram os sócios na sua fundação?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Na realidade, a MG Sul Transplantes... existia, em Poços de Caldas, o Banco de Olhos, desde 1978. É um dos Bancos de Olhos mais antigos de Minas Gerais. O Dr. Guerra deve conhecer. E, em 1993, essa associação, que era uma associação filantrópica, tornou o Banco de Olhos em Banco de Olhos e de Órgãos, usando o nome fantasia de MG Sul Transplantes, visualizando uma possível regionalização de transplante, congregando todo o pessoal da região.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Eu queria muito lhe fazer essa pergunta, porque, dado termos impressos em nossas mãos peças do próprio processo, quando vem Secretaria do Estado e MG Sul Transplantes, ou seria o nome fantasia ou essa empresa seria irregular. Ou seja, o senhor não foi arrolado no processo a questão da irregularidade da MG Sul Transplantes? Ou satisfaz só em dizer que ele provinha do Banco de Olhos?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não entendi bem a pergunta do senhor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Sempre aparece... O nome que aparece é o de fantasia: MG Sul Transplantes. Mas, no momento em que ele não existe como empresa, haveremos nós, aqueles que primam pelo cuidado da lei, de questionar, porque o senhor estaria trabalhando sob a égide de uma organização irregular. Então, se ela é só nome de fantasia, quem dá regularidade é o CNPJ do Banco de Olhos.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É isso?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeito. Era o Banco de Olhos, com o nome fantasia de MG. Só que são coisas diferentes. Quer dizer, o Banco de Olhos é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, justamente para receber doações quando tivesse, para manter materiais que precisassem exames como estava claro aqui. Agora, o nome MG Sul Transplantes, que era um nome fantasia, era justamente para organizar a central regional do sul de Minas.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Muito bem. O Deputado Geraldo Thadeu deu uma explicação até muito boa, muito clara sobre isso. E um documento que o Presidente Neucimar leu, quando foi por um Vereador solicitado, parece, um voto de louvor, uma coisa assim, ao Banco de Olhos, que, naquele documento, diz que ele, para ampliar as ações, passaria a denominar-se MG Sul Transplantes.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Mas não careceria, na Junta Comercial, da mudança desse estabelecimento?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Foi feito isso?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - De mudar o estatuto?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É, porque é o seguinte: se nós temos uma empresa; essa empresa vende eletrodoméstico, mas eu expando para vender também, digamos, material elétrico, é possível fazer com o mesmo nome, mas eu tenho que entrar na Junta Comercial com um aditivo, dizendo que daqui por diante ampliam-se as ações da minha empresa, vendendo também aquele outro tipo de material. E, se eu mudar o nome, mesmo que permaneça o de fantasia, mas na razão social também tem que ser feito esse aditivo. O senhor lembra se foi feito?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. Mas deixa eu explicar para o senhor. Quando MG Sul Transplantes, nome fantasia, é mais no intuito de conscientização das pessoas de doações. A MG Sul Transplantes, o Banco de Olhos e de Órgãos, não tinha como fundamento lucro, não tinha como fundamento empresa. Certo? Não era empresa lucrativa e, sim, uma instituição de organização relacionada à doação de órgãos.



**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** – O Deputado Geraldo Resende pede um aparte. Desculpe, Geraldo Thadeu. Depois eu quero prosseguir.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eu estou entendendo mais ou menos. Eu acho que já entendi o que o Deputado Pastor Pedro Ribeiro queria dizer.

Quando o Banco de Olhos... e aí incorporou para também Banco de Órgãos, para atender... Era para atender não só pessoal de bancos de olhos como banco de órgãos, quer dizer, transplante de rim, que fosse atendido, que esses recursos, as doações estimulassem a atender esse pessoal em todos aqueles objetivos — de ajuda, de exame, alimentação, transporte, de assistência ao pessoal —, como muitos daqui, que estão... participaram. Acho que é isso aí. Porque a razão da incorporação dessa...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Entendi, entendi.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Aliás, até, coincidentemente, eu tentei me esforçar para conseguir ajudar naquela hora de esclarecer...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Não, e ficou... eu entendi isso mesmo.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Acho que é mais ou menos bem isso que o Dr. Álvaro está dizendo.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É, eu entendi. A única coisa, Deputado Geraldo Thadeu e Dr. Álvaro, é que nós, pelos documentos que nós lemos...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - ...fomos conduzidos a entender que o senhor agia, operava, e fazia esse trabalho todo que o senhor explicou...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Hã, hã.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - ... debaixo, sob a égide de uma organização irregular. E inclusive solicitamos — e isso dá sanção pela Lei dos Transplantes, que o senhor conhece...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Não é? Então, nós pedimos à Junta Comercial uma declaração. E ela diz, explicitamente, que não existe nenhum



registro da organização chamada MG Sul Transplantes. Aí o senhor explica que é um nome de fantasia. Foi isso que eu aventei que fosse. Se for, tudo bem.

Agora, eu levanto outra questão: se o Banco de Olhos era registrado com o nome Banco de Olhos, como é aquele documento? O senhor mostrou agora há pouco, não é, do Estado de Minas. Como é o nome todo do Banco de Olhos?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Banco de Olhos e de Órgãos do Sul de Minas.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Do sul de Minas.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - De olhos e de órgãos, não é?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Certamente há, na Junta Comercial, um aditivo alargando, elasticendo, ampliando essa ação. Eu deixo já isso para depois. Porque quanto a... MG Sul Transplantes, de fato, tem um certificado que não existe. Mas tudo bem, estou satisfeito nesse ponto.

Dr. Álvaro, quem comunicou ao senhor que havia um caso de morte encefálica, ou de um potencial doador do Hospital Pedro Sanches, naquele dia 19 de abril de 2000? Foi o neurologista ou a enfermeira?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Vinte de abril.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Vinte de abril.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É. Eu... foi a Enfermeira Elisa.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Enfermeira Elisa.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Na realidade, ela comunicou ao hospital da Santa Casa, e eu estava de plantão no hospital. A Enfermeira Lourdes, que era enfermeira da diálise, ela me comunicou.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor tinha conhecimento de que o Midazolam tinha sido utilizado no paciente antes da intervenção cirúrgica e sobre a dosagem utilizada?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Foi isso que o senhor explicou há pouco?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Foi isso que eu expliquei. A última ampola...





**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor acha que é compatível?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Compatível. Tanto é que todas as leis... Ali mesmo está... A literatura mostra, com 4 horas você não tem mais substância no organismo, e o tempo era de 8 horas.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Quanto à primeira arteriografia, o que o senhor teria a nos dizer? Porque houve uma arteriografia que havia presença...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Por favor, nos narre sobre isso.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Então...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - E quando foi que o senhor viu isso? Quando o senhor viu, teve contato com essa arteriografia, e qual era o quadro?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Então, a arteriografia foi feita depois dos 2 exames clínicos feitos — certo? — comprovando o diagnóstico de morte encefálica clínico.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Desculpe, doutor, desculpe. Pelo o que nós sabemos, não há registro dos 2.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, isso está no protocolo. Sim, o segundo exame realmente foi uma falha das pessoas, tá?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É, não houve.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Mas como existia... Quer dizer, eu estava acompanhando esse caso desde do momento, tá?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Isso.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Mas antes desse potencial doador descer para o Raio X, o neurocirurgião, Dr. José Luiz Gomes, realizou o segundo exame e desceu para o Raio X. E nesse exame radiológico subiu o contraste. Como eu disse para o senhor, em 10% dos diagnósticos de morte encefálica há subida de contraste. Mas, por lei, não está morto, essa pessoa está viva. Então, o que que aconteceu? Voltou para os cuidados intensivos, sob a égide, sob a supervisão de quem estava cuidando da criança. Eu sai dali e fui pra minha casa, porque o meu trabalho não era



cuidar da criança. Eu estava ali para coordenar aquela captação, orientar os familiares.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Aliás, conforme a lei, que o senhor conhece, talvez até... Dr. Ianhez, pelo que eu tinha ouvido falar do senhor, e a placa que o senhor mostrou e os muitos documentos que o Deputado Geraldo Thadeu trouxe e por mais esse manifesto dessa população que aí está, o senhor é uma pessoa, e tudo faz crer e a gente tem visto, que é bem carismático, e dócil, é bem aceito e certamente tem um bom coração. Talvez tenha sido por isso que, ao a Elisa avisar, o senhor envolveu-se, permita dizer, no caso antes da hora que deveria, conforme a lei, porque o senhor, como coordenador, não poderia participar, desde o início, desse processo, não é verdade?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu não participei do processo de diagnóstico. Eu sempre, quando me chamaram... Eles estavam notificando um potencial doador.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Certo, mas o senhor sabe... Pois não, pode falar, pode falar.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Estavam notificando um potencial doador. Como o coordenador de uma organização de procura de órgãos ou da própria central foi verificar o que tinha sido feito, que é o meu papel. Então, não estava protocolado o início do diagnóstico. E aí, como coordenador, aquilo que eu disse para os senhores: que, se a família estiver presente, eu sou obrigado a dizer a eles tudo que vai acontecer daí pra frente. Que vai ser feito um primeiro exame, um segundo exame 6 horas depois. E foi isso que eu fiz.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Se eu não estou enganado, Dr. Álvaro, o senhor entra pra dizer isso depois de 2 exames clínicos e depois da arteriografia. Aí a constatação da morte encefálica. Aí é chamado o coordenador para chamar a família e orientar a família e então coordenar. Então, talvez por essa coisa toda, que talvez no processo, que culminou com esse, o senhor se tornar um réu numa ação penal por questão de homicídio doloso, qualificado, por motivo torpe, ainda com um agravante por ser uma criança de 10 anos... Então, essas leis que nós estamos defendendo e que são leis boas começaram a ser agredidas. E eu noto que acontece isso muito no Brasil.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Mas se o coordenador estiver presente, se o coordenador estiver presente, como era o meu caso, eu estou apto a conversar com



a família, orientar a família sobre o que vai ser feito. Eu não estou interferindo, não estou fazendo diagnóstico, conversei com a família, deixei que o pessoal fizesse o primeiro exame, fui embora pra minha casa, certo, orientei tudo que ia ser feito com a família, certo? Eu acho que isso é o papel do médico de família. E, no caso do coordenador que está lá, fazer isso. E nem por isso eu estou interferindo no diagnóstico de morte encefálica e estou fazendo o diagnóstico.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Deputado Geraldo Thadeu.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Quando o senhor disse que o Dr. Álvaro é uma pessoa humana, pessoa carismática, e tudo, e principalmente honesta. O fato que aconteceu nesse caso do menino Paulo Pavesi aconteceu comigo. O meu filho na UTI, e o Dr. Álvaro e o Dr. José Tasca foram à minha casa me comunicar a situação: que o meu filho estava praticamente com morte encefálica. Foi feita uma comunicação dessa forma. E que o quadro seria um quadro de acompanhamento. Então, foi da mesma forma que aconteceu, que o senhor está narrando aí pra ele, aconteceu comigo. Aconteceu na minha casa E o Dr. Álvaro e um colega dele foram lá pra me comunicar. Então, eu acho que não está ferindo a lei e também não está... Aí nesse caso, ele estava apenas acompanhando um caso como ele acompanhou todos os casos.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Deputado Geraldo, o que ocorre é que nós, como legisladores e como componentes desta CPI, e eu conversava com a doutora agora há poucos instantes, estamos nos deparando, e eu tenho dito isso sempre aqui, com uma situação nesta Nação em que nós precisamos trabalhar — e eu acho que o trabalho começa aqui nessas nossas entrevistas — para que as leis brasileiras e a Lei do Transplante, que é uma lei boa, mas é complexa, muito complexa... Nós, os brasileiros, temos leis boas, mas somos mesmo negligentes em observá-las e aplicá-las. O fato é que isso que o senhor falou que aconteceu com V.Exa. é exatamente a prova desse coração. Eu já disse aqui, e todo mundo sabe, que eu tenho o maior respeito e carinho por todas as profissões e pela classe médica eu tenho um apreço enorme, porque, como pastor, eu sou médico de alma, de espírito, e só quem pode dar vida e restaurar a vida é Deus e a ciência médica, através dos medicamentos e das intervenções. Eu tenho maior respeito, muito mesmo. Só que, em razão dessa frouxura, desse jeitinho brasileiro que nós damos, eu vejo por esta CPI que precisamos concitar a classe



médica envolvida em transplante, como outras áreas, a ler mais, a ser mais rigorosa nas leis, porque há essa logística, como eu falava há pouco, é muito complexa a coisa de uma retirada de órgão, o transplante de órgão, e às vezes, a coisa corre, e nem o coração se pode usar tanto, porque, se não houver um caso como este, não tem problema, ótimo.

Foi tanto que o Paulo Pavesi ficou feliz, que deu esta placa, porque ele ficou tocado pelo trabalho que eles fizeram como pessoas humanas. Infelizmente, veio a história da conta, e da conta foi aberta essa caixa terrível que está levando a esse sofrimento há tanto tempo. Por quê? Várias coisas foram feitas à revelia da lei, ou seja, atropelando a lei, não esperando o momento da lei. Eu estou colocando por isso, e o Dr. Álvaro sabe que ele fez uma coisa linda, divina. Quem o chamou talvez tenha chamado errado, mas ele só poderia se envolver depois dos dois exames clínicos, do exame provando pela arteriografia que tinha morte cerebral, ele chamava a família, explicava e coordenava então a cirurgia. Era só isso que eu queria dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Pedro Ribeiro, V.Exa. me permite um aparte?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Álvaro, você afirmou, na pergunta anterior do Pastor Pedro Ribeiro, que após a aplicação do medicamento, 8 horas após, foi iniciado o protocolo de morte encefálica. E o senhor disse que é extremamente seguro o diagnóstico de morte encefálica num período superior a quatro horas.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Pela literatura médica, o Dormonid é excretado em torno de 4 horas, mas é importante que se espere de 6 a 8 horas. Nessa história de sedação, tem substâncias tipo os barbitúricos, que você precisa de 24 horas, os opiáceos, você precisa de 12 horas. Então, depende da medicação usada. O Midazolan, em si, com 8 horas, está com segurança total, e há vários pareceres pelo Conselho Federal de Medicina, inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece o Dr. Luiz Alcides Manreza?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Conheço o Dr. Luiz Alcides Manreza.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual a avaliação do senhor sobre o Dr. Luiz Alcides Manreza?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É um excelente neurocirurgião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele, dentro do Conselho Federal de Medicina, ele já fez parte de alguma comissão importante do Conselho?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu acho que ele faz parte do Conselho de Morte Encefálica, não tenho certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acha ele uma pessoa especializada para tratar do assunto?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, eu creio que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, eu vou falar para o senhor o que ele fala sobre o caso de Poços de Caldas.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu vou até...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deixa eu fazer uso da palavra. Alcides Manreza, aqui no caso de Poços de Caldas. Consultado sobre uma situação, o diagnóstico, após a aplicação do medicamento, o Conselho Federal de Medicina indicou o neurologista Solimar Pinheiro da Silva para esclarecer as dúvidas sobre a questão do Dormonid. O Dr. Pinheiro da Silva respondeu: *“No caso específico, me parece um prazo extremamente seguro. Dormonid tem efeito fugaz”*. Mas especialistas consultados pelo jornal disseram: *“O protocolo não estabelece um prazo mínimo entre a administração do Dormonid e como a realização foi aplicada. Portanto, se aplicado com rigor, simplesmente veta o diagnóstico de morte encefálica no caso de paciente que tenha sido medicado com ela.”* Quem diz isso é Luiz Alcides Manreza, professor da USP, Diretor do Serviço de Neuroemergência do Hospital das Clínicas de São Paulo e membro das Câmaras Térmicas de Morte Encefálica do Conselho Federal de Medicina e também relator do documento em questão. *“Não conheço nenhum protocolo de morte encefálica no mundo que exija um prazo inferior a 24 horas após a administração de drogas depressoras do sistema nervoso central e os processos para o diagnóstico de morte encefálica.”* O chefe da UTI do Hospital das Clínicas de Niterói, Paulo Pereira de Sousa, concorda com o Manreza: *“Eu nem pensaria em iniciar um protocolo de morte encefálica antes de 24 horas.”*

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso aí é de revista, não é?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso aqui é uma declaração Dr. Luiz Alcides de Manreza, neurologista da USP.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu sei, perfeito. Mas em que revista, na revista *Istoé*?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Como? Isso aí é uma perícia médica? Como é que é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso aqui, o Dr. Luiz Alcides de Manreza, que o senhor disse que conhece...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, mas é uma perícia médica?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ... que faz parte da Câmara Técnica do Conselho Federal de Medicina sobre Diagnóstico de Morte Encefálica...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeito, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ... que é um especialista na área, foi ele quem deu essa declaração.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, depende do contexto em que ele deu essa declaração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sobre o caso Paulo Pavesi.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, mas depende do contexto, que droga foi usada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dormonid.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Dormonid é com 8 horas. Não sei, não está escrito isso aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Está aqui, Dormonid.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Vinte e quatro horas é barbitúrico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas ele está falando sobre o medicamento aplicado no Paulinho.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não sei, não está...

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Questão de ordem, Deputado Geraldo Thadeu.





**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Primeiro, gostaria de saber que fonte é essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Essa fonte é a revista *Carta Capital*, matéria de que não sei se vocês têm conhecimento.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eu tenho conhecimento dela. Segundo, neste mesmo caso, Sr. Presidente, eu vou voltar a repetir, eu acho que o Dr. Manreza é realmente um expoente da neurocirurgia do País. Um homem que conhece, um homem atualizado e que tem todo conhecimento, mas não é perfeito. Não é perfeito, porque quando ele foi a Poços de Caldas para examinar meu filho ele disse que meu filho recuperaria. No dia seguinte, ele entrou em morte cerebral. Então, ele não é perfeito. E eu acho que na Medicina, como na Odontologia, nós temos vários conceitos, como no Direito. No Direito, a interpretação da lei é complexa. Eu acho que o nosso colega Deputado aqui, que é advogado, sabe muito bem que em Direito, às vezes, há várias interpretações de uma lei. Isso já me falaram muito em discussão com amigos sobre Direito. E na medicina também. Ele não é infalível, ele não é perfeito, ele não é Deus. Ninguém é perfeito. E ele está também sujeito, como no meu caso, que eu trouxe, levei, ele examinou, falou que meu filho se recuperaria, e no outro dia entrou em morte encefálica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou apenas citando, Deputado Geraldo Thadeu...

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Em momento algum, estou desmerecendo o Dr. Manreza, até pelo contrário. Se eu fui atrás dele é porque ele é um médico que em que a gente tinha, tenho confiança nele. Acho que ele é um homem, mas não é Deus, não é perfeito.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu vou devolver a palavra ao Relator. Só estou aqui porque me lembrei que o Deputado havia feito a pergunta. Eu julgo o Dr. Luiz Alcides Manreza pela capacidade dele e pela posição que ele tem dentro do Conselho Federal de Medicina. Inclusive foi um dos participantes da Comissão que criou as normas técnicas do conceito de morte encefálica que são utilizadas pelos médicos na medicina atual. Então, eu o considero um médico capacitado, até porque ele sempre, nesses casos mais críticos, é chamado para dar parecer. Inclusive no caso de Taubaté, ele deu também um parecer dizendo que os



exames não caracterizavam morte encefálica no caso dos médicos. Mesmo assim os médicos do Conselho Regional de Medicina desconsideraram o parecer dele. Não sei como uma pessoa dessa foi indicada para fazer parte da Câmara Técnica do Conselho de Morte Encefálica. Eu acho inclusive que devia haver uma discussão do Conselho para saber se as normas técnicas de morte encefálica estão corretas, porque o homem que elaborou todo o parecer que ele dá, que as pessoas não concordam, dizem que ele não é perfeito. Então, acho que tem que ver se essa norma técnica está perfeita, se as pessoas que estão recebendo diagnóstico de morte cerebral no Brasil estão perfeitamente sendo diagnosticadas de acordo com as normas que foram estabelecidas por essa Comissão.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Sr. Presidente, aí virou uma confusão danada, porque ao mesmo tempo que ele pertence ao Conselho de Medicina, se o Conselho não concorda com a opinião dele, eu também não quero discutir aquele caso de Taubaté, pois acho que o caso tem que ser muito aprofundado, mas considero que aí virou uma confusão danada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só fiz a confusão, Deputado Geraldo, porque, no caso de Taubaté, o Sr. Luiz Alcides foi chamado para fazer uma perícia. Ele fez a perícia, deu o relato dele, e alguns médicos aqui também contestaram. Depois que ele deu o relato, contestaram o relatório do Alcides. Ele foi chamado, neste caso, para dar o parecer dele. Ele deu o parecer, e o Dr. Álvaro e o senhor estão questionando o parecer do Alcides. Então, como ele foi uma pessoa responsável pelas normas técnicas do Conselho de Morte Encefálica, se ele não tem capacidade para dar um parecer como ele está dando aqui sobre o assunto, temos que rever as normas do conceito de morte encefálica no Brasil, que podem ter sido feitas por engano também pelo Dr. Alcides Manreza.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eu não sou médico e nem tenho autoridade para isso. Mas vejo que até na própria medicina existem vários conceitos de morte encefálica às vezes. Por exemplo, há determinado médico que contesta laudos e laudos e técnicas de morte encefálica, e tem direito de contestar. Agora eu vejo, em cima de tudo que vi de morte encefálica, eu até aprendi aqui nesta Comissão, que seria através do exame clínico, comprovado com a chapa de arteriografia. O conceito de morte encefálica que aprendi aqui na CPI é nesse sentido.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Correto.

Deputado Pastor Pedro Ribeiro, devolvo a palavra a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro, o senhor se recorda a partir de que momento o paciente começou a evoluir com a queda de pressão? Depois da craniotomia ou depois da primeira arteriografia?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Excelentíssimo, como eu disse ao senhor, eu fiz o primeiro contato com a família. Instalou-se o protocolo de morte encefálica, o primeiro exame, o segundo exame, e eu não cuidei da criança. Eu não fiquei na UTI cuidando da criança, não era o meu papel. Então, eu não sei dizer para o senhor em que momento a criança começou a deteriorar. É o seguinte: o paciente que está com o primeiro exame clínico de morte encefálica, segundo as regras, ele realmente apresenta uma instabilidade clínica muito grande, que pode durar 24 horas, 36 horas, como ter uma parada cardíaca e durar 5 minutos, entendeu? Então, ele está bem agora, daqui a 10 minutos está hipotenso e...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Então, sendo assim, o Dr. Álvaro não sabe me dizer por que foram suspensas as medicações na noite do dia 20?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Não sabe.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - E eu não sou a pessoa...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor já ouviu falar que durante a noite do dia 20 o menino não teve...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não sei se foi suspenso. O senhor que está me falando, porque eu não estava cuidando da criança.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Por que retornaram a aplicar medicamentos na manhã do dia 21?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Também pelo mesmo jeito. Quer dizer, quem estava cuidando da criança eram os médicos da UTI.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Muito bem.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O que eu sei é que quando fez essa arteriografia a criança voltou aos cuidados de quem deveria estar...



**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Quer dizer que o senhor também não fez recomendação de prescrição de nenhum medicamento quando ele estava na UTI?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Teve um momento, acho que foi no momento em que eu fui ver a criança, parece que a criança estava hipotensa, então aí eu... o intuito médico, o intuito de salvação que foi, eu acho que tem a prescrição aí de 2 medicamentos, de soro fisiológico e de atropina e, posteriormente, de dopamina. Substâncias essas que são para salvar vida. Isso não tem interferência nenhuma na evolução, muito pelo contrário, é para melhorar as condições desse paciente. Se ele tiver que reagir com essas medicações, ele vai reagir. Então, jamais para preservar órgão. Então, eu devo ter feito isso, prescrito até com minha letra, no intuito do médico, de salvação. O médico *“Ah, então faz isso”*, certo? Até esquecendo realmente, quer dizer, no intuito de médico, de querer propiciar a melhor condição.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Certo, quer dizer que o senhor prescreveu nessa visão?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nessa visão.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Certo. O senhor participou da segunda arteriografia?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não participei de arteriografias nenhuma, certo, quero deixar bem claro. Eu acompanhei a família nesses horários. E nesse momento eu estava no hospital, certo?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Mas não estava com os médicos na feitura, na realização?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, não estava. Eu posso até me delongar um pouquinho aí. No momento em que eles terminaram a segunda arteriografia, os familiares, o Sr. Paulo Pavesi, com o irmão e com o pai, estavam no saguão do hospital. O Dr. Jeferson e o Dr. Luiz, após a conclusão, me chamaram, me mostraram a arteriografia, certo? Por mais que eu saiba, eu não sou neurologista, não sou radiologista. Então, me mostram, estava com *stop* tal, tudo bem. Então, eu falei: *“Eu vou chamar a família — era esse o meu papel — pra vir aqui pra vocês explicarem a ela”*. Chamei o Sr. Paulo Pavesi e o irmão. E foram no Raio X e eles olharam. E o Dr. Jeferson — eu não me lembro se o Dr. Jeferson, mas provavelmente o Dr. José Luiz — explicou tudo o que estava em *stop*. Aí foi que o



Dr. José Luiz assinou o laudo de *stop* cerebral, e eles fizeram a doação. Só pra talvez complementar outras perguntas, a partir desse momento, a criança estava morta. Por mais que fale qualquer coisa pra frente — da cirurgia, de anestesia —, desse momento em diante — tanto é que o atestado de óbito deve ser feito a partir desse momento —, qualquer hora que fizer, a partir desse momento, está certo, entendeu? Mas até o ideal que quem assine o atestado de óbito, quem não é o Dr. Álvaro, alguém da equipe de captação, preferencialmente o neurocirurgião ou o intensivista, coloque o horário da morte cerebral.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - De fato, se não tivesse havido esse problema, esse lapso, pra se descer a análises bem profundas sobre os documentos, essa coisa toda, teria realmente terminado aí. O problema é que o senhor sabe que... Primeiro, Dr. Álvaro, o senhor, como conhecedor da lei e como coordenador dos transplantes — nós estamos numa CPI e precisamos ouvi-lo —, sabe que essa autorização não estaria completa sem a assinatura da mãe.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeito, e eu tinha consciência no momento, mas também tinha consciência no momento, no primeiro contato que tivemos na UTI do Pedro Sanches, a mãe, ela se identificou como doadora. E a lei é clara, é a expressão de vontade de doar. Ela não precisa ser escrita. E isso veio a ser confirmado posteriormente, em todas as declarações em que ela faz em televisão e tudo mais.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Quer dizer que o senhor não participou da retirada dos órgãos?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, não participei. Lá no finalzinho, qual era a minha conduta? Eu mais entrava durante as cirurgias, eu costumava entrar no centro cirúrgico pra quê? Pra ver como era esse ato cirúrgico, principalmente dos receptores, porque eu era o responsável por cuidar desses receptores. Então, eu tinha que saber se a pressão desse receptor tinha caído, se existia dificuldade técnica na realização desse transplante, se foi um transplante tranquilo, pra me dar subsídios para o melhor cuidado desse paciente. Tanto é que praticamente de todos os receptores, se eu estivesse na cidade, eu estava na maioria deles, eu entrava em todos. E o recíproco não é verdadeiro, ou seja, durante retirada de órgãos, eu poderia estar presente na retirada, o que a lei me faculta, mas na maioria delas não.



**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro, para que elucidemos quaisquer dúvidas, que fique registrado e entre no nosso relatório, o art. 4º da Lei 9.434 diz assim: “*A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplante ou outra finalidade terapêutica dependerá da autorização do cônjuge ou parente, maior de idade, obedecida a linha sucessória, reta ou colateral, até o segundo grau inclusive, firmado em documento subscrito por duas testemunhas presentes à verificação da morte*”. Está aqui a redação da Lei 10.211. Muito bem. Já vou concluir, Sr. Presidente. A lista de espera para transplante de rins era municipal ou estadual?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Era regional, do sul de Minas, com inclusão no MG Transplante, mas de característica regional, para todo o sul de Minas. Daí que deu origem. Isso já antes de 1997 — a lei surgiu em 1997—, já antes dessa lista, à medida que vinha entrando as pessoas. Então, não era Poços de Caldas, entendeu? Era regional, e por tempo de diálise, no início.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro, eu queria ouvir do senhor: por que mesmo que as córneas foram para São Paulo?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Por um problema explícito de logística, porque em toda essa fase de organização, não só do MG Transplante, como em outros locais, há dificuldade em você ter equipes transplantadoras, principalmente em feriados — e aí me parece o caso — e você ter condução para transportes. Então, essas córneas, através da oftalmologia... Que fique bem claro, porque, apesar de eu ser o coordenador do MG Sul, eu especificamente estava coordenando a fila de rim, e a córnea era basicamente ligada ao MG com os oftalmologistas. Tanto é que quem encaminhou as córneas foi o oftalmologista Dr. Odilon. Isso depois de ter tentado o MG Transplante e tentado a UNICAMP. Aí ele tinha duas opções, porque outra coisa que faltava, toda essa estruturação, era o líquido para preservação das córneas. Ele tinha duas opções: ou jogava a córnea fora ou ele transplantava em outras pessoas. E o senhor deve ter visto no relatório, quanto às duas pessoas transplantadas, que uma foi uma criança de 6 anos e a outra uma criança de 7 anos. Quer maior recepção que isso aí, de criança pra criança.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro, o senhor sabe nos informar quantas horas duram perfeitamente as córneas retiradas e não postas nos conservantes?





**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Então, depende do conservante.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Não, sem conservante. Não tendo conservante, qual é a vida?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não sei dizer para o senhor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O seu colega, que era na época o coordenador do MG Transplante, pareceu até um tanto indignado com a alegação de que tentaram contatá-lo e não conseguiram, dizendo que não poderia acontecer, porque ele mandaria carro, mandaria automóvel, o que fosse — disse aqui, todo o pessoal ouviu —, e não justificaria sair pra São Paulo, porque ele não tinha lá e precisaria lá. Ele discorda da sua colocação.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu sei dessa declaração dele, só que eu não posso concordar, porque, por várias vezes, certo, precisou chamar outras centrais, porque eles não dispunham de transporte. E isso, se o senhor quiser confirmar isso, Uberlândia... Quer dizer, eles faziam, vamos dizer aqui, em termos claros, da tripa coração e, mesmo assim, às vezes não conseguiam, quando eram órgãos tipo fígado, certo? Então aí eles mandavam, conseguiam às vezes mandar avião. Mas perdeu-se alguns — isso em todo o Estado — por isso. E tem Dra. Tânia, que — eu vou deixar com os senhores aí — ela era a coordenadora de Uberlândia, que jamais foi encaminhado pra Uberlândia um avião pra que se transportasse córnea pra Belo Horizonte. Então, eu discordo dele. Não fui eu que fiz, encaminhei, entendeu? Mas, se olhar no processo todo, tem pelo menos 8 a 10 ligações. E existia o avião até o momento da possível retirada de fígado. Da possível retirada de fígado.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É, pelo que se sabe, tinha o avião.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Da possível retirada de fígado. No momento em que não foi retirado o fígado, porque achava-se que a criança estava estável, houve a suspensão do avião no hangar. Isso aí está na declaração.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro, as córneas foram para o Penido Burnier, não é?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Penido Burnier.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O senhor sabe dizer, mesmo que tenha sido depois dos transplantes, se foi solicitada uma oferta às pessoas, uma doação?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É, parece que as pessoas doaram 500 reais cada uma. Eu fiquei sabendo disso *a posteriori*.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - A última pergunta: doutor, o senhor acha que Álvaro Ianhez, Celso Scafi, Cláudio Rogério e Odilon Trefiglio estão sendo injustiçados por estarem sendo hoje réus de ação penal, correspondendo a homicídio doloso qualificado por motivo torpe, com a agravante de ser a vítima menor de 10 anos?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Deixa eu fazer uma... A primeira afirmativa, perfeitamente. Eu acho que nós somos vítima de uma injustiça tremenda, talvez até num sentido de querer regularizar pormenores, entendeu, e seguir estritamente as leis que têm que ser cumpridas até que essa organização realmente funcione, de repente até pegar o nosso caso pra isso. Mas eu não acho justo isso, certo? Realmente, eu acho injustiçado nisso, porque eu não fiz nenhum delito. Eu tenho consciência plena. Não fui ético em nada, por mais que o senhor tenha dito aí, tá?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Aético.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Antiético, desculpa.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Ou aético.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Desculpa. E eu só corrijo o senhor: Dr. Cláudio, Rogério e Dr. Celso Scafi não têm processo nenhum. Eles tinham sido indiciados pela... Eles tinham sido indiciados pelo Delegado Federal, e a Promotoria os tirou e colocou os 2 médicos que fizeram... trataram da criança e fizeram o diagnóstico de morte encefálica.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Ocorre que o Ministério Público não denunciou Celso Scafi e Cláudio Rogério, mas manteve a denúncia contra Álvaro Ianhez e Odilon Trefiglio e incluiu Dr. José Luiz Gomes da Silva, José Luiz Bonfitto e Marco Alexandre Pacheco da Fonseca.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Obrigado, Dr. Álvaro.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Obrigado ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Rubinelli.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Estou-me organizando aqui, Presidente, só um minutinho. (*Pausa.*)



Dr. Álvaro, segundo o Ministério Público Federal, o Hospital Pedro Sanches não tem condições desse tipo de atendimento de alta complexidade. E, segundo a ANVISA e a Vigilância Sanitária Estadual, também não. Se tanto a ANVISA, quanto a Vigilância Sanitária Estadual entendem que não seria correto esse tipo de atendimento de alta complexidade lá, por que vocês insistiram em levar adiante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Até aquele momento, não existia nenhuma regulamentação, nenhuma auditoria que tivesse dito isso. Isso só foi ocorrido após...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, o senhor não está entendendo. Isso existia lá, a auditoria constatou. Mas o senhor, como um médico experiente, o senhor sabia que lá não tinha, digamos assim, o aparato tecnológico para esse caso específico. O senhor acha que precisava ter ido à ANVISA e ter ido à Vigilância Sanitária? O senhor não percebeu isso? O senhor não sabia disso?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Deixa eu falar pro senhor. Eu não era do hospital, certo? Eu nunca trabalhei no hospital, tá? Eram os médicos que trabalhavam lá, certo, que tinham feito o primeiro atendimento na criança, certo, tinham feito a cirurgia e depois constataram o diagnóstico de morte encefálica, quer dizer, a constatação de morte encefálica, você tendo um Raio X e tendo os profissionais, isso pode ser feito...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas está ótimo isso que o senhor falou. Considerando que o senhor não era de lá, o senhor não acha que os seus companheiros médicos deveriam se atentar a essa falta de condição do hospital que foi detectada pela ANVISA e pela Vigilância? Tudo bem, o senhor não era de lá, mas o senhor não acha que isso deveria ser observado?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Bom, eles faziam todo tipo de neurocirurgia, que é uma alta complexidade, certo? Eles faziam lá. Não sou eu, Exmo., Deputado, quem vai avaliar o trabalho desses profissionais, concorda?

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A entrada desse... O senhor, como médico experiente que o senhor é, o senhor sabe que um traumatismo craniano sempre é algo extremamente preocupante. O senhor concorda com isso?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Concordo.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor acha que é razoável o paciente ter entrado às 13h30min e só ter tido o atendimento às 18h? O senhor acha esse prazo razoável numa emergência?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não... não me lembro.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, eu só estou dizendo, porque isso está nos autos, faz parte do processo.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Que ele entrou às 13h e só foi atendido às 18h?

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Isso, atendido às 18h. Considerando, vamos supor, que isso teria ocorrido — pode até ser que não... Vamos supor que, num caso hipotético, se isso ocorreu, o senhor acha isso correto?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Parece, o que aconteceu, o seguinte: o atendimento foi imediato. O atendimento foi imediato. Aí, essa criança foi pra tomografia e às 18h foi a cirurgia dele, de crânio. Parece que esse é o correto e não o atendimento. A criança não chegou às 13h e foi atendida às 18h. Não. Se isso aconteceu, certo...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É, o atendimento de emergência normal teria sido feito às 18h.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. O que deve ter acontecido aí é a neurocirurgia às 18h, com certeza.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Se isso não ocorreu, então o senhor acha que é um absurdo?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Em qualquer lugar, lógico. Qualquer pessoa que chega às 13h com trauma e é atendida às 18h... Mas provavelmente o que aconteceu foi isso, teve todo o processo aí de constatação da lesão cerebral.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Com relação ao medicamento — me parece que o nome é esse...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Midazolan.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Dorminid.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Dormonid. O nome científico é Midazolan.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor acha que a quantidade que foi ministrada no paciente era correta?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Na realidade, eu não sei qual a quantidade que o senhor está falando, mas o que estava prescrito eram 5 ampolas.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Cinco ampolas.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Que estava prescrito.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E foram aplicadas 6, parece. Alguém podia me ajudar?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Quatro ampolas estava...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Oito ampolas de 3 miligramas.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Oito ampolas de 3 miligramas para um paciente de 25 quilos. O senhor acha isso razoável?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Estava, se isso ocorrido em solução contínua.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Foi o senhor que foi responsável pela aplicação?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, só estou pedindo a opinião técnica do senhor. O senhor acha razoável 8 ampolas de 3 miligramas para um paciente de 25 quilos? A opinião do senhor como médico. O senhor acha isso razoável? O senhor acha isso correto?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não sei se foram 8 ampolas, o que eu tenho são 4 ampolas...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, mas eu estou perguntando 8. O senhor acha que 8 é razoável?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Se for feito gota a gota na veia é, principalmente em criança em que seu fígado metaboliza muito mais rápido. Principalmente criança.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Numa criança que pesa 25 quilos. Eu estou perguntando pelo seguinte... Olha, na realidade, eu sei que o senhor é um profissional sério e que o senhor vai fazer o máximo pra cooperar conosco.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Claro.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É óbvio que eu não vou saber se isso que o senhor está respondendo tecnicamente é ou não é, mas com certeza essas respostas depois vão ser acompanhadas pelo Conselho Regional de Medicina, todos esses órgãos.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Lógico, lógico.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, eu gostaria que o senhor colaborasse conosco, porque a gente sabe que o senhor não foi responsável por todos os procedimentos. Então, o senhor acha que é razoável isso?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O senhor me desculpa: eu não fui responsável por nenhum procedimento de diagnóstico de morte encefálica. Eu quero deixar muito claro isso aqui.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas por que o senhor quer deixar claro isso? O senhor tem dúvidas a respeito do diagnóstico?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não tenho dúvidas a respeito do diagnóstico.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor deixou isso tão claro, tão enfático, parece que o senhor está querendo...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Porque estão me envolvendo como se eu realizei o diagnóstico.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, não. Agora, eu pergunto: o senhor acha que o diagnóstico tem algum problema?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, nenhum. Nenhum.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Porque o senhor quer deixar claro que o senhor em momento algum participou do diagnóstico?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O diagnóstico não teve nenhum problema. O diagnóstico não teve nenhum problema, nem no início e nem no final.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E agora, só para concluir, então o senhor acha normal essa dose do medicamento aí que eu perguntei pro senhor?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, dependendo da velocidade com que é dada, pode ser normal.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor acha normal também o desaparecimento da tomografia computadorizada do paciente?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, não é normal. Eu não sei se desapareceu.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É estranho, não é? É estranho. Desapareceu. O senhor concorda que é estranho, o senhor não concorda?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Mas o diagnóstico da tomo é um diagnóstico pra fazer o tratamento, certo? Se desapareceu, eu não sei se desapareceu. Eu não tenho conhecimento que desapareceu.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É, então, mas desapareceu. O senhor vê, é estranho, não é? O senhor não acha estranho também?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não é correto.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É estranho, muito estranho, não é?





Com relação ao atendimento que o garoto teve na noite do dia 20/4 e na manhã do dia 21/4, nessa noite o senhor estava lá na noite do dia 20/4 e na manhã do dia 21/4?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu apareci por lá no final da arteriografia, que foi em torno de 20h50min, do dia 20, tá, em que a arteriografia... subiu o contraste, a criança voltou para a UTI, certo? Eu não permaneci lá durante a noite.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor não sabe quais foram os procedimentos médicos que foram adotados nesse período da noite e da manhã pra tentar...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não estava lá.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas o senhor não sabe? Sabe por que eu pergunto? Porque, como o senhor é uma pessoa que de uma certa forma está, digamos assim, ligada a toda essa questão, o senhor deve ter tido curiosidade de saber. O senhor não sabe quais foram os cuidados médicos?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu não lembro. Eu lembro que no dia seguinte, que eu fui chamado novamente, foi colocado parece que soro, soro fisiológico, as coisas normais pra manter pressão.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mais uma pergunta: o senhor ficou sabendo que, com relação à doação de córnea, existia uma fila em Minas de 600 pessoas...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sei, sim...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Deixa eu concluir.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Seiscentas pessoas. E é óbvio que essas pessoas esperam ansiosas para ter o benefício da doação da córnea. O senhor sabia que, de uma forma irregular, essa córnea foi enviada para Campinas? O senhor sabia disso? Não estou dizendo que o senhor é responsável, só estou perguntando se o senhor sabia.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, fiquei sabendo pelo que eu acabei de dizer aqui, é por problema de logística, de transporte. Isso, realmente, por mais que o Dr. João Carlos aqui tenha dito que tinha oferecido todos os meios, eu discordo dele, porque teve várias outras ocasiões em que isso não foi colocado. Inclusive nessas doações que estão aí, tem várias delas em que foi colocado córnea — na época



tinha a VASP, tinha vãos lá —, foi pago o transporte das córneas para Belo Horizonte com dinheiro do Banco de Olhos e de Órgãos.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - De qual Município?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - De Poços para Belo Horizonte, porque eles não tinham condições de buscar.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas então o Banco de Olhos de Poços, em várias ocasiões, ele fez doação de córneas pra outras localidades?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Para Belo Horizonte.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Várias?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Para o MG Transplantes. E eu não sei, como eu estou dizendo para o senhor...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, eu estou perguntando porque o senhor citou o Banco de Olhos. Então, estou perguntando.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, exatamente. Quer dizer, quando eles não vinham buscar, era encaminhada para lá, e eram eles que faziam. Então, eu não...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Foram várias ocasiões.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, algumas. Algumas.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sei, mas sempre era pra Belo Horizonte. O Banco de Olhos de Poços de Caldas nunca fez pra uma outra região que não fosse Belo Horizonte.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, Belo Horizonte, normalmente, do meu conhecimento.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Certo. Deixe-me perguntar uma coisa pro senhor. Os exames neurológicos, que foram executados — se é que foram executados, porque a gente não tem certeza, é óbvio, porque sumiram chapas, sumiu um monte de documentos...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, não sumiu nenhuma chapa de diagnóstico do exame neurológico pra confirmação de morte encefálica. Foi o que eu acabei de dizer pro senhor: naquela auditoria, pode ter sumido a tomografia, porque tomografia não é exame pra diagnóstico de morte encefálica.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Essas radiografias passaram por uma perícia, não passaram?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E a perícia constou o quê? Que eram verdadeiras?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Verdadeiras. Tanto é que está na Polícia Federal, no processo judicial. E se o senhor viu ali, aquele auditor viu as chapas. E é muito fácil; está muito fácil pra vocês.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Só a tomografia que desapareceu.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Só a tomografia. E isso está muito fácil pra comprovar, que essas chapas que estão lá na Polícia Federal sejam do garoto: é só confirmar os exames antropométricos, que foi feita exumação do cadáver do garoto, e confirmar as chapas com esse exame. Está muito claro isso. Foi um médico legista de Belo Horizonte que fez isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Deputado Rubinelli, me concede?

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Eu lhe dou um aparte.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Eu queria dar uma contribuição com referência ao questionamento que V.Exa. fez ao Dr. Álvaro. Ele recebeu um ofício, no dia 15 de janeiro de 2001, fazendo umas perguntas. Ele responde a vários itens, laudos de exame de neuroscopia de Paulo... no hospital. Aí, no último tópico, ele diz assim: Deixo claro que não consta nesta central, e nunca constou, a tomografia computadorizada e seu laudo e o laudo da arteriografia das carótidas, ambas realizadas no Hospital Pedro Sanches. Isso assinado pelo Dr. Álvaro, respondendo em nome do MG Sul Transplantes.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Deixa eu ver como é que é?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É, mas agora o senhor concordou que desapareceu...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. Que desapareceu o quê?

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A tomografia.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu não... O senhor que falou que a tomografia desapareceu. O senhor que falou.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E aí o senhor concordou comigo.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. Eu não sei se desapareceu. O senhor que falou que desapareceu.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, precisamos ver isso.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Depois nós veremos isso.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Fique tranqüilo. Está tudo taquigrafado, gravado, não se preocupe.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu sei. Sim. O senhor que falou que a tomografia desapareceu. Eu não sei se desapareceu, certo? Se desapareceu é um erro.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Deus ajude que não tenha desaparecido, não é?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Se desapareceu é um erro, mas eu quero deixar claro pro senhor: a tomografia é um exame para o tratamento da criança, certo, feito lá, no Pedro Sanches, certo?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Já a arteriografia, não é doutor — é o último tópico, doutor, o último mesmo, quase no rodapé...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Deixo claro que não consta nesta central e nunca constou a tomografia computadorizada e seu laudo e o laudo da arteriografia das carótidas, ambos realizados no Hospital Pedro Sanches. Perfeito. Tanto o laudo — o laudo — da arteriografia, no Pedro Sanches, e a tomo não estavam lá realmente. O que estava lá eram as radiografias, no Pedro Sanches, certo, as primeiras 7 feitas — que estão aqui —, que esse Dr. Ladislau... apresentadas 8 chapas de carótida realizadas no Hospital Pedro Sanches no dia 20/04 com passagem de contraste além do sifão carotídeo. Ciente. Vi os Raio X. Neuroangiografia. Apresentadas 7 chapas de 21/04, com laudo anexo, realizado na Santa Casa de Poços de Caldas, entendeu? Que são as radiografias do diagnóstico.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Certo. Deixa eu perguntar uma coisa pro senhor, por gentileza. O senhor conhece o Sr. José Luís Gomes da Silva?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Fiquei conhecendo... Hoje eu conheço, lógico.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Ele é neurologista?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Ele é neurologista; se apresentou como neurologista.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Ele se apresentou ou ele é neurologista?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - *(Risos.)* Como é que eu... Ele...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor falou que ele se apresentou como neurologista.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Ele fazia todo o trabalho de neurologista.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E se apresentou como tal?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - E depois, e depois, ele mostrou que tem título de neurocirurgia.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, mas ele é neurologista?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Neurocirurgião.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Qual a diferença?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O neurocirurgião é o cirurgião, certo; o neurologista é o clínico. É como nefrologista.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sei.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu sou o clínico, o urologista é o cirurgião.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sim. Os exames, como havia perguntado para o senhor, depois a gente saiu um pouquinho do tema, os exames neurológicos que eventualmente tenham sido feitos, eles seguiram o protocolo na Resolução que preconiza a Resolução 1.480, de 97?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeitamente. Como é que é o protocolo? Causa conhecida do coma: uma criança me cai de 10 metros de altura, certo; ausência de hipotermia acima de 32 graus — a criança estava com 35, 36 e meio graus; ausência de substâncias sedativas no sistema nervoso central. A última dose do Dormonid estava mais ou menos 8 horas, certo? Então, ela preenchia o início do protocolo.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O Ministério Público não acha dessa forma. Deixa eu perguntar outra coisa pro senhor: por que não foi respeitado o interstício mínimo de 6 horas entre um exame e o outro?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Mas foi respeitado. Foi feito às 13 e às 19 horas o outro, em seguida levado pra fazer a arteriografia.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Novamente tem uma divergência aí. O Ministério Público Federal...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eles dizem que foi 18 horas?



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É, pro senhor ver. Mas o senhor não acha que tem muita coisa estranha nessa história toda?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A começar pela córnea. O senhor acha certo aquele negócio da córnea? O senhor acha que é normal isso aí?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Desde que te... não. Desde que... O senhor preferia que as córneas, por falta de transporte, por falta de...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, eu preferia que ficasse, obedecesse à lei...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, sim, sim.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - ...e ficasse para as 600 pessoas que estavam esperando em Minas.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor não acha que seria o razoável?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - E se não conseguisse encaminhar essas córneas, como não iria conseguir, porque faltava líquido, essas córneas iriam ser jogadas no lixo.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas nós tivemos uma explicação técnica...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Essas...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Só um aparte. Nós tivemos uma explicação técnica hoje aqui, todo mundo que está nesta sala. Que disse que, com relação às córneas, havia possibilidade de até um veículo buscar essas córneas. Essas córneas poderiam ser preservadas e poderiam muito bem estar para uma das pessoas de Minas que estava na fila.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Desde...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Aliás, quem falou isso, o Supervisor aí de... por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Foi o Coordenador do Sistema de Transplante de Minas Gerais, Sr. João Carlos.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Isso, então. Porque na realidade eu não entendo. Mas ele entende, e ele falou pra nós que poderia.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Desde que tivesse líquido pra preservar essas córneas, que na época não tinha.





**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Porque... Deixa eu explicar uma coisa pro senhor. Eu até acho que possa haver uma coisa errada ou outra, as coisas acontecem, às vezes o destino conspira contra. Mas o senhor não acha que aqui há uma série de coincidências, muita coisa que aconteceu de forma extremamente suspeita, o senhor não acha isso?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu não acho que tenha nada suspeito.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor acha que tudo isso é normal, tudo isso que aconteceu é normal, então?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Foram...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, o hospital lá foi fechado. Não deveria, porque se estava tudo normal não precisariam ter fechado o hospital. Dentro desse parâmetro do senhor, o hospital deveria estar funcionando. É isso, então?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não sou auditor, eu não sou do Conselho Regional de Medicina, eu não sou dono do hospital, eu não trabalhava neste hospital, eu não sei dizer...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas então nos ajuda, Dr. Álvaro?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Uai?!

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Nos ajuda! O senhor pode até ter uma reunião sigilosa agora com a CPI e falar coisas talvez que venham colaborar conosco. Porque, se o senhor tem tão pouco a ver com tudo isso, ajude a gente a descobrir quem tem tanto a ver com tudo isso. Ajude a CPI, então.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu acho..

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor quer uma reunião sigilosa com a CPI agora?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu não tenho nada de sigiloso.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Porque, veja, o senhor está falando que está tudo normal. A Vigilância Sanitária de Minas, a ANVISA, fechou o hospital, lacrou; foi constatado que a córnea que era pra ficar para o povo mineiro, lá, com uma fila de 600 pessoas, foi pra Campinas; que tem uma... o exame do garoto desapareceu...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Por que o senhor...



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Existe a dúvida com relação a excesso do medicamento que foi ministrado. E aí o senhor fala pra mim que está tudo normal? Deus que me perdoe! Eu não gostaria de nem passar perto dessa normalidade dos hospitais de lá, então, se tudo isso está normal. Eu quero acreditar no senhor. O senhor me parece ser uma pessoa séria.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu sou sério.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então. Mas me parece, porque eu não lhe conheço. Então, me parece.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Mas eu sou sério. Eu sou sério. Sou sério, sou ético e sou profissional.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O senhor me parece sério.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu sou sério.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O dia que eu lhe conhecer, aí eu vou ter essa certeza, certo? Então, ajuda a CPI.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu estou aqui ajudando.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, é que fica estranho o senhor falar que está tudo normal se a ANVISA e a Vigilância fechou, doutor!

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sr. Presidente, eu acho que nosso colega Deputado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Resende, a palavra está com o Deputado Rubinelli. Se for questão de ordem, nós vamos atender.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Presidente, questão de ordem é regimental. Tem que citar o artigo do Regimento.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Deputado Rubinelli está com a palavra, deixa ele concluir. V.Exas. terão oportunidade. Estão inscritos para falar, Deputados Geraldo Thadeu e Geraldo Resende. Logo em seguida vão falar. Deixa o nobre Deputado concluir.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Dr. Álvaro, eu quero até concluir, porque meus amigos estão ansiosos pra fazer perguntas pro senhor também, meus amigos Deputados.



Veja o senhor: a única coisa que eu não concordo — e tenho todo o direito de não concordar — é, depois de tudo isso, até de o hospital ter sido fechado e terem-se constado várias irregularidades, o senhor achar que está tudo normal. Só isso. Mas também o senhor tem o direito de achar, entendeu? Eu só me espanto com isso.

Muito obrigado pela gentileza com que o senhor respondeu as perguntas.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Obrigado ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Questão de ordem. Deputado Geraldo Thadeu.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Os excessos não fazem bem. Acho que os excessos não fazem bem.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não houve excesso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - A palavra é sua, se V.Exa... Vai, pode falar.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Deputado, só queria dizer pra V.Exa. que não houve excesso. Houve perguntas, houve questionamento, houve dúvidas. Excesso está longe. Acho que excesso, em outras ocasiões, pode ter ocorrido aqui. Hoje, não.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - V.Exa., com todo o respeito, quando quer forçar o depoente a ir pra uma sala fechada, pra que ele possa... Pode falar.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Doutor... Deixa eu explicar, Deputado. Eu convidei ele com o intuito de colaborar, porque, se ele quisesse, ele poderia; e se a CPI quisesse também. Então, isso seria com intuito... Por exemplo, se o Dr. Álvaro quisesse falar alguma coisa que ele achasse que não seria adequado falar publicamente, ele teria a prerrogativa de falar só para nós. Então, foi com o intuito de colaborar e não de tentar intimidá-lo. Foi de colaborar.

Esse expediente, Deputado, a gente sempre utiliza com pessoas que querem colaborar com a CPI. Às vezes a pessoa está constrangida, não quer falar alguma coisa publicamente, fala sigilosamente pra CPI. Então, é um expediente extremamente usado nas CPIs desta Casa, mas sempre com o intuito de colaborar com o depoente. Então, se V.Exa. entendeu de outra forma, eu só queria explicar que o intuito foi esse.



**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Muito bem. Então, eu quero dizer que, se V.Exa. não conhece o Dr. Álvaro, eu conheço muito bem. Conheço muito bem, e conheço também a Santa Casa de Poços, a instituição que é, que talvez o senhor precise conhecer também, pra saber respeitar mais, sem antes conhecer e falar.

Qualquer instituição neste País que passasse por uma auditoria, por um processo por que passou de investigação e tudo mais, acho que 99% dos hospitais do País seriam fechados. Serviços como transplantes, UTI e tudo mais. Por isso que nós, da Frente Parlamentar, Deputado, nós estamos lutando para que o PL nº 29 seja concluído, a Constituição, a Emenda 29. Nós estamos precisando de recursos para dotar os hospitais, para que V.Exa. fique... como o Pastor Pedro, hoje, até está conhecendo mais agora. E é importante isso, ver a precariedade que é o sistema de saúde que o nosso País enfrenta e a dificuldade financeira. E, quando a gente vê pessoas como o Dr. Álvaro numa instituição como a Santa Casa, que, a partir de que fechou esse serviço de transplante, hoje, realmente, está em uma crise profunda, difícil de sair.

O objetivo agora: nós vamos atrás de responsabilizar as pessoas que fecharam essa Santa Casa, fecharam esse serviço de transplante, que não justificaram, que vão ter que responder pelo prejuízo que estão causando não só à população de Poços, da região toda, como à instituição. Essa é uma etapa que vamos depois...

Agora, e quem conhece o Dr. Álvaro... Essa é uma grande oportunidade pra que ele possa se defender e possa falar para todo o mundo ouvir. Ele jamais iria... Tenho certeza que ele ia querer ir pra uma sala fechada e não ter que esconder. Quem conhece o Dr. Álvaro, como eu conheço — e estou aqui sob juramento da minha ação parlamentar que eu fiz neste Congresso... E estou prestando meu testemunho nesse sentido, porque achei aí que V.Exa. estava um pouco se excedendo. Mas como era no sentido de esclarecer, vamos levar em consideração essa forma. E, como advogado que é, talvez seja uma forma de trabalhar.

Mas eu vejo que, Dr. Álvaro, os órgãos...

Bom, eu só queria esse aparte pra esclarecer esse ponto. Acho que agora o Deputado Geraldo Resende vai...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Deputado Geraldo Resende passou a vez para o senhor.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Ah, passou? Então vamos lá, com a generosidade do Deputado Geraldo Resende.

Dr. Álvaro, o senhor mudou, fixou residência em Poços de Caldas em que ano?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Em 1980.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Em 1980. O senhor veio de onde?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu sou do interior do Estado de São Paulo, Ribeirão Bonito. Em 1967, fui para São Paulo, estudei e trabalhei. Em 1970, entrei na Faculdade de Medicina, em 1971, Mogi das Cruzes. Fiz o curso lá, fiz o residência médica no Hospital do Servidor do Estado e depois complementei no Hospital das Clínicas. E, a partir de 80 — que eu estava em Poços —, eu, basicamente, uma vez por mês, eu freqüentava o Hospital das Clínicas do Estado de São Paulo. No mínimo.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - A sua formação de, como é que fala...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nefrologista.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - ... nefrologista foi onde?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Então, foi no Hospital do Servidor do Estado e basicamente no Hospital das Clínicas. Eu tenho um irmão que é nefrologista, que hoje é o Diretor da Unidade de Transplante Renal do Hospital das Clínicas, que é o Dr. José Luiz Estevam Ianhez.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - E ele trabalha em que equipe? Quem é precursor da equipe de quem?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O primeiro transplantador de rim no Brasil e o primeiro formador de todos os transplantadores renais no Brasil e que deu o *start*, o início pra todos os transplantes no Brasil foi o Dr. Emil Sabbaga. E eles trabalham juntos. Ele participou desde o primeiro transplante renal, que foi em 1965, e do primeiro transplante cardíaco, o famoso João Boiadeiro, em 1967. O meu irmão estava lá presente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Quantos rins foram captados em Poços de Caldas e na região?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Na região de Poços Caldas em torno de 150, se não falho.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Cento e cinqüenta.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Cento e cinqüenta.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Quantos desses rins foram enviados para São Paulo, para a equipe do Dr. Emil Sabbaga.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Que eu saiba, nenhum.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Nenhum?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nenhum.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Nenhum?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nenhum.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Para São Paulo, nenhum.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Para São Paulo, nenhum. Foram encaminhados, isso antes de 97, tá? E, quando o MG não tinha condições, pra UNICAMP, por ser mais próximo e por ser uma universidade pública e por não ter a lei que exigia que ficasse na região.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Dr. Álvaro, conta pra mim, quando o senhor começou a formar a equipe de transplante em Poços de Caldas, como é que era. Conta um pouquinho dessa história pra mim, pra nós.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Dr. Geraldo Thadeu, a história é aquilo: uma equipe você não forma por decreto. Equipe você forma com conhecimento, com dedicação. E o que aconteceu nessa época toda — e eu sei onde o senhor quer chegar... Eu fiz um levantamento ontem de quanto eu recebi de transplante em 10 anos.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Quanto, Dr. Álvaro?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Novecentos reais por mês. Eu vou deixar todos os meus holerites aqui pra Comissão.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Muito bem, o senhor confirma que o senhor abre seu sigilo bancário e da sua família toda?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Lógico, na hora. Na hora que vocês quiserem. Me daria uma alívio muito grande.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Dr. Álvaro...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Só pro senhor ter... Pois não, eu vou responder.





**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Quando tinha lá uma captação, por exemplo, em Passos, como é que ia lá? A Secretaria de Saúde da época enviava carro, a MG de Belo Horizonte enviava?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Todos sabem aqui, e o senhor foi Prefeito de 98...

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Sete, a 2000.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - De 97 a 2000. Na sua época, a Prefeitura começou a ceder algum carro pra que os colegas médicos fossem, com o motorista, buscar órgãos, quando notificados, quando o diagnóstico...

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Mas e antes, como era?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Antes, o pessoal ia com o seu próprio carro, dirigindo nas madrugadas, como eles chegaram — que lá faz muito frio, no interior; Sul de Minas faz muito frio... Iam. Eram 280 quilômetros de Poços a Passos. Então, eles saíam de manhã, saíam 7 horas da noite, chegavam 6 horas da manhã, naquela neblina, por várias vezes, com possibilidade de ter perdido a vida. Como aconteceu com aqueles captadores no Rio Grande do Sul: que o avião caiu e eles morreram. E isso tudo era custeado com o nosso dinheiro. Cada um pagava a gasolina, ia no meu carro, ia no carro do outro.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - E essa associação Pró-Rim, ela foi criada, foi na época do... Primeiro aqui está o Israel, que foi feito há 12 anos, e mais o ...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O Lourival.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - O Lourival. Ela tinha uma finalidade. Qual era?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - A finalidade era ajudar os amigos deles, as pessoas carentes, porque eles, na época, já tinham sido transplantados. O Israel deve ter 15, 16 anos de transplante. O Lourival tem 10 anos de transplante. E aqui um testemunho: até 98 não existia laboratório de imunologia em Poços de Caldas. Então, todos os exames imunológicos ou eram feitos no MG Transplante, que, quando não tinha outros órgãos que eles viessem buscá-los, não conseguia, porque eu dependia do tempo pra fazer esses exames. Então, esses exames eram feitos na UNICAMP, e a maioria das vezes quem levava os exames, através de um taxi, era o Sr. Lourival, que levava pra fazer os exames de histocompatibilidade. Como levou na época também... Eu não tinha dosagem de Ciclosporina, que é a dosagem de



uma substância que eu uso pro transplante. E ela, abaixo, dá rejeição; ou, acima, dá toxicidade pro rim. Então, várias vezes esses exames eram levados pra UNICAMP, pra serem dosados lá, e pagos sempre pelo Banco de Olhos e de Órgãos.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Quando que o senhor começou a trabalhar formando a equipe pra transplante? Que ano foi?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Noventa e um.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Noventa e um. A partir de quando que o SUS começou a pagar consulta?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Consulta? A partir de... Em 98, que a primeira lei surgiu em 98, e tem lá que paga até 4 consultas mensais por 90 reais. Nós achamos maravilhosos, noventa reais. Um doente são 360 reais por mês, porque esse doente, no primeiro mês, eu particularmente o via em média 20 vezes no mês. Mas aí eles viram que realmente — e eu também concordo, que é um absurdo... Não pagava nada antes. Agora começa a pagar 4 consultas mensais a 90 reais? Realmente...

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Foi um avanço grande.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Realmente, fora do contexto. Mas não se pagou nada mais, só pagou um mês. Só voltou a pagar em 99. Uma consulta mensal no primeiro ano e uma consulta a cada 2 meses do segundo ano de transplante.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eu sei que aqui atrás tem muitos pacientes que o senhor atendeu e acompanhou. Aqueles, àquela época, que não pagava consulta — eu sei que é pessoal simples e humilde —, como é que o senhor atendia esse pessoal?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não cobrava nada. Cobrar de quem não tem?

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - O senhor cobrava deles?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Lógico que não. Como não cobrava daquelas pessoas que entravam na fila, porque, em 97, 98, já tinha umas 150 pessoas na fila. Porque em 97 já tinha transplantado basicamente de 60 a 80 pessoas, certo? Então, o serviço de transplante de Poços de Caldas já era difundido na região. Então, essas pessoas eram encaminhadas. E eu ia cobrar de uma pessoa que não tinha como nem voltar pra casa? Então, eu não cobrava nada. Com certeza, eu fiz mais de 5 mil consultas, tanto pré como pós, sem receber nada. E no registro de banco de órgãos, até onde eu tenho, está lá pra quem foi destinado o dinheiro arrecadado, os recibos todos: jamais pra equipe de transplante. E isso eu gostaria que, se pairarem



dúvidas, que a Comissão levante a Tesouraria do MG Sul Transplantes pra verificar isso que eu estou falando.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Pelo que eu pude perceber, hoje há uma demonstração nesta Casa de um carinho especial para com o senhor. Eu tive aqui em mãos, foram distribuídas, várias cartas de pacientes que o senhor atendeu, falando da trajetória do senhor. Vem aí uma caravana de Poços de Caldas, que está até a essa hora aqui, de pessoas que foram, muitos deles, talvez, signatários dessas declarações.

Eu gostaria de perguntar ao senhor — primeiro pergunta: como o senhor se sente depois de ver, assim, abruptamente ceifada uma carreira que me parecia brilhante, todos os transtornos que deve ter causado ao senhor, à família do senhor, não só os transtornos financeiros — parece-me, inclusive, que teve que mudar de cidade... Como que o senhor sente? O senhor sente injustiçado?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não sei responder pro senhor qual que é o termo certo, a colocação certa. Eu sinto uma profunda tristeza porque isso tudo aconteceu, não poder estar fazendo mais esse trabalho na região, certo, com todo esse desprendimento, não só meu, como de toda a equipe, e favorecendo a todas essas pessoas, certo? Injustiça, não sei. A Justiça não concluiu ainda, então... Ela vai concluir isso, e eu espero realmente que ela conclua pela verdade. Eu não quero nada mais do que a verdade. E eu tenho consciência de tudo. Realmente, como estou dizendo ao senhor, eu sinto muito triste por isso ter chegado aonde chegou, usando coisas que podem ter acontecido, até coincidências, como falou o nobre Deputado, mas de pequenas formalidades, e que o intuito de tudo isso era salvar vidas. Jamais existiam aqui profissionais que estavam querendo tirar a vida de alguém pra salvar outras. Então, realmente eu sinto uma tristeza profunda.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Onde o senhor trabalha hoje?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Hoje eu estou trabalhando no Hospital do Servidor do Estado de São Paulo, sou concursado. Eu prestei um concurso que abriu e estou trabalhando lá hoje e trabalho em outros hospitais. Estou recomeçando minha vida.



Eu tenho todo um relacionamento em São Paulo, mas não é fácil recomeçar estando fora há 23 anos, com a minha idade de 58 anos...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor saiu de Poços de Caldas quando?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu saí em abril do ano passado.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor credita essa saída de Poços de Caldas a esse episódio?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sem dúvida. Sem dúvida que...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor tem quantos filhos?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu tenho duas filhas. Uma, casada com um médico; outra, fisioterapeuta. Eles que foram...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor tem também um irmão médico numa equipe de renome nacional, que é a equipe do Dr. Emil Sabbaga.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Certo. Como as filhas do senhor vêem esse episódio, a família do senhor?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É, elas realmente crêem numa injustiça total.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Eu sou médico ginecologista obstetra e lido com a vida também, que é um momento mais importante de um casal, de uma mãe principalmente, que é gerar a vida. Eu acho que, durante a minha vivência, eu devo ter feito mais de 10 mil partos. Toda vez eu saía de casa para ter um desfecho favorável, deve ter acontecido, em algum momento, algum desfecho desfavorável. Agora, como é ser chamado de assassino?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não tem palavras, Dr. Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Como o senhor justifica, na prática médica, uma pessoa que devota sua vida hoje, parece-me talvez para resgate da sua própria consciência, ou talvez para poder tirar uma culpa que a gente sente, que tem no interior, de ter morado num edifício sem uma proteção adequada, de ter deixado uma criança cair depois de todo o atendimento que foi prestado, de ter prestado homenagem a todas as equipes, ter feito todo o procedimento de doação de órgãos, e depois, num determinado momento, passa a ser um... como se fosse a razão da sua vida, tentar colocar sob suspeição equipes que foram construídas? A gente sabe muito bem como se constrói, com tanto sacrifício, as



equipes de saúde nessa área de transplante, área que é tão necessitada no nosso País, e que são feitas por saga de gente pioneira, de gente que enfrenta isso que o senhor enfrentou para ganhar às vezes somente reconhecimento, porque, financeiramente, hoje parece que até o SUS está compensando, mas naquela época em que foram iniciados os serviços em todo o País, eu sei disso, não compensavam. No início era tudo realmente pioneirismo. Muitas vezes, foi sendo construído ao longo do processo e, muitas vezes, se a gente fosse adotar a legislação que existe hoje em determinado momento, nenhuma das clínicas poderia existir, porque esse foi um evoluir.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Se a gente for botar ao pé da letra a legislação, a gente pode até fechar hospitais, como o Hospital de São Paulo, um hospital de renome nacional. Agora, me parece também espantoso que todos aqueles que não concordam, ao longo de todo o processo, vão sendo taxados de conluio com a máfia de branco, ou pessoas que estão fazendo tudo para acobertar, o próprio advogado dessa pessoa, que é um Deputado Federal respeitado nesta Casa, que é um dos homens que mais defendem os direitos humanos no País, de uma hora para outra é taxado também de estar acobertando, o próprio Ministro da Justiça, daqui a pouco o delegado, o promotor público, os defensores. Tenho também uma preocupação danada porque se a CPI realmente não tiver um desfecho que acredito ele espera, ele vai tachar todos nós, também, de assassinos ou de conluio com assassinos. Como o senhor médico nefrologista — e deve ter feito também disciplinas na área de psicologia — vê esse trabalho que hoje tem sido feito o Sr. Paulo Pavesi, para poder a qualquer custo, a qualquer preço tentar destruir a carreira de equipes médicas não só de Poços de Caldas, mas, também, hoje, parece-me em todo o País.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Exmo. Deputado Geraldo Resende, não consigo entender, Deputado. Não consigo entender o que acontece com essa pessoa, não consigo. Não dá para entender. Já disseram que ela não tinha condições mentais. Não consigo entender. Sinto-me extremamente enfraquecido com tudo isso até para fazer uma opinião. Entendeu? Realmente sinto-me totalmente inerte. Aquilo que o senhor falou, além de tudo isso, ser colocado como traficante de órgãos, meu Deus do céu. Então, não sei onde quer chegar, mandar carta pela Internet dizendo que vai



matar uma velhinha que mora no interior, que é sozinha, que é minha mãe que está nessas condições. Entendeu? Não consigo, não passa na minha cabeça uma pessoa que manda uma placa para todas as equipes...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor recebeu *e-mail*, alguma ameaça à família do senhor?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. Colocando *e-mail* num site que ele tinha: “*Não doem órgãos*”. Tenho aí as cópias. Não doem órgãos. Como: “*Maneiras de matar mais rápidas*”. Coisas mais absurdas. Aí chegou um determinado momento que deletei da minha vida tudo. Tinha que viver. Inclusive uma das maneiras de... Eu fui para São Paulo, realmente, porque praticamente trabalhei uns 20 anos para conquistar um espaço e ter um objetivo, porque o transplante era um objetivo, e estão aqui essas pessoas que não mentem. Então, de montar uma equipe estruturada. Existem, não digo irregularidades, coisas que podem melhorar? Existem. Como, sem dúvida nenhuma, tinha muito o que melhorar em tudo. Então, estávamos em um ponto excelente para melhorar tudo, para hoje estarmos fazendo cirurgia dupla de rins e pâncreas para os diabéticos. Está certo? Então, de repente, vem... Então, meu caro Deputado, sinto... Não sei... Lá em casa minhas filhas, um dos motivos de eu ir embora é que eu nunca queria sair de Poços, até que se resolvesse tudo isso. Porque eu falei: enquanto não se resolver eu não vou embora. Entendeu? Porque sou, como teve um senhor aqui muito humilde, de família humilde. Há pouco tempo tinha até calo, porque eu capinava. Entendeu? Sou de sítio. Meu pai criou 7 filhos. Então, sou daquela época que, como meu pai falava, o pêlo do bigode é o que está escrito. Então, até, de repente, por essa minha simplicidade, eu não sei o que se passa — porque, realmente, sou ainda uma pessoa extremamente reconhecida na região —, se tem alguma coisa política atrás disso. Não sei. Até gostaria que a CPI ajudasse a desvendasse a isso. É uma oportunidade. Acho que se existem irregularidades, elas devem ser corrigidas. Mas jamais no processo todo existiu dolo. No processo não existiu antiética, certo? Jamais. Todo mundo estava ali com vontade de acertar, com vontade de trabalhar, fazer bem para os outros. E como falou o Dr. Geraldo Thadeu, se fizer isso que fizeram comigo, e não por... se fizer em outros locais, não vai fechar um não, vai fechar inúmeros. E também não por antiético, por dolo, nada disso. Mas por organização. Então, nobre Deputado, eu sinto uma pessoa... quantas noites...





**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor fechou o serviço há quanto tempo, lá em...O senhor disse que retornou a São Paulo no ano passado.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Quando do episódio, o serviço foi descredenciado?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O serviço foi descredenciado em 2001. Aí eu...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - E o senhor continuou como...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu continuei...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - ...como médico nefrologista da cidade.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - E acompanhando os pós transplantes.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sob a suspeição de parte da população, logicamente que isso ficou.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Isso fica.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso fica.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Porque a população leiga e a..

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Você não recupera isso tão fácil. Eu tinha... tanto é que nenhum paciente deixou de acompanhar comigo *a posteriori*.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Só a clínica do senhor, os amigos do senhor, as pessoas mais próximas, aquelas que conheciam o senhor.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, eu tinha...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Mas parte da população, deve ter...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, fica sempre aquela desconfiança.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - ...guiados pelos meios de comunicação, que muitas vezes também..

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Lógico. Porque o seguinte os meios de comunicação...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - ... gostam de fazer sensacionalismo.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Porque era todo o dia nos jornais.



**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Até também adversários, porque na prática médica também a gente consegue, é como na política, ou em qualquer outra atividade, nós temos aqueles que são aliados e também aqueles que gostam também de aproveitar esses ensejos e fazer também a luta política dentro da categoria.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nobre Deputado...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Mas eu gostaria de perguntar para o senhor: quantos transplantes o senhor fez durante todo o funcionamento da unidade de transplantes lá de Poços de Caldas?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Duzentos e quatro.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Duzentos e quatro transplantes? O senhor tem pacientes com sobrevida de quantos anos, o paciente operado?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Dez anos. Tem paciente aqui que tem dez anos de transplante.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor funcionou quanto tempo?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Como?

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Quanto tempo que funcionou lá o serviço de transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O serviço foi de 91 a 2001. Onze anos. Final de 2001.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Estava em ascensão?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Estava em ascensão.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor estava tendo...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nós estávamos fazendo...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Porque começa com poucas cirurgias, tal, até ganhar credibilidade, até começar a ter também uma rotina maior.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Lógico, lógico.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Enfrentou os primeiros problemas que era a falta de exame, de compatibilidade.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Enfrentou os problemas também de dosagens de...



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Para o senhor ter uma idéia, até 98 nós não tínhamos, 97, nós não tínhamos a dosagem de ciclosporina. Então foi toda uma implantação de estrutura. Aí o hospital comprou o aparelho, aí depois mandamos uma pessoa para São Paulo, ficou 5 anos no Hospital das Clínicas fazendo exames imunológicos para transplante, e veio para Poços de Caldas em 98, fizeram inúmeros transplantes, quando era cadáver, sem ônus, já na época. Só foi credenciado em 2000, para salvar essas pessoas.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Certo.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Que mais que...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Eu gostaria de perguntar para o senhor também: o senhor falou que fez duzentos e...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Duzentos e quatro.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Duzentos e quatro transplantes.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Só complementando. Aí, então, eu fiquei até 2002, até agora início de 2003. Então eu fiquei todo 2002 acompanhando essas pessoas e a situação começava a ficar difícil do ponto de vista econômico, e mesmo do ponto de vista social, do ponto de vista pessoa, todo o dia na mídia, tal. Então eu preparei ainda mais as pessoas que ficaram lá para poder dar continuidade para o acompanhamento para essas pessoas. E hoje esses colegas que lá ficaram dão acompanhamento para essas pessoas.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Ainda tem lá clínica de terapia renal substitutiva?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Tem a terapia renal substitutiva, que nunca foi fechada, e essas pessoas fazem...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor era sócio-proprietário dessa clínica?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Essa clínica é da Santa Casa?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É da Santa Casa.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor era só funcionário da Santa Casa?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu era funcionário da Santa Casa.



**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor não tinha propriedade nessa clínica?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nada, nada. Aí quando surgiu as coisas...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O senhor pode lembrar, na época, quanto o SUS... o SUS geralmente paga por pacote, o transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O transplante é por pacote.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O transplante renal é por pacote.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Até...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Até aquela época quanto era mais ou menos e quanto é hoje?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O serviço total do transplante até...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Só a cirurgia. Sem a captação e tal.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso. A captação não pagava nada, até 99.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Naquela época não pagava, eu lembro.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Até 98 não se pagava nada. Localização de doador de órgãos, nada disso. Para os profissionais era em torno de mil e duzentos reais. A média de profissional que entrava numa cirurgia, eu tinha 3 nefrologistas e 4 cirurgões, eram 7. Mil e duzentos dividido por 7.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Naquela época.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Naquela época. Hoje, deve estar em torno de 2...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Hoje está em torno de 5 mil.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, está em torno de...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Não com hospital também?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, com hospital, hoje, vai a 22 mil reais. Mas nós, o hospital da Santa Casa só entrou com 22 mil reais em início de 2001. Porque quem recebia... enquanto eles recebiam 22 mil reais, aí já com o aumento, eu tenho toda essa tabela, a Santa Casa recebia 11. Por quê? O hospital universitário recebia o FIDEPS. Aí em 2001 o Ministro transformou hospitais que faziam transplante, deu essa ajuda do FIDEPS. Só que eu transplantei mais 6 meses. E os últimos 10 transplantes de 2001 não foram pagos.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Não foram pagos...



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não foram pagos.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - ...por causa desse descredenciamento?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Por causa desse descredenciamento.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Certo. Sr. Presidente, eu acho que seria até bom para a gente ter um conhecimento também solicitar do Ministério da Saúde todos os pagamentos de todos os transplantes, de todos os órgãos, bem como especificar...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Quanto que eu recebi.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - ...quanto que a equipe médica recebia, geralmente especificado o cirurgião, o primeiro auxiliar, segundo auxiliar, de todas as cirurgias que hoje o Sistema Nacional de Transplante paga. Porque até para que a gente poder ter esses dados também para poder nos ajudar. Até para a gente como médico também que não sabemos, que isso varia conforme os aumentos irrisórios que de vez em quando a gente...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Como falou ...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - E para a gente também ter a noção de quanto isto era nos últimos anos para a gente poder ter até uma moeda que a gente possa verificar o crescendo desses recursos, quanto se pagava lá atrás para a gente poder ter dados para nos auxiliar. Mas eu me sinto satisfeito. Durante a exposição do senhor infelizmente eu tive duas audiências, não pude estar no início, mas o senhor me pareceu, a gente, como médico, a gente tem um olho clínico, me pareceu uma pessoa séria...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Os senhores me desculpem a emoção, mas...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Mas a emoção faz parte da nossa...quantas vezes nós não nos emocionamos, enquanto profissionais?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Impossível não tê-la diante de toda essa...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Eu tenho certeza de que várias vezes o senhor chorou quando viu um paciente poder sair bem da cirurgia que o senhor realizou.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Muitas, muitas, muitas.



**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - E a gente também, como médico. Quantas vezes eu me sinto, eu choro com os pacientes quando a gente tinha suspeita de casos difíceis na nossa profissão.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É como eu respondi ao nobre Deputado, na aplicação da medicação, é o ato médico, o instinto médico de salvar pessoas, e não de fazer qualquer coisa fora disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Álvaro Ianhez, hoje o senhor trabalha em qual hospital?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Hoje eu estou trabalhando no Hospital do Servidor do Estado, no Hospital Alvorada, São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Hospital Alvorada é do Estado?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É de quem o hospital?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É de uma corretora de seguros, Medial Saúde. Trabalho no Hospital Público Sanatorinhos, trabalho no Hospital Sorocabana...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É tudo público, Sorocabana também?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sorocabana é hospital público, é tipo uma santa casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor trabalha em 4 hospitais hoje?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Trabalho em 4 hospitais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E qual é a função do senhor nos 4 hospitais, qual a especialidade? Qual serviço o senhor presta?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - No Hospital do Servidor eu trabalho na Nefrologia, na diálise, na enfermaria, no Hospital Alvorada eu sou clínico, no Hospital Sanatorinho eu sou clínico de uma semi-intensiva e no Hospital Sorocabana eu trabalho em diálise e faço consultório uma vez por semana, no consultório do meu irmão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Seu irmão tem hospital em São Paulo?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, ele tem consultório médico.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele não tem nenhuma clínica em São Paulo, seu irmão?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, ele trabalha no Hospital Osvaldo Cruz e no Hospital das Clínicas e tem o consultório dele, ele é formado há 30 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) – Então, seu irmão não tem nenhum hospital, nenhuma clínica particular em São Paulo.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor não trabalha com ele nesse hospital, nessa clínica?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu trabalho no consultório dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só nestes 4 hospitais que o senhor...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso.

(Não identificado) - Luiz Estevam...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Luiz Estevam Ianhez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Antes de ir para Poços de Caldas, o senhor já teve alguma clínica de hemodiálise em algum local?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Quando eu fui para Poços de Caldas, eu tive uma clínica de hemodiálise em Alfenas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em Alfenas, Minas Gerais.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Em Alfenas, Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nunca teve uma hemodiálise em São Paulo?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - (*Risos.*) Não tive. Sei onde o senhor quer chegar. Desculpe a minha sinceridade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então o senhor foi para Poços de Caldas com que propósito?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Com o propósito de fazer minha vida médica em Poços de Caldas, era uma cidade ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual foi sua primeira atividade lá em Poços de Caldas, como médico?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Foi como clínico, e comecei na Nefrologia.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em qual hospital?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Na Santa Casa de Poços de Caldas. Em Poços de Caldas eu só trabalhei na Santa Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Como o senhor foi para Poços, o senhor foi convidado?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu fui convidado pelo Dr. Mosconi. Meu relacionamento com o Dr. Mosconi, vem desde 1970, quando eu era, no jargão médico, rato de hospital, que eu entrei em 70, na faculdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Mosconi era o que em 1980?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Em 1980 ele já estava em Poços.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Fazia o que em Poços de Caldas?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Ele era urologista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Urologista, mas ele trabalhava na Santa Casa também?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Trabalhava na Santa Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E qual era a função dele, era só médico?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Médico. Eu nunca me lembro que o Dr. Mosconi tenha qualquer cargo de diretor clínico ou administrativo, como nenhum médico dentro da Santa Casa teve cargo administrativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E como ele, só como médico, convidou o senhor para ir trabalhar na Santa Casa? Ele tinha esse respaldo?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - No interior funciona assim. Na época Poços de Caldas tinha 60 médicos e Nefrologia não existia, não existia Nefrologia. E esse reencontro com o Dr. Mosconi foi tudo coincidência, porque em 70 eu já o conhecia, que ele fez 1 ano de Nefrologia, o Dr. Mosconi, no HC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele trabalhou no Hospital das Clínicas também em São Paulo?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - No Hospital das Clínicas, depois ele fez 3 anos de urologia, ele é um ótimo urologista.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Acontece o seguinte. O senhor é de São Paulo, Mosconi é de Poços de Caldas, ele era médico, quero saber o seguinte: o senhor falou que foi para lá a convite dele. Então foi ele que arrumou emprego para o senhor lá?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu digo a coincidência. Aí o Dr. Mosconi foi, porque medicina é todo um treino, então como ele trabalhava com Urologia, na época, em 80, começava a aparecer muitos casos de Nefrologia, e ele foi se reeducar em fazer as fístulas arteriovenosas, e ele foi fazer isso no Hospital do Servidor onde era o residente. Por quê? Porque o chefe dele da época de residência no HC era o coordenador da área de Nefrologia do Servidor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem era?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O Dr. Massola, que infelizmente hoje está com acidente vascular cerebral hemorrágico na UTI em São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vou fazer algumas perguntas rápidas. O senhor foi para Poços de Caldas a convite do Mosconi?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, para montar um serviço de Nefrologia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E foi indicado para trabalhar no Hospital Santa Casa pelo Mosconi.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor, quando chegou na Santa Casa, montou então um centro de hemodiálise?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Em 1994, quer dizer, montamos antes. Eles tinham uma máquina adquirida pelo hospital, começamos a fazer. Os doentes que apareciam...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já foi funcionário público do Estado lá em Minas Gerais?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca fez parte dos quadros de médicos da Secretaria...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nem Secretaria de Saúde, nem Secretaria do Estado, nem do Município.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então o sempre recebeu da Santa Casa?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu recebia da Santa Casa, dos doentes particulares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor tinha clínica particular também.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu comecei a fazer consultório. No interior você vai, arruma um consultório, e eu participei de uma clínica em Poços de Caldas sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o nome da clínica?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - CLINICOR.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Era clínica particular?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - CLINICOR, era uma clínica particular, era um grupo de cardiologistas. Eu tinha uma formação cardiológica, no início, e participava desse grupo. Essa clínica durou, e justamente essa clínica que eu dava muito plantão que me suportou inicialmente. E eu ia a São Paulo de uma duas vezes por semana, durante 3 a 4 anos para me equacionar financeiramente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual foi o último transplante que o senhor realizou?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não sei dizer ao senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A gente sempre lembra do primeiro e do último, pelo menos do último.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Deixa eu ver, não lembro do último, quem é o último não consigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Porque os anteriores eu não vou perguntar, porque fica mais difícil, mas o último...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Deixa ver quem foi o último. Não lembro, o senhor me desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o ano do último transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Em 2001, quando fechou o transplante, em novembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Depois que fechou o sistema de transplante lá em Poços de Caldas, o senhor nunca mais fez nenhum transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em outra cidade?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em outro hospital?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca foi convidado por ninguém para fazer nenhum transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, não fui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não foi. Estou perguntando, porque o senhor está sob juramento, estou perguntando para o senhor.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então depois que fechou o sistema de transplante da Santa Casa, o senhor nunca mais fez nenhum transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. Como eu disse para o senhor, eu não faço transplante, Certo? Eu não sou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nunca fez nenhum transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. Cirurgião de transplante, nunca fiz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca pegou na ferramenta para retirar, nem implantar nenhum órgão?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O que o senhor acha ser mais importante durante um processo de transplante? O seu trabalho ou o trabalho do médico que retirou e transplantou?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - De todos é importante. Se eu errar o transplante...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em que parte o senhor poderia errar que poderia prejudicar?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não é errar, é um processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor disse: se eu errar, todo o transplante...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, não, me desculpe.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em que parte, por exemplo, o senhor fala que não retirava e nem implantava, certo? Eu até imaginava, como estou vendo ali o Dr. Álvaro salvou as nossas vidas, que o senhor tivesse feito o transplante nas pessoas, eu pensei que fosse o senhor, porque eu vi as faixas ali que o senhor salvou as vidas, então eu imagino, no meu pensamento, eu não entendo nada de medicina, estou aprendendo aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito, até pelos depoimentos aqui prestados que a gente acaba aprendendo algumas coisas, não é? Eu pergunto o seguinte: se o senhor nunca pegou numa ferramenta para retirar nenhum órgão nem para implantar, o papel do senhor era acompanhar o pós transplante. O senhor tinha os pacientes...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O meu papel era: essas pessoas o pré-transplante, essas pessoas vinham comigo, eu estudava essas pessoas, uma, duas, três, quatro, cinco vezes, faz esse exame, faz o outro, essa pessoa estava estudada, ou para receptor e doador cadáver, ou receptor e doador vivo. Então, realmente o primeiro contato e o contato posterior à cirurgia era sempre com o clínico, era sempre comigo. Existe muito o maior relacionamento entre o clínico. Era eu que chamava essas para o transplante, era eu que cuidava dessas pessoas no pós-transplante, então existe esse relacionamento grande, essa entidade grande com os transplantados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, porque diversas vezes foi perguntado quantos transplantes o senhor fez, o senhor disse: "*Fiz 204*".

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É modo de dizer, desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por isso estou perguntando. Estou na dúvida. Ele falou que fez 204 transplantes.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É modo de dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, eu acompanhei 204, ou, então, eu fiz, por isso que estou perguntando.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O senhor me desculpa o modo, mas é que cada transplante para mim, não que eu fiz, que eu acompanhei, eu fiz o que está aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor acompanhou então.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, eu acompanhei.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor nunca fez nenhum transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. Eu até fui cirurgião no início da minha carreira, quando interno, depois mais obstetra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E quando surgiu a idéia de criar o MG Sul Transplantes? De quem foi a idéia, foi do senhor?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - A idéia de criar a regionalização, vamos dizer assim, foi minha, como era de todo os transplantadores de Minas, do interior de Minas. É uma regionalização em Poços de Caldas, no Triângulo Mineiro, em Montes Claros e em Juiz de Fora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quais os nomes de todos os médicos que faziam parte dessa equipe do MG Sul Transplantes?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Do MG Sul? São duas coisas diferentes, o MG Sul Transplantes é uma entidade coordenadora captadora, o Centro Transplantador da Santa Casa era outro, certo? Eu era o coordenador do MG Sul.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Da captação.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Da captação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor participava da captação.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quais médicos faziam parte da captação?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Da captação era eu e os outros nefrologistas que trabalhavam comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o nome deles?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O Dr. João Alberto, teve a Dra. Mirtes Rodrigues, teve a Dra. Francisca Barreiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Todos eles faziam parte da captação?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Faziam parte. Eram nefrologistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E a equipe médica credenciada para realizar o transplante...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Para retirar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ... para retirar e fazer o transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Era o Dr. Álvaro, que eu era o coordenador técnico, o Dr. Celso Scafi...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor coordenava o que nessa equipe?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O credenciamento tinha que ter um coordenador técnico, que podia ser um cirurgião, podia ser o cirurgião o coordenador técnico, mas acharam que era o clínico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era o papel do coordenador técnico numa cirurgia de transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Na cirurgia de transplante teoricamente é colocar o paciente em boas condições para o cirurgião operar, certo? Dar suporte clínico para que essa cirurgia seja bem feita.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Se durante o procedimento cirúrgico fosse cometido assim, algum erro, alguma irregularidade, o coordenador técnico tinha capacidade técnica para apontar, olha, a cirurgia não está correndo da forma que deveria. Ou o senhor não participava desse ato?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Depois que abria o paciente e diziam: "*Vamos tirar o rim*", o senhor acompanhava?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu via. Por que eu via? Justamente por isso, as intercorrências, o paciente podia ter uma queda de pressão, o ato cirúrgico podia ser mais difícil porque, como expliquei inicialmente, o transplante podia demorar 2 horas, 2 horas e meia como demorar 5, 6 horas, tudo depende do que encontrar. Por mais que você fizesse os exames clínicos desses pacientes, eram pacientes inicialmente que tinham 10 anos de diálise, esses pacientes podiam estar com as artérias severamente comprometidas, então isso era um transplante difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor então como coordenador da central de transplante...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Central de Captação de Órgãos do Sul de Minas... Do sul de Minas ou de Poços de Caldas?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sul de Minas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A sede da Central era onde?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Era em Poços de Caldas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em que local?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Inicialmente, era dentro da Santa Casa, no Banco de Olhos e de Órgãos e, posteriormente, foi para uma sala do lado do meu consultório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E quem pagava o aluguel da Central?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) – Nós, quem?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Os médicos. A Santa Casa, inicialmente, parece que ajudou a pagar um xis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então a Central funcionava junto com o Banco de Olhos?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Inicialmente... Antes de noventa e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Inicialmente até quando funcionou? Desde o início até quando funcionou junto a Central de Captação com o Banco de Olhos de Minas?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Até acho que 99.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Noventa e nove.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Depois que mudou o Pró-Rim... Aí apareceu o Pró-Rim, mudou para uma sala ao lado, certo? E a Central mudou ao lado. Porque, como eu era o coordenador, eu não tinha secretária. Era a minha secretária que era a secretária da Coordenação. Nesse processo todo, era ida a Belo Horizonte direto e reto para tentar oficializar, para adquirir recursos para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quando o senhor foi procurado pelo Dr. Raimundo...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Pelo Sr. Raimundo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pelo Sr. Raimundo, para tratar da sua esposa, a Jussânia, o senhor já conhecia o Sr. Raimundo?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Nunca tinha visto.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca o tinha visto.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E quando ele chegou pela primeira vez ao seu consultório, o senhor atendeu ele pelo SUS ou pela UNIMED?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não sei certificar para o senhor se foi pelo... O SUS não pagava consulta nessa época.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor atendeu ele na sua clínica particular...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Na minha clínica particular, que era a que eu atendia todo o mundo. Todas essas pessoas eram atendidas na minha clínica particular. Eu não tinha um local na Santa Casa para atendê-los.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor não cobrava de ninguém.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Quem tinha algum convênio pagava.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor atendia pela UNIMED?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu atendia pela UNIMED.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então o senhor era médico do SUS...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Do SUS e da UNIMED.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, depois de 88, que foi promulgada...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Noventa e oito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) Depois de 88, que foi promulgada a Constituição...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Oitenta e oito?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Oitenta e oito.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ... passou-se a exigir dos profissionais que trabalhavam nos órgãos públicos o concurso ou a sua efetivação. O senhor continuou trabalhando na Santa Casa prestando serviço? Ou como contratado? Ou como funcionário efetivo? De que forma?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sempre como prestador de serviço na área clínica. Eu ganhava pelo que o SUS pagava. O SUS internava uma infecção de rim, certo, e eu recebia pelo que o SUS pagava — 5 reais, 10 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o serviço de hemodiálise da Santa Casa...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - E o serviço de hemodiálise, eu recebia um xis da Santa Casa, para coordenar esses serviços.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o serviço de hemodiálise da Santa Casa era do senhor?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu era também o coordenador técnico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem era o responsável? De quem era o serviço de hemodiálise?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Da Santa Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Era da própria Santa Casa. Não havia nenhum serviço terceirizado que trabalhava na Santa Casa, não?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então o senhor foi procurado pelo Sr. Raimundo para fazer o tratamento da esposa dele. Qual foi o procedimento do senhor em relação ao Sr. Raimundo.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu vou contar a história para o senhor. O Sr. Raimundo... Eu vi o depoimento do Sr. Raimundo aqui. Eu atendi a esposa dele durante... Uma pessoa muito simples, não é? Como provou aqui. Eu vi o depoimento... Eu acho que vi a esposa dele umas 3, 4 vezes, não me lembro agora se pela UNIMED. Provavelmente, porque ele tinha. Então a secretária... Como eu não ganhava nada de nada, a secretária: *“O senhor tem algum convênio?” “Tenho.” “Então paga, paga o convênio. Não tem? Tudo bem, não paga nada”*. Então o Sr. Raimundo pode ter sido, se ele tinha a UNIMED desde o início, ele pagava as consultas pela UNIMED, tá? E, acho que na terceira ou quarta vez que ele veio, não existiu da minha parte conversar com ele qualquer pedido de doação. Numa das consultas — eu acho que a quarta ou a quinta —, a esposa estava tendo... parece que não estava muito bem e tal, e ele falou: *“Doutor, ela está sofrendo muito. Eu queria que o senhor desse um jeito de adiantar o transplante dela. Se o senhor fizer isso, eu lhe dou xis reais”*, certo? E eu disse a ele: *“Sr. Raimundo”*... Como existiam



algumas pessoas que faziam isso, as pessoas naquele desespero de sair dessa vida: *“Doutor, não tem jeito de passar na frente e tal?”* Eu disse: *“Olha, Sr. Raimundo, não existe isso. Se o senhor quiser fazer o transplante da sua esposa particular, o senhor vai esperar o mesmo tempo que fizer pelo SUS, porque a lista é a mesma. Ela não vai mudar de lista. E a sua esposa vai transplantar breve, porque o tipo de sangue dela é A”*. Naquela época em que ela transplantou, em 96, eu tinha acho que 10, 15 pessoas A. Se o senhor lembrar o gráfico, havia 60 transplantes nessa época.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então o senhor fazia também transplante particular?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Foram feitos 4 transplantes-convênio...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Convênio com quem?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - E todos eles com doador vivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Convênio com quem?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Convênio BRADESCO, Convênio CASSI. E todos eles acho que foram doador vivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então o senhor fazia transplante pelo SUS e fazia também transplante particular.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, e sempre na lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor fazia transplante particular onde?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Na Santa Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Santa Casa de Misericórdia.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim. Nunca fiz transplante em nenhum outro hospital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então a Santa Casa cedia espaço para fazer transplante particular.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim. A Santa Casa atendia à UNIMED, atendia ao BRADESCO, entendeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E, naquela época, os planos de saúde pagavam por transplante?





**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, só o BRADESCO é que pagou um transplante, que, por sinal, pagou menos que o SUS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E os outros 4 que o senhor fez, quem pagou?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Então, a CASSI. A CASSI foi um, o Banco do Brasil 1 ou 2, e o outro foi a UNIMED de Passos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Durante todo o tempo que o senhor foi médico transplantista...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - De 204 transplantes, é bom que se diga, 4 transplantes foram conveniados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quatro transplantes então foram particulares.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É, conveniados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor recebeu quanto por cada transplante desses?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu acho que eu devo ter recebido, particularmente, uns 2 mil reais, 1.500.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só isso?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É tão barato um transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O transplante, o total ficou em 22 mil, 20 mil reais. É o que está pagando o SUS hoje, é o que está pagando o SUS hoje. Na época, o SUS...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor recebeu por que serviço?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Por que serviço?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu recebi... O da UNIMED, eu recebi pela UNIMED. E recebia pela Santa Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas que serviço o senhor prestou para o senhor receber os 2 mil reais?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Para cuidar desse paciente no pós-transplante, na parte de internação dele, porque o médico operava, e eu que cuidava desse paciente posteriormente. A responsabilidade clínica toda era minha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então o senhor recebeu pelo serviço prestado após o transplante?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Após a cirurgia. O doente transplantado fica de 10 a 15 dias no hospital. Hoje mais, menos tempo. Mas o senhor... Eu posso terminar a fala com relação ao Sr. Raimundo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sim.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Então o Sr. Raimundo me ofereceu dinheiro para transplantar a esposa dele, para passar na frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele lhe ofereceu dinheiro?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Ele me ofereceu dinheiro. Eu falei: *“Sr. Raimundo, eu não recebo dinheiro de ninguém. Quer dizer, nem por isso a sua esposa vai passar na frente de ninguém. Na hora de ser a vez dela, ela vai receber o órgão.”* Aí, posteriormente, eu não lembro se foi naquele dia mesmo, eu falei: *“Olha, o que o senhor... Após o transplante, o que o senhor pode fazer é fazer então uma doação para o Banco de Órgãos e de Olhos, já que o senhor quer fazer alguma coisa. Não para mim. Já que o senhor tem posses, o senhor faz essa doação, porque o senhor vai ajudar a melhorar muitas pessoas aí.”* Foi essa a conversa que eu tive com ele. Aí, o que aconteceu? A esposa dele viveu de 96 a 2000. Em 2000, ela estava com perda de função renal — porque 30% das pessoas com 5 anos de sobrevida podem apresentar nefropatia crônica do enxerto — e acabou tendo uma infecção pulmonar severa e evoluiu para óbito, em julho de 2000. Nesse ínterim, ela, internada em estado grave, o Sr. Raimundo me procurou: *“Dr. Álvaro, eu tenho uma apólice de seguro que eu quero que o senhor assine para que eu seja beneficiário caso minha mulher faleça”*. Eu falei: *“Perfeitamente”*. E coloquei todas as cláusulas da apólice. Aí ele foi ao banco e voltou: *“Doutor”*... Antes, ele falou: *“Assim”*... Aí quando ele voltou, eu tinha presente a Secretária da Diálise, cujo nome é Samanta, que estava presente, e ele me falou: *“Doutor, com isso que o senhor colocou eu não vou conseguir receber nada se a mulher falecer.”* Falei: *“Eu sinto muito, Sr. Raimundo, mas não posso colocar uma coisa que não é verídica, certo? Dizer que sua esposa não tinha antecedentes médicos. Ela fez diálise durante 3, 4 anos. Não posso omitir*



isso”. Tudo bem, a esposa faleceu 2, 3 dias depois. No dia imediato que a esposa faleceu ele ligou para minha secretária, e ela apavorada, dizendo que ele queria o dinheiro de volta senão ele ia me denunciar. Falei: *“Oh! Adelaide, o dinheiro está com você, o dinheiro veio para mim, o dinheiro não foi para o Banco de Olhos e de Órgãos?”* Ela disse: *“Foi”*. Então, você diz para ele que o dinheiro está lá, que ele tem o recibo — certo? — e não tem jeito de devolver isso. Ele fez uma doação e o dinheiro não está comigo. Ele disse: *“Ah! Vou denunciar o Dr. Álvaro”*. Nessa época, o Ministério da Saúde começou a apresentar umas cartas dizendo que a sua internação — deixe-me ver como é que vou achar isso — foi paga com o dinheiro do SUS, etc, etc. Aí que digo que é toda uma organização. Então, o acompanhamento pós-transplante, aí eu já estava recebendo, foi em 2000, acompanhamento pós-transplante pelo SUS. Está certo? Então, ele recebeu essa carta... E essa AIH dava direito a 26 dias, que era justamente para cobrir praticamente o mês inteiro. Se o paciente vinha no primeiro dia, cobria, no segundo, cobria. Entendeu? E era válida por 6 meses. Mas saía como uma Autorização de Internação Hospitalar. Tanto é que todo mundo começou a discar para o Ministério da Saúde que não tinha sido internado. E realmente não tinha sido internado. Certo? A pessoa não internava, vinha fazer consulta. Aí o Ministério, diante daquilo, escreveu uma outra carta pedindo para as pessoas desconsiderarem essa carta, porque realmente aquilo não tinha sido uma internação e que o procedimento era correto. Aí as pessoas discavam para o Ministério da Saúde, o dique-saúde. Então, aí, o Ministério convocou, porque a mulher dele tinha ficado 1 mês internada e não tinha ficado. Esse é de um paciente que diz: *“Enviei esta carta consciente de que uma internação hospitalar é uma situação indesejável para qualquer pessoa”*. Internação hospitalar, certo? Aí, em seguida, e os demais... Então, a pessoa recebia essa carta e ficava preocupada. Dizia: *“Não fui internada”*. E ligava para o Ministério da Saúde. Está aqui: disque-saúde, 0800 e tal. Como o Ministério da Saúde estava recebendo muito dessas ligações, ele escreveu: *Prezado senhor e familiares, ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito desconsiderar a carta nº tal e tal — que é essa aqui 0600 —, enviada por esse Ministério, com o objetivo de verificar a qualidade do atendimento prestado ao usuários dos serviços de internação hospitalar, da rede do SUS, e conferir os dados apresentados para cobrança. Essa solicitação prende-se ao fato de que o seu tratamento, excepcionalmente, pode ser realizado ambulatorialmente,*



não se caracterizando, portanto, como uma internação hospitalar. Existem procedimentos, como realizado por V.Exa. que, apesar da necessidade da emissão de uma AIH, Autorização para Internação Hospitalar, podem ser feitos sem internação hospitalar. Nossa experiência em ouvir a opinião dos pacientes que se internam pelo SUS tem apresentado resultados excelentes, mas eventualmente fazem-se necessários alguns aperfeiçoamentos do sistema, como no seu caso. Tanto é que hoje o acompanhamento pós-transplante, a partir de início de 2002, final de 2001, saem através da PAC — Procedimento Ambulatorial de Alta Complexidade —, certo? Por quê? Porque isso aqui causou dúvida. Então, como eu disse, todo o sistema de transplante, principalmente essa área burocrática, está se aperfeiçoando, acho que hoje está num grau razoável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A consulta do Dr. Raimundo foi pela UNIMED ou pelo SUS?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Então, prezado Relator, eu até creio que possa ser pela UNIMED e não tinha nenhum ato ilegal nisso, porque ou era por alguma coisa pagante ou não era por nada, porque o SUS, o pré-transplante não pagava nada, e foi pela UNIMED O acompanhamento até que quando o acompanhamento começou a pagar pelo SUS, tanto é que ele recebeu a carta, certo? Deixou de pagar pela UNIMED e começou a pagar, até para uniformizar tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor sabia de um acordo que existia entre a Secretaria de Segurança Pública de Poços de Caldas e as Santas Casas lá e a Secretaria de Saúde Municipal, da dispensa das necropsias nos corpos dos doares, cadáveres?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim senhor, porque isso aí era justamente porque existia uma dificuldade muito grande em que os legistas fizessem necropsias.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por quê?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não sei se era porque tinha muito pouco legista, certo? E toda vez que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E morria tanta gente assim na Santa Casa, todo dia?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, é porque tinham apenas 2 legistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era o nome dos 2 legistas?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Dr. Wagner Ramalho e doutor. ... eu vou lembrar e falo para o senhor, porque não lembro agora. Então, eles tinham que, se o paciente tivesse morte conhecida por mais de 24 horas, não necessitava de necropsia. E eu sempre me batia com isso realmente, porque eu conhecia a lei. E não sei se o Dr. Geraldo lembra do fato em um dos doentes, aí eu comecei a não fazer mais concessão, quando eu estava, eu era chamado para após a morte encefálica, de uma morte violenta, então comunicava aos médicos legistas, tinha dificuldade em que eles viessem fazer a necropsia e entrei em contato com o delegado através do Dr. Geraldo Thadeu, que era depois das 6 horas para me localizar o médico legista para que se fizesse a necropsia e ele que se entendesse com o médico do paciente, caso não houvesse. Então aí foi feita uma reunião com a Polícia Civil e eles concordaram com isso, que se o paciente tivesse mais de 24 horas de internação e de diagnóstico conhecido, que não precisasse de necropsia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conheceu o Dr. Brandão?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O João Brandão? Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual era a especialidade dele?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - João Brandão era nefrologista, trabalhava comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nefrologista?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Era parceiro do senhor?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Ele trabalhava comigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o Dr. Félix, o senhor conheceu?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O Dr. Félix era neurologista, neurocirurgião, neurologista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele trabalhava também na UTI?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, ele era médico neurologista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Como vocês faziam para identificar um doador lá em Poços de Caldas? Os exames pré-transplante eram feitos a pedido de quem e por quem?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O médico que estivesse de plantão no CTI, comunicava. Normalmente era caso neurológico, comunicava ao neurocirurgião ou ao neurologista e ele fazia o diagnóstico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Diagnóstico de quê?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Fazia o processo diagnóstico de morte encefálica. Fazia o protocolo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o paciente primeiro chegava ao CTI, aí o médico neurocirurgião que estava no CTI...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, o neurocirurgião... não tinha nenhum neurologista, neurocirurgião que trabalhava na UTI, certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Intensivista?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Porque normalmente os neurologistas é que faziam o diagnóstico...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Brandão ou o Félix chegaram a trabalhar num desses plantões aí?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O Brandão talvez trabalhasse na UTI, mas o Félix nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o Brandão trabalhava na UTI?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, mas sempre que caso o Brandão estivesse no CTI, ele nunca participava de diagnóstico de morte encefálica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sei, mas era ele quem pedia os exames para saber se o paciente poderia ser um doador?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, quem pedia os exames era o neurologista, após ter certificado o diagnóstico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca aconteceu de o Brandão pedir os exames?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu tenho quase que absoluta certeza de que não. O primeiro exame clínico e o segundo, estando o.k., esperando a arteriografia ele até poderia pedir alguns exames para verificar a tipagem de sangue e tudo mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele nunca pediu um exame assim, por exemplo, o paciente chegou, está no CTI e tal e já pediu logo todos os exames para saber se o paciente poderia ser doador ou não?





**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Que eu saiba não. Ele como médico da UTI ele pedia exames para tratar do doente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não era papel dele fazer isso?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Se ele pedisse, ele estava errado?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Após...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, antes do diagnóstico da morte?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não, eu creio que ele nunca fez isso, eu tenho certeza que ele nunca fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas se ele fizesse, ele estava errado?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não sei se ele estava errado. Se já tivesse em evolução, se já tivesse um segundo exame, o primeiro exame clínico de morte encefálica poderia se considerar um potencial doador de órgãos, certo? Se ele pedisse algum exame, ele não estaria errado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Após a primeira arteriografia no caso?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - A primeira arteriografia. A arteriografia é a última. Após a arteriografia, dando *stop*, ele podia pedir qualquer coisa.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pela ordem, Deputado Geraldo Thadeu

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - O depoente, mesmo o colega dele sendo colega da equipe, ele não pode responder pelas atitudes do colega e nem sabe às vezes o procedimento que o colega tomou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu estou fazendo pergunta sobre procedimento médico, se é correto, o que não é correto.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Mas ele, de certo, está... V.Exa. está argüindo...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Estou perguntando se ele tivesse agido dessa forma se ele tinha agido certo ou errado.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Se ele tinha feito, se ele não tinha feito, ele não pode afirmar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só outra pergunta: o senhor, como Coordenador da Central de Transplantes, da captação de órgãos, sempre que foi solicitado, foi informado, foi notificado sobre um potencial doador, o senhor se dirigia ao hospital de onde foi notificado para conversar com a família?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. É o que falei para o senhor, quem fazia esse contato, se era fora da Santa Casa, era o próprio pessoal do hospital de origem, certo? Se era na Santa Casa, tinha uma equipe formada por psicóloga...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o senhor era o Coordenador da Central?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Sim, eu era Coordenador, mas é o que eu falei para o senhor, eu fiz uma equipe, o Coordenador é justamente isso, construir uma equipe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nesse dia do caso do Paulo Pavesi, não tinha nenhuma assistente social para o senhor colocar...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não tinha nenhuma assistente social, nenhuma psicóloga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só tinha o senhor?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Elas não estavam na cidade, só tinha eu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Aí o senhor foi chamado ao hospital...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Hospital Pedro Sanches.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pedro Sanches?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Chegando lá, qual a informação que o senhor recebeu do médico que atendeu o Paulinho?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - A informação que recebi é que o garoto estava em morte encefálica...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Que estava em morte encefálica?



**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso. Ele tinha feito exame clínico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual médico falou isso para o senhor?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Dr. José Luiz Gomes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - José Luiz Gomes.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso. Mas não tinha feito o protocolo, não tinha formalizado. Aí digo para o senhor que a partir desse momento é que eu conversei com a família, o processo, porque por mais que eles eram médicos neurologistas, intensivistas sabiam do diagnóstico da morte encefálica...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Bonfitto era o que no Hospital?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O Bonfitto era intensivista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o cargo dele dentro da UTI?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Ele parece que era o chefe da UTI. Não tenho certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é um bom médico?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor conhece algum procedimento irregular dele? Ele já foi denunciado, já foi acusado de algum procedimento ilegal?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Não. Nada. Que eu saiba nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ele é considerado um bom médico na cidade?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu não tinha muita informação porque ele trabalhava em um hospital e eu em outro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Sanches era particular?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - O Pedro Sanches, na época, ele já tinha atendido o SUS, mas na época ele era de um convênio próprio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, chegando ao Pedro Sanches, o médico falou: "*O menino está com morte encefálica.*"

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Aí o senhor foi conversar com a família?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Aí, junto com os médicos, conversar com a família. Está em morte encefálica, mas não estava protocolado. Não tinha nada escrito. Então, tem que protocolar. Então, junto com eles eu conversei com a família, certo, no sentido de protocolar o diagnóstico de morte encefálica. É aquilo tudo que eu já falei. Faz o primeiro exame, passa 6 horas, faz o segundo, entendeu?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu vou passar uma fita aqui. Eu gostaria que o senhor assistisse, só para comentarmos depois.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, Dr. Álvaro, o Dr. Bonfitto foi bem claro no vídeo dizendo que o garoto, mesmo em estado clínico muito debilitado, ele ainda tinha uma possibilidade de vida e que por isso ele estava impedido de ser doador.

Declaração do Chefe da UTI do Hospital Pedro Sanches. É por isso que — eu vou até tomar um tempinho — nós estamos investigando esses casos, porque existem muitas alegações. Existe alegação da defesa, mas existem peças dentro do processo que qualquer pessoa ao ouvir uma declaração dessa de um Chefe da UTI você parte do seguinte princípio: ou ele está despreparado para dar uma declaração dessa ou a declaração dele pode ser verdade, e consistente, e deixar a dúvida na cabeça da população.

Agora, imagine o pai da criança, qualquer pai aqui, aqui tem muitos pais presentes, diante de uma situação dessa, como o senhor disse, eles prontamente autorizaram a doação de órgãos. Assim que foram informados de que a criança estava com morte encefálica — foi a informação que eles tiveram — eles autorizaram a doação.

Então, iniciou-se o processo de doação. Depois, eles deram uma placa do senhor como médico, reconhecendo a importância do gesto da doação, tudo bem valorizado. Eles não eram contra a doação. Um gesto humanitário também doou os órgãos do filho dele para salvar algumas vidas. Não sei se tem até alguém aqui que recebeu o rim dele, não sei, dos que foram transplantados pelo senhor, não sei, mas está vivendo com órgão desse garoto que espontaneamente, através de um gesto de amor, os pais fizeram esse gesto e doaram os órgãos.



Aí, de repente, o pai descobre, vem ao Hospital para acertar contas no Hospital Pedro Sanches, e o Hospital cobra a ele uma conta que ele questiona, porque a Lei do Transplante diz que a partir do momento que a família autoriza a doação, todo custo dali até o encerramento do trabalho é por conta do SUS. Então, com 24 horas de internado, os médicos chamam a família e dizem: *“Seu filho está com morte encefálica. O senhor autoriza a doação?” “Sim, autorizo a doação”*. Então, a lei diz que, a partir daquele momento, todas as despesas decorrentes daquele processo fica por conta dos procedimentos de transplante.

Aí ele enterra o filho, vem no Hospital para pagar a conta, chega no Hospital, o Hospital faz uma cobrança dele que ele acha alta pelas 24 horas de internado. Ele questiona o Hospital, e o Hospital diz que não, que tem que cobrar todos os procedimentos mesmo. E ele, então, entra na Justiça contra o Hospital, porque ele havia dado o cheque de caução, pego um cheque até emprestado com a vizinha no dia, e ele tinha que pagar o cheque.

Então, ele questiona o Hospital numa cobrança que o Hospital estava fazendo de 10 mil e 367 reais. Aí o Hospital traz o detalhamento das despesas, ele começa, então, a questionar algumas despesas, como no caso ele descobriu que o filho dele havia tomado anestesia geral. Ele começa a questionar por que tomou anestesia geral. Se o filho estava morto por que tomou anestesia geral, e algumas pessoas deram para ele alguma resposta que ele não se conformou com a resposta. *“Deu porque na hora do transplante ele poderia sentir alguma reação”*, e ele então questiona e começa então a investigação desse processo.

Aí vem a Polícia Federal investigar, instaurar o inquérito. Vem o Ministério Público para analisar todas as peças do inquérito. O Delegado não tem dúvida, analisando todas as peças do inquérito, todas as provas, ouvindo todos os acusados, dando direito de defesa a todos os acusados, dando direito dos denunciadores se manifestarem. Aí, o delegado conclui o inquérito. O Ministério Público analisa o inquérito e o Ministério Público de Minas Gerais — acredito que seja um bom Ministério Público, porque conheço alguns promotores, que são muito bons — analisa o inquérito com toda a capacidade e oferece uma denúncia contra alguns membros da equipe médica e descobre-se que, além daquele caso ali, havia uma série de outras irregularidades.



O Ministério da Saúde veio e fez uma auditoria na conta que o pai questionou e descobriu o seguinte: *“A equipe de auditoria procedeu à revisão das cobranças efetuadas, que resultou no valor total de 7.000, incluídos honorários médicos, exames materiais e medicamentos, diárias e taxas”*. O pai estava certo. Não podia ter cobrado os 10.000. Caiu quase 4 mil reais na conta. Ah, mas é pouco. Será que compensa essa confusão toda? A bíblia diz que: *“O homem faz os planos e Deus guia os passos”*.

Com esse questionamento, que no primeiro momento era só do ponto de vista financeiro, descobriu-se uma série de irregularidades, e a auditoria do SUS foi realizada. O Deputado sempre tem falado que foi uma auditoria bem severa, bem rígida, Deputado Geraldo Thadeu, acredito que muitos hospitais com certeza não iriam sobreviver a uma auditoria e muitos não têm sobrevivido, como o Hospital de Base de Brasília, que foi fechado o sistema de transplante, o Hospital de Taubaté, que foi fechado o sistema de transplante e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia também não passou pela avaliação, pela auditoria, o Ministério Público pediu a suspensão dos trabalhos de transplante na cidade.

Aí, o pai que denunciou passa a ser tratado como um doente mental, uma pessoa desequilibrada. Agora imagine o senhor também, qual a sensação do pai que, depois de ter autorizado a doação dos órgãos de seu filho, descobre, por meio dos exames e das provas apresentadas, das perícias feitas, que o seu filho poderia realmente não estar morto? Poderia. É. Segundo o Bonfitto ali, ele não estava morto e não podia ser doador.

**(Não identificado)** - Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não. Depois que eu terminar de falar. Eu fui o último a falar, eu deixei todos falarem, eu fiquei esperando aqui 3 horas todo mundo falar. Depois eu vou dar a palavra.

Então, estou partindo do ponto de vista do pai: ele autorizou. Aí, ele descobre, por meio de alguns documentos, de alguns questionamentos, que o filho, no momento, naquele dia que ele autorizou, poderia realmente não estar morto.

Aí, já passa a se auto-acusar, porque ele pode ter contribuído com a decisão, pode ter tomado uma decisão errada, precipitada, em relação à doação. Aí, realmente, é frustrante para o pai, porque ele imagina: poxa vida, se meu filho tinha uma chance e eu autorizei, eu também fui culpado. Pesa, começa a doer na mente





do pai. Mas qualquer um teria uma reação dessas, saber que ele autorizou a tirar um órgão do filho e que o filho teria ainda uma chance, de acordo com o depoimento do Bonfitto e de algumas peças do inquérito.

Pode até ser que o quadro clínico realmente depois tenha aumentado, avançado, mas pelas peças do inquérito... e ele começa então a querer justiça. Começa a querer justiça, começa a responder inquérito, depois ele questionou o delegado, que o delegado indiciou 4, 6 médicos, depois o Ministério Público tira alguns nomes que foram denunciados e substitui por outros. Daí, ele começou a questionar. Ele não entendeu como é que isso aconteceu — e nós também temos dificuldade de entender, por isso que estamos investigando como que um delegado faz inquérito e indicia 6 nomes, A, B, C, D e E, depois o Ministério Público troca o D e o E pelo H e o J? Então, ele questionou.

Nós sabemos que no Brasil fazer justiça não é fácil, o processo é moroso, a Justiça muitas vezes é lenta, a Justiça muitas vezes é falha, muitos inquéritos muitas vezes realmente podem ser mal concluídos, podem ser malfeitos, há maledicência em muitos inquéritos, sabemos disso, mas ele foi em busca da Justiça. Como ele não encontrou eco, começou a fazer, num ato de desespero, seus próprios protestos. Se do ponto de vista do depoimento dele, “Ó, acabou esse caso.” Poderíamos falar: “*Esse cara foi um persistente, lutou muito, chutou tudo para tentar viver só esse caso*”. Mas aí vêm mais 16 denúncias, mais 16 inquéritos são abertos.

O Delegado Jacinto esteve aqui, disse que há 11 com ele, que 4 já estão concluídos, e ele já indiciou alguns médico também em mais 4 inquéritos. Aí, já não é mais um Paulo Pavesi, são mais 16 “Paulos Pavesis” que estão denunciando outras irregularidades. São mais 16 doidos, mais 16 desequilibrados, mais 16 que não têm temperamento. Não dá para desqualificar testemunhas aqui na CPI.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sr. Presidente, por favor, eu acho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não vou dar questão de ordem, Deputado Geraldo Resende.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Resende, estou relatando...

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ...estou relatando os fatos.

Eu estou relatando o ocorrido.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Estou relatando o ocorrido. Estou só relatando os inquéritos que existem. Eu só estou relatando...

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Resende. Deputado Geraldo Thadeu, não estou tocando no nome de V.Exa. Não estou abordando o nome de V.Exa. Estou falando sobre um caso ocorrido. Se vocês não se sentem felizes em ouvir o que estou falando, vocês podem se afastar da audiência e depois retornar.

*(Intervenção inaudível.)*

**(Não identificado)** - Olha o fanatismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não existe fanatismo.

*(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Concluiu?

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vou dar a palavra quando entender que terminei minha fala. Eu esperei, V.Exa. falou o tempo que quis. Não interpelei. Esperei o Deputado Geraldo Resende falar o tempo necessário. Agora chegou minha vez de falar e como Presidente estou evocando esse direito de falar.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Tem limite, e se V.Exa. achar que estou extrapolando o limite, entre com recurso na Câmara.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pode questionar a Corregedoria da Casa.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Se V.Exa., Deputado Geraldo Thadeu... Ouvi vocês todos falarem, ouvi o Dr. Álvaro Ianhez falar o tempo todo aqui. Demos direito de defesa. Agora estou relatando os fatos. E não vou deixar de relatar, não vou deixar de falar.

*(Intervenção inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Direito de quê, Deputado Geraldo Thadeu? Fale.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não vou tirar, Deputado Geraldo Thadeu. O senhor é um Parlamentar, o senhor tem todo o direito de participar da Comissão, de falar o que o senhor entende. Agora, eu respeitei sua fala e vou devolver a palavra depois para o senhor falar e ficar taquigrafado tudo o que o senhor disser, só que eu quero que o senhor me respeite e me deixe fazer uso da palavra.

Estou fazendo essa defesa aqui, essa explanação para que as pessoas conheçam os fatos que estamos tratando aqui. Eu não disse nada que seja fruto da minha mente. Estou relatando tudo que é fruto de inquérito policial e de depoimentos prestados aqui por diversas testemunhas, tanto de defesa quanto de acusação.

Então, o que estamos vivendo nessa CPI realmente são fatos que têm deixado muitas pessoas perplexas, porque não imaginavam que pudesse haver acontecimentos como esse. Não estou julgando ninguém aqui, estou apenas relatando os fatos, entendeu? Estou apenas relatando os fatos. Então, esta Comissão... Temos aqui em mãos, Dr. Álvaro Ianhez... Tudo isso aqui foi auditoria feita pelo Ministério da Saúde e faz parte do inquérito concluído pela Polícia Federal, analisado pelo Ministério Público, que ofereceu a denúncia.

Vou fazer aqui a leitura na íntegra da denúncia do Ministério Público Federal:

*“Procuradoria da República em Minas Gerais,  
Ministério Público Federal.*

*Conclusão:*

*Do exposto, conclui-se que vários foram os fatos que se concatenaram no sentido de dar causa à morte de Paulo Veronesi Pavesi, afinal registrada na chapa da segunda arteriografia realizada na Santa Casa de Misericórdia, a saber: sua admissão em hospital inadequado; a demora no atendimento neurocirúrgico; cirurgia craniana mal sucedida e realizada por profissional sem habilitação legal; a inexistência de tratamento efetivo e eficaz; a precocidade de lhe ser atribuída característica*



*de potencial doador”, como diz o Bonfitto; “o engodo em que se consistiu o exame clínico tendente à constatação da morte encefálica; a ruínosa angiografia a que fora submetido no final da tarde do dia 20/04/2000, após as farsas dos itens ‘e’ e ‘f; o abandono terapêutico pleno e absoluto na noite do dia 20/04 e em toda manhã do dia 21/04/2000.*

*O Ministério Público Federal imputa, então, aos denunciados a prática de homicídio doloso, qualificado pelo motivo torpe, pelo meio insidioso utilizado, com pena especialmente agravada em razão da idade da vítima, menor de 14 anos”.*

Eu só li o pronunciamento do Ministério Público Federal, Procuradoria da República em Minas Gerais. Estamos diante de um fato e dando oportunidade de defesa. Estamos dando oportunidade de defesa. Mas nosso papel aqui é este, é vir aqui questionar. Se fosse para fazermos uma CPI, para que diante de tudo que ouvíssemos ficássemos calados, não haveria necessidade de fazer uma CPI. Nosso papel aqui é investigar e, para investigar, temos que conversar, que dialogar, dar oportunidade de falar. É por isso que a CPI foi criada na Casa, é por isso que estamos aqui até essa hora e vamos ficar até mais tarde para ouvir o outro depoente. Estamos aqui para fazer o nosso trabalho. Respeitamos a fala de todos. Em momento algum fui agressivo com a fala de alguém, respeitei a opinião de todo mundo. No entanto, eu tenho, até como membro da Comissão, direito de falar, e como Presidente também. Não posso abrir mão do meu direito só porque estou na Presidência, de poder falar sobre esse assunto.

Então, Dr. Álvaro, por isso o senhor foi chamado aqui. Por dúvidas como essa do Dr. Bonfitto. O médico disse que o garoto não podia ser doador. Então, é por isso que existe dúvida. Se não houvesse essas colocações de profissionais, — houve aí do Bonfitto, houve do Manreza, houve de outras pessoas — não existiriam dúvidas e esse assunto já teria sido tratado e resolvido. Mas é por causa de declaração como essa que estamos aqui. Eu vou conceder agora o direito de resposta ao senhor.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Então, são por essas colocações na mídia que realmente acontece o não-esclarecimento completo. No momento em que o Dr.



Bonfitto falou que ele não era doador, realmente ele não era doador. Naquela primeira arteriografia ele não era doador; ele não tinha morte encefálica. Ele voltou para a UTI para ser tratado como doente. Ele só passou a ter morte encefálica após a segunda arteriografia. Então, naquele momento, ele não tinha morte encefálica. Podia ter clinicamente, mas legalmente não, tanto é que ele voltou para a UTI e, 18 horas depois, é que se fez a nova arteriografia, que constatou a morte encefálica. E a reportagem... Essa reportagem, eles me procuraram durante uma semana. Foi explicitado tudo para eles, e eles me colocam, depois de eles terem na mão, que as radiografias estão com a Polícia Federal, que aí eu mostrei na transparência para vocês que desde 2001 as radiografias estão no prontuário, certo, tanto a primeira como a segunda, eles colocam que sumiu a radiografia. Como é que eu posso acreditar numa reportagem dessa? E a palavra do Bonfitto? Está certa, só que no contexto, da primeira arteriografia, certo? Agora dizer que a criança não estava com morte cerebral? A criança entrou em morte cerebral no outro dia quando fez a segunda, entendeu? No momento em que a criança foi para o centro cirúrgico ela estava em morte cerebral, em morte encefálica. Aí que teve o preenchimento de *stop*, aí que teve a doação de órgãos, só depois de confirmada pela segunda arteriografia, certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Álvaro, justamente para tirar essas dúvidas é que estamos trabalhando. E o senhor há de convir que um pai ao ouvir tantas conversas de profissionais como esse aí que o senhor conhece, ele tem que realmente questionar e tem que brigar, não é verdade? Mas se alguém errou...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - É o contexto em que é colocado, V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Aí, por exemplo, a Lei de Transplantes...

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Na primeira, é o que eu estou dizendo para o senhor, na primeira arteriografia, tanto é que eu vi o final da arteriografia e fui para casa, a criança voltou para o CTI para tratamento intensivo, certo? Só voltou a fazer a outra 18 horas após, que constatou morte encefálica. Então, essas coisas que têm que ser claras. Então, ninguém tirou órgãos de doente, tirou órgão por morte encefálica. Para mim está muito claro isso, Deputado. Pode ter essas coisinhas que,



aquilo que eu falei para o senhor, depende do contexto em que é colocada a pergunta.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Um aparte, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Pastor Pedro Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dr. Álvaro, quando nós conversávamos, teve um momento em que chegávamos exatamente nesse ponto, ou seja, quando foi feita a arteriografia, que, conforme o relato, foi constatada a morte encefálica, o senhor conversou com os familiares, então eles procederam à retirada.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Agora, veja, Dr. Álvaro, como é complexa a coisa, é por isso que a gente tem que conversar com muita tranqüilidade. Existem documentos após este momento, que foi o fato de o médico escrever "*sem morte encefálica*", até a reportagem falou, e o outro médico — não lembro o nome agora, não estou conseguindo separar o nome do outro — o outro escreveu: "*Paciente em situação ASA V.*" ASA V, alguém, aliás, o médico quando esteve aqui disse que naquela época só existia até ASA V, não existia o ASA VI. Mas nós temos conosco um farto material, tanto nacional quanto internacional, já de datas anteriores, provando a existência já do ASA VI. ASA V é um paciente que está de fato sendo encaminhado certamente para uma morte talvez 12 a 24 horas depois, mas é paciente com vida.

Ouçá, ouçamos bem e reflitamos. Ora, depois de o Dr. Luís ter dito ao senhor, o senhor falou que viu também a arteriografia, que a criança estaria com morte encefálica, que o senhor autorizou a retirada, ele ainda botou "*sem morte encefálica*", e o outro disse "*ASA V*" e ainda prescreveu anestesia. É essa...aí a coisa complica, começa tudo de novo. É por isso que certamente chega o Ministério Público a exarar uma conclusão dessas. É por isso que temos que ver, é lamentável que exista isto, mas essas constatações foram após esta arteriografia.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Após a arteriografia está claro que a criança está em morte encefálica, está em *stop*. E a arteriografia com *stop*, não tem dúvida nenhuma, é diagnóstico. Tanto é que pessoas que tomam excesso de barbitúrico — isso está nos livros-textos —, em que para você fazer o diagnóstico de morte





encefálica você tem de esperar 24, às vezes, 36 horas, e pelo quadro de gravidade desse paciente, de instabilidade hemodinâmica, as pessoas, alguns neurologistas fazem a arteriografia, e ela com *stop* é igual à morte cerebral, mesmo na presença das drogas, porque as drogas não interferem, os medicamentos não interferem na arteriografia. Só complementando o senhor, com relação ao Dr. Celso, se as pessoas olharem atrás daquela prescrição dele, vai ver o relato, do mesmo dia em que ele coloca paciente em morte encefálica, tal, tal, em outra circunstância.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Eu quero até comunicar ao Dr. Álvaro que esta relatoria tomou a providência, a Comissão tomou a providência de solicitar do MM. Sr. Juiz, com quem estão os autos, uma perícia dessa peça, para que vejamos se, de fato, aquilo que está embaixo — não é do outro lado, é embaixo um pouco, onde ele relata isso — se a letra é dele e feita na mesma hora, porque, como é que um cidadão, um profissional afeito, acostumado a preencher um formulário onde tem um campo para colocar o quadro do cliente, o quadro clínico, ele põe lá : sem morte encefálica. Para que escrever embaixo, de novo, esse relato.

Então, que Deus abençoe, que Deus ajude que tenha sido feito por ele e na mesma hora. A perícia vai nos dizer, porque aí vem o agravante, ASA V é a prescrição de anestésico para operação. Como é que se prescreve anestésico para alguém que está morto? Então, talvez seja por isso que chegaram a essa conclusão.

O caso é complexo. Nós não desejamos que... É como o senhor disse: queremos que prevaleça a verdade. Deus haverá de abençoar para prevalecer a verdade, para que de fato os inocentes sejam inocentados, e aqueles que são culpados paguem pela culpa, e que a Nação seja esclarecida, e que nós tenhamos de ora em diante um encaminhamento mais cuidadoso com referência a essas ações na condução de tratamento de pacientes ou de outro tipo de cirurgia, intervenção, que seja, principalmente no caso de doação de órgãos.

Então, o Presidente não está, eu acho que ele deve estar voltando. Quem tiver alguma colocação ainda a fazer, algum Deputado quiser dizer alguma coisa, ou aguardemos um instante que o Presidente volte, para saber se vamos concluir, porque ele está com a palavra. Não tenho mais. Eu queria só colocar para nossa reflexão essa complicação desse fato.

Então, o caso é sério. Não é só esse caso. Nós estamos analisando outros. Nomes novos têm aparecido. O prazo está curto. Estou ganhando tempo para a



gente não ficar silente. Estamos procurando um pouco mais de tempo para a CPI marchar um pouco mais, para ter condições de investigar um pouco mais casos novos que estão surgindo, para que a gente possa oferecer um relatório que seja consistente, que de fato cubra a realidade dessa conduta hoje dos que estão envolvidos em transplantes.

E eu sou sincero: eu estou vendo a coisa muito mais complicada no que concerne a essa conduta do que máfia, organizações, que estejam buscando realmente traficar, traficar. Agora, o que é doloroso é que a lei é boa e é complexa e é muito exigente. O Dr. Álvaro disse uma coisa muito séria. E não é só a questão de traficar, receber alguma coisa ou desencaminhar o órgão, porque a lei alcança, é como um polvo que tem muitos tentáculos: alcança o profissional por várias condutas. Isso é complicado. E nós não podemos deixar de ver isso que está aflorando, para que não haja mais dúvidas, mas nós vamos continuar com muito zelo, muito cuidado, com muita responsabilidade, para oferecer o melhor relatório possível.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Eu acredito que esta CPI, como disse o Deputado Francisco numa dessas sessões nossas, não vai bem, não: ela não vai bem porque aqui se ouve um lado só, que é o de acusação. Aqui se dá atenção a um lado só, que é de acusação, que, quando vieram aqui ontem, por exemplo, duas senhoras, que fizeram aqui declarações graves, que, se comprovadas, gravíssimas, mas podem ser hilariantes também, uma, a D. Rita Maria Pereira, que caiu em contradições fantásticas ontem, e elas eram bem consideradas, elas foram bem consideradas. E às vezes tem um profissional aqui que em nenhum momento vacilou nas suas respostas, que em nenhum momento se negou a responder a qualquer coisa, que foi pressionado a ser levado para uma sala para confessar ou denunciar alguém, que foi pressionado psicologicamente e que, mesmo assim, não caiu em contradição nenhuma e sempre foi muito claro nas suas colocações. Pasmem que, agora, no final, quando nada neste depoimento muito claro dele, muito explicativo, com bases científicas, para nós, leigos, que somos Deputados, mas acho que aqui o único Deputado que pode entender com maior profundidade essas explicações científicas é o Deputado Geraldo Resende, mas eu vejo que o que vale é a acusação.



Nós entendemos muito bem o que passou o pai dessa criança, tanto entendemos que compreendemos a angústia, compreendemos a dúvida — e até vi num *e-mail* há pouco tempo que ele acha até que a guarita lá não está nas especificações técnicas da engenharia, que talvez foi a causa de o filho ter caído do terceiro andar, e que acho que é mais uma suposição, quem sabe a culpa é da guarita lá que não deu proteção ao filho dele.

Parece-me que já tinham alertado que o filho dele poderia sofrer um acidente lá, anteriormente. Mas está aí uma vida, uma vida que nós conhecemos. Foi destruída, e a família tem sofrido, e que, quando esta pessoa está aqui, infelizmente, me desculpem, às vezes, o nobre Relator, enquanto o nosso depoente estava depondo, ele estava em conversa com a assistente, prestando atenção em outras coisas, o nobre Presidente conversando do lado, olhando para o outro lado, e isso é triste, isso é triste, quando alguém tem a oportunidade de fazer a sua defesa, plena e total, que vem aqui, nunca deixou de prestar nenhuma declaração — eu estou aqui desde o primeiro minuto, até agora, ontem fiquei praticamente o tempo todo ouvindo aquelas senhoras aqui prestando muito bem a atenção — numa história cruel ou hilariante, mas prestei atenção. E quando aqui se vê vomitar despreparo, fanatismo, em cima de uma pessoa que está aqui se defendendo e que deveria ser, inclusive, respeitada o tempo todo, de prestar atenção e ouvir.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Claro que as notas vão ser taquigrafadas. É claro, mas, enquanto está aqui, o mínimo que poderia se dedicar a essa pessoa é ouvi-la, com atenção.

Então, vai muito mal. Eu fui lá em Recife e vi o trabalho da equipe de Recife, da Assembléia Legislativa de lá, de altíssima competência: descobriu uma quadrilha, um trabalho que já resultou em não sei quantos processos, prisões, condenações, e que nós entramos de carona. Nós não vamos acrescentar nada àquela CPI de Recife, porque o trabalho deles foi tão competente, que nós pegamos carona. O de Taubaté, também, me parece um processo bem investigado, bem processado, tanto é que está no Tribunal de Justiça de São Paulo para ser julgado e parece que é muito bem competente, até, mesmo com equívoco, e também nesse nós estamos pegando carona. Não achamos nada de novidade, a não ser uma enfermeira que concordava, que falava que sabia que estava acontecendo crime lá, mas que, de



uma hora para outra, depois, ela resolveu contar que agora ela mudou a vida dela e que ela acredita que ela tem força para falar. São os milagres que acontecem, às vezes de fanatismo, até.

Eu não sou advogado, não, mas não me calo com injustiça de jeito nenhum, não me calo, e ninguém me cala. Vivo num país democrático, represento uma cadeira no Congresso Nacional, e ninguém me cala. Então, eu vejo, sim, se o propósito for de esclarecimento, de justiça, nós vamos trabalhar e vamos ajudar, mas de fanatismo, de preconceito, de prejulgamento, de pré-condenação para pôr no “paredão” e fuzilar, eu não concordo. E não vou concordar. E agora também não quero mais sair da CPI, e não vou sair. Agora, eu vou até o fim, e é isso que move a gente.

Eu acredito em Deus, sou um ser humano, tenho meus erros e defeitos, e muitos. Sou uma pessoa que tem as minhas vacilações, mas vou à procura da justiça e estou aqui com um ideal muito grande na minha vida. Eu acho que a gente tem que respeitar o ser humano, sim. Tudo o que esse pai passou eu passei também. Cada um tem uma capacidade de absorver as coisas. Agora, destruir vidas e começar a colocar pessoas inocentes atrás das grades e no “paredão” e fuzilar, vai ter que provar, se não provar, não vai fazer.

Então, Dr. Álvaro, o senhor teve oportunidade hoje, acho que desde o início nunca teve uma oportunidade como esta de hoje. Nós estávamos ansiosos pela sua vinda aqui, estávamos até um pouco preocupado por tanto sofrimento que o senhor já passou, a sua família já passou, os seus amigos já passaram, e o Deputado Geraldo Resende. Ele não saiu de Poços não foi porque a população o repeliu, não. É porque tem componente político nessa questão.

Ele foi tão perseguido na Santa Casa depois desse episódio, houve intervenção da administração municipal na Santa Casa, no sistema de saúde, alegando que a Santa Casa estava em dificuldade financeira, devendo 3 milhões de reais. Hoje, após 1 ano e meio de intervenção, está devendo 13 milhões, depois da intervenção. O sistema de saúde degringolou, a Santa Casa não é nem sombra do que era, e todas as pessoas ligadas ao grupo político anterior à atual administração foram banidos do sistema, inclusive o Dr. Álvaro. Eles perseguiram tanto o Dr. Álvaro, até que ele teve que procurar ir para São Paulo para sobreviver.



E não é nenhum constrangimento falar isso, não é não. A sua dignidade, a sua honra, que pode olhar nos olhos de qualquer pessoa, de qualquer cidadão, é que faz grande e que esse pessoal tenha vindo aqui agradecer. Eles saíram de Poços de Caldas ontem, às duas horas da tarde, viajaram a noite toda para chegar aqui. Eles quiseram vir. Inclusive há umas declarações, as cartas que entreguei à Mesa para serem entregues a todos os Deputados que fazem parte desta Comissão.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, se é para fazer justiça, descobrir a verdade, vamos lá. Mas se é para fuzilar, prejudicar e executar, não vamos não. E agora não saio mais desta Comissão, vou até o fim. E não vou permitir aqui ou acolá qualquer tipo de injustiça clara como a que estamos vendo acontecer aqui. O que vale é a acusação, mas nenhuma alegação científica, clara, sem contradição, vale. Vale dizer: a primeira arteriografia tinha circulação sanguínea, mas omite covardemente a segunda arteriografia, para jogar, falando que foi homicídio. E temos que ser homem, macho, temos que assumir posição. E às vezes tem gente que não está preparada para isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Thadeu, ouvi atentamente a palavra de V.Exa. e quero deixar...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sr. Presidente, eu estava inscrito depois dele. Gostaria que V.Exa. respeitasse minha inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Geraldo Resende, nunca deixamos de respeitar inscrição nenhuma aqui. V.Exa. estava inscrito, estou com a lista, V.Exa. falou...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Eu gostaria de poder ter o mesmo tempo, porque estou aqui desde cedo, desde as 5 e pouco ficou... realmente, V.Exa. teve um tempo extraordinário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos conceder a palavra a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O Relator também, foi justo. E estamos aqui pacientemente para poder também exercer nosso direito de falar depois de todos os questionamentos, e que todos depois tenham tempo suficiente para poder perguntar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - V.Exa. tem a palavra. Pode falar à vontade.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Gostaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vou esperar para falar no final novamente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Entendo o seguinte: primeiro, estou nesta CPI e o que me motivou é buscarmos caminhos — já disse isso, estou repetindo — para aprimoramos o Sistema Único de Saúde e um dos seus componentes, o Sistema Nacional de Transplantes. Tenho preocupação com o encaminhamento, com a forma como se conduz determinados depoimentos. Já fizemos inclusive reuniões internas para poder transmitir essa nossa preocupação, para que possamos chegar a um desfecho final, quando formos votar o relatório — porque se não construirmos isso, logicamente vai ser uma batalha que a ninguém interessa —, e obtermos o mínimo de resultados que possam ter esse componente, essa equação final, de forma que a resultante dela aponte soluções, caminhos, e punir eventualmente alguns problemas que possam ter existido ao longo da construção desse processo.

Eu também sou um democrata convicto, lutei durante toda a minha vida para que pudéssemos conquistar hoje esse sistema em que estamos vivendo. Participei do movimento estudantil, no querido Estado do Ceará, do Pastor Pedro, onde iniciei e fiz meu curso de Medicina. Lutei bravamente contra o regime discricionário. E tive minha formação de médico na Universidade Federal do Ceará. Logo depois fiz minha especialização na Universidade do São Paulo, USP, de Ribeirão Preto, reconhecidamente uma das melhores universidades do País. E, ao exercer minha profissão de médico, também fazendo atividade política, cheguei ao Congresso Nacional. Sou aqui um estreante, não tenho formação jurídica nenhuma. É a primeira CPI de que participo, exceto por uma CPI na Câmara de Vereadores de minha cidade. Mas fico deveras preocupado.

A história também tem vários casos em que vimos que em determinado momento a humanidade pagou caro por alguns tipos de encaminhamentos que tinham viés que não fosse o viés do respeito às diferenças, às opiniões. Recentemente vimos o caso do Afeganistão, quando o sistema fanático religioso, chamado Taleban, tomou o poder e fez, realmente, os maiores estragos naquele





país; várias gerações vão pagar um preço muito caro para que possa ser reestabelecida lá o mínimo de democracia. Há o caso Iraque, com Saddam Hussein; teve o Cambodja, com Pol Pot, que exterminou 2 milhões de pessoas, em um dos regimes mais brutais, onde todos que tinham algum grau de conhecimento, curso superior, eram mandados para fazer trabalhos forçados no campo. Estão lá os memoriais, no Cambodja, para todos verem. É fanatismo de esquerda.

Em nosso País já tivemos casos, em alguns momentos, para os quais a imprensa inclusive contribuiu. Houve o episódio da Escola Base em São Paulo, em que toda a estrutura de professores e donos da escola, que reconhecidamente era das melhores escolas de ensino infantil em São Paulo, foi execrada, quando se acusou injustamente de lá estarem praticando crimes contra crianças e adolescentes na esfera da sexualidade. Passado algum tempo, constatou-se que era tudo denúncia vazia. Mas todos os que foram vítimas disso pagaram um preço caríssimo, ou seja: acabaram com a vida daquelas pessoas.

Houve outros casos, a própria história está demonstrando, em nosso País. Fico preocupado de podermos, a partir de um evento que, infelizmente, levou à morte de uma criança... E sou pai, tenho uma filhinha de 7 anos. Qual pai que não faz questionamentos quando em determinado momento uma criança cai do terceiro andar de um prédio — parece-me que talvez desprotegida, pois uma criança de 7 anos, com toda sua vitalidade e suas peraltices, tem que ter toda proteção. Em determinado momento infausto, um acidente leva uma criança a cair de determinada altura e essa criança vem a ter traumatismo crânio-encefálico. Quem é o pai que não faz qualquer coisa para pode salvar essa criança?

O Primeiro ato é esquecer a questão financeira, é esquecer se tem convênio ou não tem convênio, colocar no melhor apartamento, chamar os melhores profissionais, descuidar-se inclusive de fazer qualquer tipo de orçamento, porque, naquele momento, a pessoa está a fim é de poder salvar a qualquer custo, a qualquer preço, a vida do ente mais querido, que é o filho. Só quem passa por isso é que pode ter essa percepção.

Mas, passado algum tempo, após os procedimentos, verificados os diagnósticos e a evolução do caso, dadas informações de que, a partir daquele momento, era impossível a medicina moderna poder segurar, manter a vida, e existindo ali, naquele momento, o serviço de transplante, reconhecidamente de



nível, de valor, e com debilidades... Está aí o depoente que diz que lá não tinha perfeição, e não existe perfeição, porque tudo é construído, ainda mais num país de Terceiro Mundo como o nosso, com tantas diversidades, com tantas disparidades que existem. Esse serviço tem aqui testemunhas. Eu gostaria de pedir — o Deputado não pediu — que constassem, após o depoimento, essas declarações nos Anais da CPI, porque são importantes. Reconhecem o trabalho, porque, se fossem assassinos, traficantes de órgãos, geralmente essas pessoas não saíam de lá, não dariam o tipo de reconhecimento que estão dando hoje. E, depois de verificar, após feitura de exames complementares, entre um advento e outro, passado o lapso do tempo que se tem de passar, verificou-se que aquela criança estava em morte encefálica e se fizeram todos os procedimentos para captar e poder salvar a vida de tantas outras pessoas que estavam necessitadas de transplante de vários órgãos, retiraram-se os rins, córnea e coração dessa criança... rins e córnea dessa criança. As córneas encaminhadas...

E aí há uma falha. No depoimento anterior, houve uma irregularidade, mas que, em nenhum momento, pressupõe-se o crime de tráfico de órgãos, de essas córneas não terem ido para Belo Horizonte, terem ido para Campinas, mas que estão hoje fazendo com que as pessoas possam ter, de novo, a sua visão. Esses rins foram transplantados, e 2 pessoas que, seguramente, hoje, se tiverem sobrevida, estarão vivendo com uma qualidade de vida melhor.

Entendo que, após esse advento, a pessoa, ao ser instada a pagar um procedimento em que já vem com o peso de ter perdido um ente querido, já vem com questionamentos de “como eu poderia ter evitado que o meu filho pudesse ter caído do terceiro andar do meu prédio? Será que eu não tive também o preparo suficiente de ver que poderia acontecer isso ao longo da minha vida, em toda a trajetória da minha vida, estado naquele local”, apresenta-se uma conta.

E, infelizmente — e, aí, eu concordo — muitas vezes, no nosso País há distorções que precisamos corrigir. Hoje, pela má remuneração que o SUS paga, na maioria dos procedimentos na área de saúde hoje do País, quando chega um paciente particular, há colegas que extrapolam na cobrança de procedimentos, há hospitais que extrapolam — e é preciso que a gente esteja aberto para isso. Às vezes, chega uma conta que muitas vezes está muito além das possibilidades de as pessoas poderem fazer o enfrentamento, delas pagarem. E aí começa a haver um



questionamento; e durante esse questionamento do valor de 10 mil reais, que depois uma auditoria do Ministério baixa para 7. Qualquer auditoria de Ministério, hoje, se fizer qualquer procedimento em pacientes particular no País, pode muito bem fazer esse tipo de correção, porque o procedimento.... Eu posso botar um procedimento meu, enquanto profissional, atendendo a uma gestante, eu posso botar 3 mil reais; posso botar um outro a 500 reais, posso botar em outro mil reais. Qual parâmetro que uma auditoria do Ministério vai dizer do procedimento médico? Isso é de acordo com o estabelecido, com a conversa que vou ter. Quantas vezes a gente faz o procedimento particular pactuado com os pacientes, com as famílias de pacientes e logo depois do desfecho as pessoas não pagam nada e dizem: *“Obrigado, doutor, eu só combinei com o senhor, mas eu não vou tratar. Isso aí fica pelo SUS.”* Quantas vezes a gente pactua isso e isso acontece. E depois do questionamento se baixa para 7 mil reais, cerca de 7 mil, conforme os depoimentos, não sei o valor exato. E aí, com o advento de questionamentos outros que vieram, a pessoa foi começando a construção de algo que eu acho extremamente perverso para com equipes. Eu nunca tinha visto o doutor, não tinha conhecido o doutor, mas, pelo vivenciar na categoria, nunca se reúnem quatro, cinco médicos para poder fazer uma *gang* para matar pessoas, para traficar órgãos, porque todos eles têm formações diferentes, formações pessoais, mas tem a formação enquanto médico, faz um juramento e tem um aprendizado ao longo da escola, que é tarefa de todos nós. Pode ter aí, e como temos, exemplos de alguns que desviam. Está aí o famoso médico cirurgião plástico que se desviou pelo caminho da criminalidade, e que o caso dele é Devanir, Evanir....

**(Não identificado)** - Osmanir.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Osmanir, que, inclusive, até seqüestrou um amigo meu nesse episódio, que era um colega meu, um piloto de avião, que também traficava, que se desviou pelo caminho do tráfico de drogas e até hoje está desaparecido, parece-me que por mãos desse monstro que desonrou a nossa categoria. Mas não se juntam, com certeza, não se juntam 4, 5, 6 profissionais para poder construir. E com isso a gente fica muito triste. Algumas pessoas começam a acreditar que se possa juntar pessoas para poder retirar órgãos de pessoas vivas, para ganhar dinheiro, para traficar, para poder isso... Não existe isso, de forma nenhuma, porque se existisse... O ato médico, uma cirurgia é



acompanhada desde a entrada por dezenas de pessoas que conhecem, por familiares, por pessoas que conhecem, que transitam dentro dos hospitais. Ainda mais um hospital de grande volume, como a Santa Casa. E aí eu vejo, com muita tristeza, ao longo desse processo, a pessoa se colocar... o pai se colocar numa verdadeira cruzada; colocar a sua vida para poder, de fato, ou tirar um pouco da carga que lhe incomoda, que deve está introjetada nele, de poder ter, às vezes... de diminuir a possibilidade de culpabilidade que ele assume, ele começa a atirar a esmo e a tentar encontrar razões para, pelo menos, justificar a perda do seu ente querido. Começa a enlamear honras de profissionais da área de saúde; depois, começa a atacar. Eu vejo nos vários *e-mails* que a gente tem recebido e cópias de *e-mails* que ele começa a atacar todos aqueles que não acreditam ou todos aqueles que, ao longo do tempo, ao conhecer o procedimento, ao verificar que se está construindo algo muito imaginário da cabeça do cidadão, às vezes, já afastam, e ele começa a criticar todos eles. Ora é o seu advogado... Já disse aqui. O Deputado reconhecidamente... dos Deputados que têm uma história muito ligada à construção da democracia, um Deputado do PT, um Deputado defensor dos direitos humanos, Deputado que tem feito a defesa dos presos políticos, que fez um grande trabalho no Araguaia, de poder ir atrás daqueles que foram mortos durante o confronto com o regime militar; Deputado que está acompanhando o caso, em São Paulo, do ex-Prefeito de Santo André, Deputado que todo mundo reconhece aqui na Casa como um dos Deputados mais preparados, que é o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que foi advogado do cidadão, mas que se afastou. Mas na hora em que se afasta do caso já começa a ser colocado como pessoa sem qualquer crédito. Foi assim com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que foi advogado, me parece, do caso de algum indício de Taubaté. O Ministro é uma figura, pelos *e-mails* recebidos do cidadão, pai da criança, como elemento de terceira ou quarta categoria. Reconhecidamente, um dos maiores juristas. Está aí um dos melhores Ministros do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Foi assim com o Ministério Público de Minas Gerais, com o Procurador-Geral, me falha o nome agora, que em todos os *e-mails*... Agora mesmo ele coloca todos aqueles que ele cruzou ao longo dessa sua empreitada como pessoas que, realmente, só fazem o mal; pessoas que, se não acreditam na sua versão, se não acreditam na sua história, se não lhe dão o devido apoio, passam a ser os elementos mais abjetos da sociedade. E aí eu começo a me



preocupar. E na hora em que eu falo, Sr. Presidente, quando V.Exa., às vezes, começa a ter um encaminhamento, uma visão de que o cidadão está certo, de que ele é vítima, de que ele está correto daquilo que ele aponta, daquilo que ele acusa, de que as entrevistas... porque a imprensa a gente tem que saber que ela disputa nichos de mercados, nichos de audiência, e como dá audiência falar mal de médico! Quanto mais casos como esses assim que dão uma mídia danada. Qualquer materiazinha, qualquer espaçozinho no meio de comunicação é assim explorada à exaustão, porque dá IBOPE. Como dá IBOPE falar em tráfico de órgão! Nossa, Senhora! Dá IBOPE falar sobre casos escabrosos, que podem, muitas vezes, depois de passado o tempo, ser mais hilários do que, de fato, verídicos. Eu fico preocupado quando a gente pode ter um prejulgamento, já condenando as pessoas, mesmo porque nós vivemos sob a égide do regime democrático. Temos uma Constituição, a chamada Constituição Cidadã. No dia em que tomamos posse aqui — bela festa —, todos nós reunidos ali, fazendo juramento de defesa da Constituição. E é preciso a todo momento estar presente na nossa cabeça esse juramento, para que a gente possa saber que a Constituição diz que nenhuma pessoa é culpada enquanto não for transitado em julgado todos os seus processos, enquanto não se esgotarem todas as instâncias. E me parece que até agora ninguém foi colocado como culpado, ninguém foi condenado nos casos já trazidos aqui e no caso lá de Poços de Caldas.

Então, nós precisamos, e fico... porque eu participei de uma única CPI, enquanto Vereador, fui Presidente. E acho que nós, como Presidente, fazíamos o julgamento do Presidente da Casa, com suspeita de irregularidades na condução da Casa. E nós, como Presidente, precisamos ter isenção e fazer o chamado contraditório. Não tenho nenhuma formação em Direito, mas deve-se dar espaço às pessoas, e deixarmos para fazer os julgamentos depois que tivermos absoluta convicção dos casos. Se a princípio já entramos com o julgamento, se a princípio já se formula convicção, se a princípio já temos um lado, logicamente não vamos ter a imparcialidade que devemos ter ao longo desse processo.

Para finalizar, quero dizer como tenho me conduzido nesta CPI: eu a tenho acompanhado, junto com o Deputado Geraldo Thadeu, o Presidente e o Relator; acho que somos os mais assíduos, mesmo com todas as dificuldades que temos. Hoje eu tinha quatro reuniões no mesmo horário. Essa é nossa sina aqui. E, às vezes, até diminuimos o trabalho que deveríamos fazer junto aos Ministérios. Acho



que o Pastor Pedro e o Presidente, Deputado Neucimar Fraga, sabemos o quanto pagamos o preço de tentar conduzir o processo, para que saia daqui um bom resultado.

Gostaria de dizer que também pode estar na cabeça de alguns que a gente faz aqui a defesa a princípio da classe médica por sermos corporativistas, e, além de médico, por ter que conviver, durante mais de 20 anos enquanto médico, com toda a categoria e ter construído relações com ela. E não conheço... E muitas vezes as pessoas acham que quando se é especialista em determinada área, parece que temos um bloqueio, não conhecemos muito das áreas dos outros colegas. Eu pessoalmente não conhecia muito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Só que V.Exa. falou pelo menos umas três vezes mais do que eu, hoje. Mas só vou concluir...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é, é que V.Exa. falou que iria concluir. Estou perguntando se V.Exa. vai concluir. V.Exa. já falou 25 minutos e também estou aguardando.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Devo ter pelo menos, para me igualar a V.Exa., mais uns 75 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu daria até 3 horas...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Mas vou terminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) -...mas, de repente, as pessoas que são transplantadas aqui não podem ficar muito tempo sentadas, em reunião o tempo todo.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Vou terminar. Estava dizendo a V.Exa. que apesar de ser médico e ter compromisso muito firme na defesa da categoria, dos interesses da categoria, na defesa dos interesse do SUS, do qual sou um dos construtores, desde os bancos escolares do Ceará — ontem estive com o Odorico, que foi meu colega de turma, um referencial na construção do SUS no Ceará, Secretário de Saúde de Sobral — eu não vou, em nenhum momento, fazer a defesa cega de maus procedimentos ou de má prática dentro da categoria. Já fiz esse enfrentamento com colegas médicos enquanto gestor estadual, enquanto chefe de unidade de saúde do Estado de Mato Grosso do Sul e na minha cidade. Inclusive, em determinado momento, parcela significativa da categoria que, por





defender determinado colega que eu entendia que estava fazendo mau procedimento, fazer enfrentamento às claras com determinado grupo de profissionais da área de saúde, da área médica, principalmente. Não vou, de maneira nenhuma, compactuar com aquilo que eu verificar que são casos que possam levar à culpabilidade de profissionais, principalmente no tocante a essa área, que é uma das mais nobres dentro da categoria. Mas também não vou, em nenhum momento, calar-me quanto ao direito de as pessoas fazerem suas defesas aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Queria dizer ao Deputado Geraldo Resende que, como disse o Deputado Geraldo Thadeu, acho que foi a primeira vez que o Dr. Álvaro teve tempo de defesa tão amplo para se pronunciar e se defender das acusações. Foi o senhor que falou, agora por último, mas anteriormente havia dito que a CPI só ouve os denunciantes, não ouve os acusados. E estamos dando amplo direito de defesa. Só que nós não criamos a CPI para dar apenas direito de defesa; criamos a CPI para apurar as denúncias. Quando V.Exa. diz que pegamos carona nos casos de Recife e Taubaté, digo a V.Exa. que comecei a investigar esses casos em março de 2003, na Comissão de Segurança, antes de criar a CPI. Foi depois que comecei a tratar do assunto aqui na Casa que todas essas denúncias vieram à tona; a de Recife veio à tona, foi presa a quadrilha, o do Athaíde Patreze, o caso de Franco da Rocha, e começamos a chegar a alguns casos.

Não vim para cá com nenhum interesse de tratar do assunto, não conhecia nada sobre o assunto, mas sou movido por um sentimento de sensibilidade, tenho compromisso com o povo e tenho que ouvir a voz do povo.

Vou apenas relatar ao senhor um fato ocorrido comigo no ano passado. No mês de agosto do ano passado, eu estava indo almoçar, e moro num hotel aqui perto, e passei em frente à Procuradoria-Geral da República, o prédio mais bonito que temos aqui, todo espelhado. Era um agosto seco. E vi um senhor em pé, em frente à Procuradoria da República, no sol quente, por volta de 1 hora da tarde. Ele amarrou uma faixa num pau seco de uma árvore do cerrado, que seca nesta época do ano, a grama e as árvores todas secam. Tinha um senhor com uma faixa amarrada em uma dessas árvores, num pau seco, fazendo solitário protesto em frente à Procuradoria Geral da República. O motorista estava com pressa, passou e



foi embora. Voltei às 2 horas da tarde, o sol estava muito quente, e lá estava aquele moço sozinho fazendo um protesto, amarrou a faixa de um lado e segurou do outro. Parei o carro em frente àquele senhor, fui ler o protesto dele. Ele estava pedindo justiça pelo filho que havia sido estuprado, assassinado, queimado e enterrado no quintal do assassino. Eu tinha um compromisso na Comissão de Segurança, era Vice-Presidente, e disse ao meu chefe de gabinete: *“Leve-me à Comissão, tenho que abri-la; depois, volte lá, pergunte àquele moço todas as informações sobre o caso em relação ao qual ele está cobrando justiça”*. Ele voltou, pegou todas as informações e me disse: *“Olha, Deputado, o caso é este: o filho dele foi estuprado, assassinado, queimado e enterrado no quintal da casa do assassino. O assassino está solto. E lá na Bahia já fizeram de tudo para o assassino não ser julgado. Ele é de Salvador. E o processo está aqui agora, e o assassino do filho dele está solto. Foi preso lá, mas o delegado o soltou”*.

Fiz um ofício à Comissão de Segurança da Câmara, pedindo cópia do processo da Bahia. Depois fiz um ofício à Procuradoria-Geral da República, para saber por que o processo estava parado aqui há tanto tempo e o assassino estava solto. Quatro meses atrás assisti a uma reportagem do julgamento do assassino do filho dele, que foi condenado pelo assassinato.

Eu poderia ter passado ali, seguido meu trajeto, voltado para a Câmara, mas existem muitas pessoas no mundo clamando por justiça, existem muitas famílias, muitas pessoas solitárias na vida clamando por justiça. Eu entrei nesse caso por acaso. Recebi um *e-mail* no meu gabinete, como todos os Deputados desta Casa devem ter recebido, mas agradeço a Deus que eu tive a sensibilidade de ligar para o autor do *e-mail*, para saber se ele poderia confirmar todas as denúncias que ele estava fazendo no *e-mail*, que eu achei grave. Trouxe-o a Brasília, reuni-me com o Deputado Federal Moroni Torgan, Delegado da Polícia Federal, uma pessoa que respeito muito e tenho admiração muito grande pelas suas posições e convicções aqui na Casa. Eu e o Moroni ficamos três horas com essa pessoa, vendo todos os documentos que ele tinha das denúncias, todas as peças do inquérito, todas as fitas de vídeo e, no final, o Deputado Moroni Torgan falou: *“Neucimar, pode investigar; eu vou criar um grupo de trabalho na Comissão, porque as denúncias são sérias e as provas são contundentes. Eu, como delegado, posso dizer que o assunto merece investigação”*. Por isso, começamos a investigar o caso. E não era só um caso mais,



não era só um caso de Poços de Caldas. Começaram a surgir em Franco da Rocha, Taubaté; começaram a surgir em outras cidades, como São Paulo e Belo Horizonte. E aí foi criada a CPI do Tráfico de Órgãos Humanos, que tenho a honra de presidir; tendo o Deputado Pastor Pedro Ribeiro como Relator, os Deputados membros da CPI. E nós estamos aqui para investigar e apurar. Quem fez a denúncia foi o pai, mas quem apurou a denúncia foi o delegado da Polícia Federal, foi o Ministério Público, e eles encontraram algumas provas das denúncias que o pai estava fazendo. Não acredito que umas denúncias infundadas, de um pai despreparado, seriam analisadas por um delegado, pelo Ministério Público, e eles iriam oferecer denúncia só porque o pai quer que faça justiça. Eles encontraram... Então, se há alguém equivocado, se há alguém errado é o Ministério Público, a Procuradoria da República, a Delegacia de Polícia Federal de Minas Gerais, porque nós apenas estamos citando o que eles colocaram no relatório, nas denúncias, nos pronunciamentos — esse é o papel nosso. O Dr. Álvaro veio aqui, deixei-o falar o tempo necessário, respeitosamente. Acredito que eu não tenha desrespeitado o senhor; apenas passei o vídeo e comecei a explicar a todos aqui o porquê da CPI. O senhor não entende, mas é por causa daquelas dúvidas como a declaração daquele médico, que existe dúvida na cabeça de todo mundo. Fiz um relato simples do fato. Não fui ofensivo, citei apenas o relato do Ministério Público, li a conclusão do relatório, não acrescentei nada mais — esse é o nosso papel nesta Casa.

A conclusão dos trabalhos vai ser feita pelo Relator, Pastor Pedro Ribeiro, que vai analisar todas as peças, documentos que ainda estão chegando para nós, vai apresentar o relatório, os Deputados poderão questionar o relatório do Pastor Pedro Ribeiro. E vamos votar aqui o relatório de todos esses processos, nesta Comissão. Todas as denúncias que vieram à tona sobre o tráfico de órgãos, vieram à tona a partir das denúncias que começamos a fazer aqui, trabalhar, e foi descoberto. E até o ano passado ninguém queria investigar tráfico de órgãos, porque todo mundo achava que era besteira, que não existia. O caso de Recife, os policiais designados para investigar, falavam: *“Ah, isso é bobeira, isso não existe”*, porque tráfico de órgão sempre foi tratado como lenda urbana no Brasil. Todo mundo que denunciava era tratado de louco, mas está comprovado que existe lá, sim, Dr. Resende, uma equipe médica envolvida: uma que dava exame, um que



pedia, outro que dava o laudo, outro que fazia o transplante. Temos a foto dos médicos.

*(Intervenção inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas tinha dois médicos aqui no Brasil que faziam a ponte com Recife. No caso de Taubaté, temos quatro médicos — formação de quadrilha —, que matavam pacientes para a retirada de órgãos. Foi denunciado pelo próprio médico, que era diretor do hospital. Aí alguém me dizia: “*Mas por que a enfermeira só veio agora para depor e dizer tudo?*”, igual ao Geraldo Thadeu. Sabe por quê? Porque ela viu o diretor da faculdade, que era médico...

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Porque que ela falou que se converteu, na religião dela, para evangélica, que agora ela acredita que ela tem coragem de falar. Foi isso que ela falou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso. E imaginem a situação de uma enfermeira que viu um médico, diretor da faculdade, denunciou os colegas, denunciou os médicos e esse médico passou a ser perseguido, foi demitido da faculdade. O Conselho Regional de Medicina, em vez de punir os médicos denunciados, quis cassar o diploma do médico que denunciou. Agora, você imagina uma enfermeira que viu o médico, diretor da faculdade, médico, denunciou e ele sofreu toda essa pressão, já imaginou o que as enfermeiras poderiam pensar, qual seriam o tratamento dado a elas? Por isso que elas não denunciaram, por isso que elas ficaram quietas. E agora, o fato novo da CPI é que, pela primeira vez, temos agora as testemunhas oculares dos crimes cometidos. Até então tínhamos peças, tínhamos denúncias, tínhamos exame de arteriografia que não comprovavam a morte, mas agora apareceram as testemunhas oculares do crime e depuseram aqui ontem na CPI e confirmaram que os médicos de Taubaté matavam os pacientes para retirar os órgãos.

Então, o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito está funcionando; e nós não estamos julgando ninguém. Agora, em qualquer processo interrogatório, ao tratar um acusado e tratar quem denuncia ou é denunciado — ou é acusado ou é vítima —, isso aí é comportamento diferente de forma de interrogar. Então, muitas vezes a gente é mais... Essa é nossa função aqui: às vezes temos que tentar levar a linha da investigação, para colher — é função nossa, é método diferente, mas



sempre dentro do respeito, respeitando todos aqui. Então, é isso que eu queria dizer aos Parlamentares. Nós respeitamos o mandato de vocês, a participação de vocês, vocês estão contribuindo e participando da CPI, participando de todos os depoimentos — isso é importante para a CPI, é importante. Pena que os outros Parlamentares da Comissão só vão vir aqui no dia de votar o relatório, mas deveriam estar participando da Comissão, porque, depois, eles vão vir aqui para votar o relatório que eles não conhecem, de que não têm conhecimento e poderão errar na hora de votar. Mas todos os depoimentos foram tomados, todas as defesas, porque estamos dando direito de fazer a defesa. E vamos continuar os trabalhos da CPI até onde for permitido pela Casa, respeitando o tempo e, se houver novas denúncias, vamos investigar, mas vamos continuar o trabalho. Respeitamos a posição dos Parlamentares. O contraditório é importante dentro do processo, porque a contradição é boa, porque existe o momento do debate e o debate se enriquece com as falas, as peças novas, as linhas de raciocínio.

Queremos, então, agradecer o Dr. Álvaro Ianhez pela participação aqui no depoimento prestado à Comissão. Algumas questões que foram colocadas vão ser, com certeza, parte do processo. Queremos até agradecer a presença também dos transplantados de Poço de Caldas na Comissão Parlamentar de Inquérito. Não sei se vocês conheciam todas esses procedimentos, todos esses depoimentos que foram prestados aqui, mas Deus deu a oportunidade a vocês de estarem aqui. Agradeçam a Deus pela vida que têm. Só ele é digno de honra e de glória. Tenho certeza de que, no momento em que vocês tiveram a oportunidade novamente de viver, vocês têm que valorizar isso realmente, que é muito importante mesmo, e dar graças a Deus por tudo que ele fez por vocês. Sei que vocês estão aqui durante muito tempo num depoimento cansativo e nós ainda abrimos mão, atendendo a um pedido do Deputado Geraldo Thadeu, porque o Dr. Álvaro ia ser o último a ser ouvido, mas, em respeito a vocês, o colocamos para falar primeiro. Mas o depoimento se estendeu e isso faz parte desse depoimento. Eu queria agradecer a presença de vocês. Nosso objetivo na CPI é justamente salvar vidas. Queremos que os transplantes no Brasil sejam feitos de forma mais eficiente, porque tem pessoas que estão na fila aguardando a oportunidade que vocês tiveram e nós queremos que os órgãos sejam aproveitados, que a fila seja respeitada, para que outras pessoas tenham a oportunidade que vocês tiveram de ter um órgão reimplantado. E hoje



vocês estão participando, inclusive, deste momento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero agradecer a presença de vocês, a presença do Dr. Álvaro Ianhez aqui conosco, as informações aqui prestadas.

E eu vou ceder a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu para as conclusões finais, para nós encerramos este depoimento, já que ainda temos outro depoente que vai depor conosco aqui.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu acredito que o embate... acho que as questões todas, às vezes, se altera de um lado e de outro, mas, como faz parte, nós vamos para o pau até o fim, não vou arredar o pau e o senhor também, V.Exa. também, e nós vamos para o pau até o fim.

Agora, quem está ouvindo, quem está assistindo e estará assistindo, quem está acompanhando, vai fazer um juízo muito grande. Acho que quem ler as notas taquigráficas e acompanhar é que vai fazer um juízo, não é?

Cada um tem sua crença, cada um tem seu ideal e cada um tem sua convicção. Eu acredito que é isso que move para a gente a justiça, nós queremos justiça, não é isso, Dr. Álvaro?

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Nós queremos justiça, e ela vai ser feita, ela vai ser feita. E não existe um dia como atrás do outro. E, lá no final, nós vamos conversar tranqüilamente.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Só para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que na minha citação, eu esqueci de algo que me parece, também... nessa semana... e nós, que fazemos política, nós precisamos de ter, como sinalizador, até um exemplo.

Esta Casa cometeu uma das maiores injustiças com o ex-Presidente, Deputado Ibsen Pinheiro, por causa, também, de manipulações políticas, por causa de más informações da imprensa. E este foi tolhido na sua caminhada que, certamente... já era um homem público reconhecidamente, uma das maiores figuras públicas neste País e que, repentinamente, foi tolhido, na sua carreira, por problemas de "denuncismo" que depois veio, agora, com a confissão de jornalistas e, inclusive, com a *mea-culpa* de meios de comunicação. Veio à tona, agora, a





verdadeira história. E nada vai recuperar tudo que o Deputado Ibsen Pinheiro perdeu.

Assim também pode acontecer com os médicos de Taubaté.

Confesso, ontem eu falei, que fiquei horrorizado com o depoimento das duas — porque uma parte eu assisti, a outra eu assisti na totalidade, a outra parte eu tive que me ausentar um pouco — ontem das técnicas de enfermagem e da enfermeira lá de Taubaté. Mas elas também cometeram crimes, e crimes que, logicamente, nós vamos ter que apontar, se acaso... porque participaram de eventos, e elas deveriam, enquanto cidadãs... e todos os códigos também estão preceituando que elas deveriam denunciar, incontinenti, o ato que elas presenciaram. Se é que aqui... não é uma fábrica de eventos depois da conversão que elas tiveram... e sem nenhum preconceito com religiões, mas depois da conversão, que elas mesmas confessaram que só tiveram coragem de falar após as suas conversões, agora, recentemente... depois das suas conversões, não sei se foi recente, mas que ocultaram esse fato durante muito tempo. Isso também é passível de punições. A Justiça deverá... nós deveremos... no próprio relatório, deverão ser indicados caminhos que deverão nortear a ouvir essas pessoas.

Mas acho que, seguramente, nós vamos ter... nós ouvimos depoimento do pessoal de Taubaté, depoimento de médicos que convenceram que, lá, não funcionava, como V.Exa. disse aqui há pouco, uma quadrilha. V.Exa. já tem esse prejulgamento, V.Exa. já tem essa convicção. Eu não tenho. Acho que vamos levar até o fim, vamos ver também como está sendo encaminhado esse processo lá. Mas seguramente eu gostaria de dizer que não formei essa convicção. Tenho também dito, um dos depoimentos não me fez um convencimento. Um dos depoimentos. Mas não faço porque, logicamente, ao longo do processo, vamos ver como vai andar esse processo de Taubaté.

Agora, quanto ao processo de Poços de Caldas, seguramente o depoimento do nobre colega Dr. Álvaro Ianhez me convenceu. Estou de plena convicção de que ele é vítima de uma tentativa torpe de poder fazer com que tanto ele como a equipe... Conheço de nome o Dr. Mosconi, que inclusive fazia parte de... Ele é uma das pessoas, eu já disse isso, que esta Casa teve o privilégio de tê-lo aqui enquanto Deputado Federal. Hoje, se temos o SUS - Sistema Único de Saúde, com todas as suas debilidades, Carlos Mosconi, como Eduardo Jorge, que ontem sentou aqui



junto conosco, na discussão dos caminhos e descaminhos do SUS, para a gente ajudar a poder fazer com que o SUS avance, foram duas das pessoas mais importantes na construção daquilo o que hoje é a Emenda Constitucional nº 29, que está possibilitando a gente fazer avanço tão significativo e dar exemplo para várias nações do mundo todo de que nós brasileiros estamos ajudando a construir uma saúde de melhor qualidade, com todos os percalços que a gente vivencia e que a gente já vivenciou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Queremos, então, com essas palavras do Deputado Geraldo Resende, encerrar esse depoimento. Agradeço ao Dr. Álvaro a presença.

Está encerrado o depoimento.

**O SR. ÁLVARO IANHEZ** - Eu queria agradecer a oportunidade de me expressar. Creio que realmente tem que aparecer a verdade. Eu jamais viria aqui para falar coisas que não a verdade do que conheço e do que pratico na minha vida. Queria agradecer aos pacientes, não só de Poços de Caldas, Poços de Caldas é uma minoria. Eles devem estar, desde ontem de manhã... Obrigado pelo carinho, por essa atitude de vocês. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quero pedir à Secretaria que conduza à sala o próximo depoente. *(Pausa.)*

Vamos dar continuidade aos depoimentos.

Peço à Comissão que retire as faixas. *(Pausa.)*

Está suspensa a sessão por 5 minutos, enquanto instalam os aparelhos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro reabertos os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de passar a palavra ao depoente Paulo Pavesi, convido-o para prestar juramento, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, advirto o depoente das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal:



*“Art. 342. Fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, policial ou administrativo ou em juízo arbitral.”*

Vou conceder a palavra pelo tempo de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão pelo mesmo período, ao depoente Paulo Pavesi.

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Bom, esse depoimento agora é para esclarecer algumas coisas que estão sendo faladas com freqüência, mas que estão sendo faladas com certa leviandade, e eu não vou mais aceitar esse tipo de coisa. Vou comentar mais algumas outras coisas dos depoimentos dos médicos e esclarecer algumas dúvidas que existem ainda e apresentar um vídeo também, comprovando algumas coisas do que eu vou falar. Então, eu queria comentar primeiro o seguinte: ainda bem que nós tivemos aqui hoje 40 ou 50 pessoas que, de alguma forma, estão sobrevivendo e conseguindo ter uma vida decente graças ao Álvaro. Infelizmente, o meu filho não teve a mesma sorte. Tomara tivesse o meu filho a mesma sorte, mas não teve: foi assassinado. Então, esse é um ponto. E não adianta... *(Falha na gravação.)* Comentando agora sobre o prontuário do meu filho, então eu tenho uma cópia do prontuário e eu vou demonstrar algumas coisas interessantes. Então, essa aqui é a descrição da cirurgia feita pelo Celso Scafi onde ele escreveu que não tinha morte encefálica, mas esse documento aqui na verdade ele escreveu em morte encefálica. Isso aqui não tem valor nenhum, é um documento que não tinha finalidade. Aqui é o critério de diagnóstico de morte encefálica onde o CFM define que tem que ter dois exames e só tem um exame anotado. Então, a chapa apareceu dois anos depois que ela foi realizada e não tinha laudo. Então, vamos analisar só um pouquinho os depoimentos. Nós tivemos aqui um radiologista dizendo que você pode tomar definição de morte encefálica baseado no que ele vê, sem precisar do laudo. Então, a partir daí, a coisa fica complicada. Se você não precisa de laudo, você não precisa confirmar nada, ao mesmo tempo o Sérgio Poli diz que para ele dar anestesia ele só assume aquilo que escreve. Ou seja, uma hora um laudo não é nem necessário, outra hora só é necessário aquilo que ele escreve. Outras pessoas podem escrever o que quiser e nunca vai ter nada. Então, esse é o diagnóstico de morte. O boletim de óbito do meu filho que disse que tinha necropsia, e a necropsia não foi feita. E é obrigada por lei, certo? Morte violenta é a morte que



não é só de acidente. Morte violenta tem vários sentidos. Esse aqui é um exame de bilirrubina, realizado no dia 20/04, na Santa Casa, quando meu filho ainda estava no Pedro Sanches. Então, isso aqui não tem valor nenhum. Esse exame aqui ele é de anticorpo. Foi realizado no dia 20/04, na Santa Casa, quando meu filho também estava no Pedro Sanches. Esse daqui foi realizado no dia 22, quando meu filho já tinha sido sepultado; é uma uréia. Esse daqui é solicitação para fazer arteriografia. Aqui está com o horário de 3h35min, horário que ele nem estava no hospital, também não tem valor nenhum. Hemograma do dia 22, meu filho já tinha sido enterrado; Gasometria, 22. Aí eu tenho aqui a descrição do uso da anestesia geral com Etrane, mas isso não é de responsabilidade do Sérgio Poli. E o mais interessante: a pessoa que escreveu isso é a única que não foi chamada a depor pela Polícia Federal, que é a Dilza. Não existe nenhum depoimento dela explicando o porquê disso. Então, esse documento perdeu o valor, porque não foi o Sérgio Poli que escreveu. Aqui eu tenho uma Escala de Aldrete, que o Sérgio Poli diz no depoimento dele que nem precisava existir, porque ela é utilizada para pós-cirurgia e não para doadores, até porque doadores não têm pós-cirurgia. Pós-cirurgia para doador é velório. Tem o Asa 5, o geral, ele diz que usou anestesia geral, mas ao mesmo tempo ele fala que não usou, que ele usou Pavulon, mas ele anotou anestesia geral. E eu acho que a explicação que ele deu foi a melhor possível: força de hábito. Então, imagina que um cara vai tomar um Melhoral e ele põe lá anestesia geral, é força do hábito. Ele está acostumado a colocar. E ele me processou e ganhou por força de hábito, eu menti. Mas ele, por força de hábito, vai ganhar uma indenização por isso. Então, esse documento também não tem valor nenhum. Isso aqui é a internação do meu filho na Santa Casa, às 18h36min. Meu filho entrou a 1h da tarde no hospital. Então, também não tem valor. E essa aqui é uma AIH que não tinha assinatura e apareceu assinada depois. O delegado Célio Jacinto diz que não tem, como se diz, como você punir uma pessoa em determinados delitos. Nesse caso tem, e ele não puniu porque ele não quis, até porque o Ministério Público relata o uso dessa AIH com a assinatura falsa. Então, qual a conclusão que eu chego? Este é o prontuário do meu filho hoje. É o que sobrou. Então, para que prontuário? Eu não estou entendendo isso. Eu acho que não precisava prontuário, aliás talvez a gente nem precisasse discutir tudo isso que está aqui, porque o Álvaro está acima de qualquer bem, qualquer mal, a equipe dele é acima de qualquer bem, qualquer



mal. Tudo que eu trouxe para cá são documentos que eles produziram, eu não produzi nada, eu só estou mostrando isso, estou questionando. Então, nunca tem valor. Quer ver uma coisa? Celso Scafi. Ele disse que, para cá, que ele nunca assumiu a posição de coordenador da central. No depoimento para a Polícia Federal ele disse que já fez isso várias vezes. Então, ele veio aqui e mentiu descaradamente. Sérgio Poli nem se comenta! “Força de hábito”, na anestesia geral, é um absurdo! Bom, o Jefferson tem uma passagem interessante. Perguntou... a Perpétua perguntou para ele, a Deputada Perpétua Almeida, por que ele não deu a anestesia para fazer arteriografia no meu filho. Ele respondeu: *“Doutora, não faço anestesia em cadáver. Ele estava morto”*. Então, para que fazer arteriografia se já sabia que ele estava morto? Então, é contraditório. Ele saiu do Pedro Sanches, e o último exame realizado no Pedro Sanches, e vou provar isso aqui, ele estava vivo. Se ele estava vivo, ele foi para Santa Casa para fazer uma arteriografia. Essa arteriografia é um procedimento doloroso. Então, eu pergunto: quando é que esse médico decidiu fazer sem anestesia e por conta do quê? Baseado em quê? Baseado no exame clínico? O exame clínico foi feito antes da primeira arteriografia que deu que tinha fluxo, portanto, meu filho estava vivo. Então, ele confirma aqui que ele não faz anestesia, ele diz inclusive que não é nem comum usar uma anestesia na arteriografia. Então, reparem que até isso no primeiro hospital foi usado. Ele tomou anestesia no primeiro exame. Então, como é que no primeiro exame ele tomou e no segundo ele não precisa? Eles trataram o meu filho na Santa Casa como um paciente morto, mesmo antes de ter qualquer diagnóstico provando isso. Aí se discutiu muito a questão da chapa, por que a chapa foi apreendida, por que a chapa existia. Bom, primeiro foi uma confusão muito interessante. As chapas que foram apreendidas desde o começo não eram de uma arteriografia e sim eram radiografias. São coisas diferentes. Bom, ainda que aparecesse essa chapa, ela apareceu 2 anos depois e eu não vejo motivo para ela ter desaparecido ou ter sumido. Mas aí alguém ventilou uma teoria que eu achei muito interessante. A Santa Casa adotou um esquema de prontuário fragmentado. Ou seja, para cada lugar que você vai você tem um pedaço do prontuário. Se você for vomitar no banheiro, você leva um pedaço do prontuário. É o prontuário fragmentado, contrariando todas as normas do Conselho Federal de Medicina, mas eles têm isso lá. Então, voltando à questão da chapa. A chapa, depois de tudo que eu estudei, ela deixou de ser uma



peça importante. Por quê? O problema todo está no seguinte: houve um diagnóstico no Pedro Sanches. Esse diagnóstico foi feito quando o Paulinho estava sedado, com Dormonid. E ficou comprovado isso. Então, a lei é bem clara e diz a Resolução 1.480/97 que nenhum paciente pode ser submetido ao diagnóstico estando hipotérmico ou sedado com Dormonid. Então, a partir desse ato, quando eles partiram para fazer o diagnóstico numa criança sedada, eles, na verdade, estavam fazendo um ato ilegal, e esse ato representa homicídio. E homicídio consciente, porque eles sabiam disso. Então, o José Luiz Gomes da Silva, por exemplo, disse aqui que no depoimento dele na Polícia Federal ele falou que realmente foi uma dosagem absurda de Dormonid. Só que houve um engano, ele não quis dizer isso, ele quis dizer outra coisa. O que ele esqueceu também é que, quando a gente dá um depoimento na Polícia, a Polícia faz a gente ler o depoimento antes de assinar. Então, ele tinha toda a chance de rever a posição dele e assinar. Então, ele deu o depoimento, leu e assinou ainda dizendo que estava errado. Ou seja, a gente começa a perceber que não tem valor o que eles falam, o que eles escrevem, não tem valor nenhum. Então, eu não sei até onde eles querem chegar com essa história, porque se o prontuário perde o valor, perde o valor a vida humana. Nós estamos falando de uma criança, uma criança de 10 anos, onde tudo isso que estou vendo aqui, que é o prontuário que ele tinha, ele é praticamente inválido. Então, eu perco as esperanças de realmente tomar alguma, resolver de alguma forma essa situação de meu filho. O que eu estou enxergando, e quero deixar bem claro esse exemplo aqui, que todo mundo que for doador de órgãos hoje no Brasil que pense na possibilidade de que, se um dia, ele tiver as mesmas dúvidas do que eu, ele vai ser processado como eu, com um prontuário jogado no lixo, como do meu filho, e sem prova nenhuma contra a mim, a não ser provocações, a não ser ilações, a não ser mentiras. E é isso o que nós estamos vendo. Então, o Brasil vai privilegiar nesse momento, no caso dos transplantes, aquele que comete os delitos e não aquele que denuncia. Então, basicamente foi esse o ponto principal que eu achei que eu deveria ter vindo aqui colocar. Infelizmente, durante os depoimentos, eu, como cidadão, não posso interferir, não posso perguntar. Então, a gente acaba deixando isso tudo passar. E, mais para frente só que eu vou ter a chance, como estou tendo agora, de rever cada ponto e colocar. Bom, o outro ponto foi o seguinte: foi uma acusação relacionada à minha acusação em relação a Mosconi. Eu trouxe aqui uma série de





vídeos que eu quero apresentar e comentar cada um deles. Eu trouxe também alguns vídeos. Um deles é da administradora da Santa Casa, da diretora técnica da Santa Casa, e muito antes de esse problema todo chegar aonde chegou, dando uma entrevista na rádio dizendo que o Ministério Público e a Polícia Federal já tinham conversado com ela e tinham acertado tudo. Eu tenho uma gravação que eu fiz com o Ministério da Saúde, pedindo: “Escuta, isso é verdade?” “Não, não é”. “Então, desmente”. “Não, não posso. Eu tenho ordem para não desmentir. Só vou desmentir se ligarem para cá”. E vou mostrar isso. E tenho também uma gravação que eu fiz com o Ministério Público Federal, dizendo que, se eu não passar para o lado deles, vou entrar bem, mesmo. Então, eu vou demonstrar isso hoje. E mais uma outra coisa: eu vou demonstrar também uma ação de improbidade administrativa, o que diz essa ação e o destino que, parece, foi tomado. Acho interessante, porque de uma coisa eu posso me orgulhar: se, hoje, a Santa Casa e o Pedro Sanches têm uma qualidade melhor para o pessoal de Poços de Caldas, e isso eles nunca vão enxergar, foi porque eu denunciei. Então, a Vigilância Sanitária, tudo o que aconteceu de melhoria foi porque eu denunciei, porque, se dependesse deles, se dependesse dos controladores da saúde do Município, eles estariam sendo negligenciados até hoje. Então, se há alguma melhoria de qualidade, essa melhoria foi conseguida porque eu denunciei. Posso exibir? *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pediria à Secretaria da Comissão que auxiliasse aqui. Solicito apoio da comissão de som, o microfone auxiliar aqui. *(Pausa.)* O.k.

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Bom, o que vou demonstrar agora é como meu assunto foi tratado desde o começo por este nobre ex-Deputado. Então, ele vai analisar o contexto de tudo o que aconteceu. Só lembrando, 4 médicos estão respondendo por homicídio.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Sobre a Central de Transplantes clandestina, que foi confirmado aqui, inclusive pelo Célio Jacinto, que disse aqui que era uma central clandestina, e é um ponto importante que também queria destacar. Veja a seriedade da coisa. Uma pessoa abre uma porta sem CGC, sem registro na Junta Comercial e diz que aquilo é uma central, passa a fazer transplante, passa a receber do SUS, passa a coordenar uma equipe credenciada pelo Ministério da



Saúde, e é clandestina, não tem nada oficializado. Então, como é que o Ministério da Saúde consegue pagar uma entidade que sequer tem um CGC, sequer tem um registro para isso? Então, agora, vamos ouvir o que ele tem a dizer sobre a central.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - É irrelevante. O registro oficial no Ministério da Saúde de uma central é irrelevante. E vamos fazer o que com o Álvaro? Vamos fazer o quê? Vamos deixar ele continuar fazendo o que ele quer. Qual o problema? Qual a diferença? O envolvimento pessoal do ex-Deputado.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Nada, só um homicídio, um estelionato, uma concussão, dos que sei, sem contar o que vou mostrar, mais à frente um pouco, sobre Vigilância Sanitária, as condições que se encontravam os hospitais quando foram periciados pela Vigilância. Bom, aí entra aquela questão da morte no Pedro Sanches.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Ótimo, ele saiu, então, do Pedro Sanches sem a constatação da morte cerebral e foi direto com uma arteriografia à Santa Casa. Cadê a anestesia? Como ele pode, o Jefferson, afirmar aqui que o meu filho estava morto antes da angiografia? É um absurdo. Então, se meu filho foi submetido a uma arteriografia sem anestesia, ele foi torturado. Então, essa é a verdade. Até confirmado por ele, não fui eu que... não sou eu quem está falando, não.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Nós ouvimos aqui, nos últimos depoimentos, questionarem o Delegado Célio Jacinto por me ter entregue informações sobre o processo do meu filho. Tenho um documento onde meu advogado foi à Delegacia, solicitou uma cópia do inquérito e trouxe para mim esse inquérito em que pude olhar. Queria saber qual é o documento que esse senhor aqui teve acesso ao prontuário do meu filho que estava sob sigilo de Justiça. Então, ele pode ter acesso aos documentos e, ao mesmo tempo, o Delegado ser acusado de ter passado informações para mim que não deveria, quando eu sou o pai do garoto que foi assassinado. Então, ele pode ter acesso, eu não posso. É muito fácil a gente apurar um crime assim. Escondem as informações, não deixam ninguém ver, a



imprensa não fala, ninguém quer saber. Então, é simples demais. Sobre o Penido Burnier.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - *“Sem qualquer anormalidade”*. Só o Penido Burnier não tinha credenciamento, os médicos que fizeram o implante não tinham credenciamento. E o mais interessante: o Delegado que esteve aqui, Célio Jacinto, mandou precatórias para interrogar as mães dos garotos que receberam as córneas que deixaram claro que pagaram um cheque para uma instituição de caridade pelas córneas. Por que ele não deu prosseguimento e não mandou as precatórias para investigar o Penido Burnier? Por que ele não deu prosseguimento, ele não mandou precatórias para interrogar os médicos do Penido Burnier? Por que parou por aí? Simples: porque ele ia chegar aonde todo mundo nunca quer chegar, que é ao tráfico de órgãos, é à venda dos órgãos. Então, é um hospital, mais uma vez, sem credenciamento, com médicos sem credenciamento que aceitam doações em troca de uma córnea. Isso é venda; isso é tráfico. E o Ministério da Saúde também não toma providência nenhuma, pelo contrário, em 2002, credenciou os hospitais como se fosse tudo corretamente perfeito. Uma contradição do Mosconi, que ele disse que era feriado. Tem aqui o plantão. Esse é o livro que foi colhido no MG Transplante do dia 21, e isso tem inclusive já na CPI, que eu já anexei, e diz que procuraram pelo Álvaro duas vezes, mas não conseguiram uma resposta. Então, tinha gente, sim, ele não quis é entregar a córnea. No dia que aconteceu o acidente com o meu filho, tinham 681 pessoas esperando uma córnea em Minas Gerais — 681 pessoas foram passadas para trás nesse dia. *(Pausa.)* Como a gente faz, então, para abafar uma denúncia que não tem como você rebater?

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Mordaça, é isso. Aquele que denuncia tem que ser calado, porque eles não conseguem comprovar o contrário. Então, para que abafem tudo, é isso que eles fazem. Você não pode denunciar na imprensa. Agora nós ouvimos eles dizendo o seguinte: a Polícia, o Ministério Público, todos os órgãos e autoridades entenderam o que eu disse. Então, eu enganei todo mundo. Eu sou um cara muito bom. Eu, como maluco que eles dizem que eu sou, tenho muito mais competência do que eles como bandido. Essa é a diferença. Para quem não conhece a lei de transplante....



*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Bom, este aqui é um documento que foi publicado no *Jornal Brasileiro de Transplantes*, pela ABTO e trata de um estudo, em que aparece a equipe de transplante falando da forma como foi implantada a captação de órgãos no sul de Minas Gerais. E essa equipe é composta por Álvaro Ianhez, Cláudio Rogério Carneiro Fernandes, Carlos Eduardo Venturelli Mosconi, Saulo Zenun, Maria Bertozzi, João Goes Brandão, Sérgio Vargas e Celso Scafi. Então, quando ele faz essa defesa toda, ele não está defendendo um amigo, um colega, ele está defendendo o próprio Centro de Transplantes clandestino que ele tem, que ele ajudou a criar. Então, eu faço questão de deixar isso com a CPI. *(Pausa.)* Outro detalhe importante: esse rapaz que deu entrevista como Presidente da Pró-Rim, ele é transplantado sim. Quem fez o transplante foi o próprio Mosconi. A Pró-Rim, que ele assumiu a Presidência, está aí a placa, funciona dentro da Central de Transplantes. Então, são funções absurdamente incompatíveis. Como é que você pode ter uma fila de renais crônicos fazendo a sua organização dentro de uma central? Então, é totalmente incoerente, é totalmente incompatível, imoral, ilegal. Com é que funcionavam os pagamentos dos transplantes?

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Bom, eu descobri na época, investigando, que Belo Horizonte recebia menos dinheiro e fazia mais transplantes do que Poços de Caldas. Isso está nos inquéritos, isso está no processo, mas não foi levado adiante. Não sei por que em determinado momento se para de investigar, se para de ir atrás dos dados e fica por isso mesmo. Então, Mosconi disse que o problema é na FIDEPS, é um recurso que era utilizado para pagar os transplantes, para as universidades escolas. Eu fui atrás, e isso não é verdade. Pode pegar a legislação sobre FIDEPS que vão ver que na época não existia isso. Já o Secretário de Saúde do Prefeito Geraldo Tadeu já tem uma outra versão diferente.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Seis mil reais cada ampola para fazer conservação dos órgãos. ,Então eu fui ver essa tabela que ele disse, está aí. É a Portaria nº 3.410, o valor desse líquido é 35 reais o litro. É um pouco diferente só. Agora, eu quero que prestem atenção nisso, eu vou expor ele um pouco, não é por



maldade, mas eu quero que entendam o que ele vai falar no final dessa brincadeira que vai acontecer agora.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - “Essa denúncia, eu quero que fique sem provas.” Então, a minha tem provas, está certo? Ele mesmo caiu, quando foi fazer uma brincadeira e acabou se entregando. Em relação à impunidade agora, vamos ouvir a diretora clínica do hospital dizendo que o Ministério Público e Polícia Federal já tinham feito um acordo para que tudo fosse esquecido. Ou seja, ela disse que eles não encontraram nada, absolutamente nada. Só que depois disso eu bati tanto, que eu acabei conseguindo a denúncia que conhecemos hoje.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Todas as esferas. Então, eles já tinham feito um acordo com o Ministério Público para abafar, para acabar com essa história toda. Então, eu liguei no Ministério da Saúde e exigi do Ministério da Saúde uma retratação, para saber por que a informação que eu tinha era outra bem diferente. E a resposta que eu tive da Assessoria de imprensa, é essa que a gente vai ver.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Então, o Ministério da Saúde tomou a seguinte posição: não faça nenhuma nota na imprensa dizendo que é mentira. Se ligarem para cá você desmente. Senão, fica como está e fica tudo certo. Direito é dinâmico. Isso eu aprendi agora com o delegado da Polícia Federal, Célio Jacinto. Direito é dinâmico. Eu posso ter a visão de um fato, você pode outra, o Deputado Pastor Pedro Ribeiro pode ter outra. Só que nós estamos falando de documentos, são provas, provas documentais, provais materiais. Isso não se faz análise dessa forma. Eu posso ter ou posso não ter. São fatos, são leis. Então, quando ele deixa de tomar uma série de atitudes, dizendo que o direito é dinâmico e que cada um pensa como acha melhor, como deve, penso que não vale a pena mais nada. Porque como é que eu vou ter uma lei que se enquadra para uma, não se enquadra para a outra? Ou seja, o cara que comete um homicídio, mata uma criança de 10 anos, ele vai continuar trabalhando normalmente, sem problema nenhum. O cara que denuncia vai ser processado por injúria, calúnia e difamação. É uma inversão total de valores. Então, acaba qualquer esperança de você acreditar que este País qualquer dia seja alguma coisa séria.



*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Essa é a Procuradora Federal da República. Eu fui lá conversar com ela pessoalmente e disse o seguinte: escuta, o que está acontecendo? Por que estão me processando? E os médicos? O que estou falando, na verdade, então vamos ver o que ela disse, ela não sabe que eu gravei essa conversa.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Então é isso. Coincidentemente, ela falou tudo que vem sendo falado nesta CPI, que é o seguinte: eu sou maluco e a responsabilidade toda disso é minha. Isso ela disse para mim em 2002, muito antes de sair a denúncia. Então, no primeiro depoimento que fiz na CPI, enquanto eu fazia meu depoimento, um oficial de Justiça estava na minha casa, mandado pelo Ministério Público Federal, solicitando pedido de exame de sanidade mental. Então, esse tipo de pressão é ridículo, esse tipo de pressão é absurdo, e eu gravei ela dizendo isso: ou você passa para o nosso lado ou você vai se dar mal. Então, a questão toda é que o Ministério Público Federal... E não há processo que vá calar minha boca. É corrupto o Federal de Minas Gerais, é corrupto e se entregou a essa história e eu não sei qual é o motivo, pode ser por dinheiro, pode ser por omissão, pode ser por cargo público e pouco me interessa qual é o motivo. O fato é que ele se entregou, deixou de denunciar. Então vejam, o direito dinâmico, nós vimos ela dizendo aqui isso: olha, o homicídio é um crime bem maior, sem dúvida nenhuma, mas você xingou, você vai ter que pagar pelo que você fez. O Ministério Público, com as ações que eles abriram contra mim, criaram uma situação interessante. Eu não posso mais fazer denúncia, porque eles falam: eu estou de processando, eu não posso pegar tua denúncia. Então, eles conseguiram me bloquear o direito de cidadão de fazer denúncia. Então, quando se bloqueia o direito de um cidadão, qual é a opção que ele tem? Ou ele grita, ou ele xinga, ou ele chama a atenção, ou então ele vai preso. E é isso que está acontecendo hoje. Eu usei, sim, não me arrependo de nenhuma palavra que disse até hoje, xinguei e acuso de novo de corrupto, porque está aí a prova.

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Esse é o Procurador Geral da República, Geraldo Brindeiro, na época em que aconteceu o caso. O único que tinha razão era





o pai. Eu trouxe esse quadro só para exemplificar aquela questão da morte, que ficou... Eles conseguiram confundir todo mundo, mas a realidade é bem simples. Primeiro, no hospital, o Paulinho não teve a morte diagnosticada, não foi comprovada essa morte. Ele foi transferido no dia 21 para a Santa Casa vivo, e lá foi feita uma arteriografia sem anestesia, sem condição nenhuma. Ali, levaram ele a óbito. Nesse procedimento todo, está descrito na denúncia que José Luiz Gomes da Silva chegou a estourar a artéria carótida do Paulinho para ver se a pressão dele caía. Eles descrevem todo um verdadeiro terrorismo que praticaram contra uma criança de 10 anos. Como eu, ele resistiu até o final, ele não deixou afundar. Eles não conseguiram matar o meu filho e tiveram que tirar os órgãos com ele vivo. Por isso, a anestesia geral e, por isso, a documentação do “*sem morte encefálica*”. Por quê? Porque ele saiu do Pedro Sanches vivo e chegou à Santa Casa vivo. Então, eles podem alegar o que eles quiserem, mas eles escreveram de próprio punho. Isso aqui é uma coisa interessante. Eu tenho sido acusado aqui, nesta Casa, por um Deputado que diz que eu sou maluco, que diz que eu ameaço o Greenhalgh, que eu ameaço o Presidente da Comissão, o Secretário de Direitos Humanos, mas ele não apresenta isso que eu estou apresentando, ele não põe provas na tela assim, ele não põe provas na mesa, como eu tenho aqui. Falar é fácil. Eu não conhecia o teor do discurso, do primeiro discurso que teve no dia 1º de abril. Eu vim depor no dia 29, eu não sabia ainda do discurso que havia sido realizado por esse Deputado, onde ele diz que eu estava sendo procurado inclusive pela Corregedoria, pelo Ministério Público, por Polícia Federal. Olha, eu tenho endereço fixo, todo mundo sabe onde eu moro, é só me procurar, eu estou em casa. Não tem problema nenhum. Responder processo em Poços de Caldas eu não vou porque eu estou ameaçado pela Polícia Civil — aliás, eu trouxe mais um material interessante. Então, eu não vou responder processo lá, eu tenho esse direito. A gente responde o processo no local onde cometeu o crime. Então, se xingar o cara de corrupto é crime, eu xinguei em São Bernardo do Campo e vou responder lá. Se eles querem me condenar à revelia em Minas, que façam, mas eu não vou para lá responder processo. Então, ele falou uma série de coisas, até hoje não provou nada, vem provocando uma série de confusões nos debates da CPI, e está aí o motivo. Não é porque ele tem interesse, porque ele tem dó dos coitados dos renais. Não é nada disso, não. É que, com as minhas denúncias, nós descobrimos uma verdadeira



bandalheira na saúde daquela cidade. Aquilo merecia ser até interditado. Eu estou até... Eu trouxe isso daqui para a gente poder ver o que se diz: O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, através dos integrantes da Promotoria da Justiça de Defesa dos Direitos do Cidadão de Poços de Caldas denunciou ao Juiz da comarca, através de uma ação por improbidade administrativa, qualquer ação ou omissão que viole os direitos de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, o Secretário de Saúde Orlando Humberto Ribeiro Gracioso, o ex-Secretário de Saúde, Azer Elias Junqueira Zenun, José Júlio Balducci — que é aquele rapaz que compra ampola de 6 mil reais que custa 35 o litro —, assim como o ex-Prefeito Geraldo Thadeu. De acordo com a Promotoria, as péssimas condições sanitárias do Hospital Pedro Sanches e da Santa Casa, quando das inspeções realizadas pela ANVISA e VISA, demonstram que a declaração feita pelos acusados é uma falácia e não representa a verdade. O objetivo dos aludidos ex-Prefeito e ex-Secretário de Saúde era receber os dividendos da gestão plena, isto é, as importâncias depositadas pelo Ministério da Saúde no Fundo Municipal e utilizadas politicamente, como afirmara o atual Prefeito de Poços de Caldas, Paulo Tadeu — que é do PT hoje. Porém, tinham plena consciência de que não poderiam cumprir a obrigação legal de executar os serviços de vigilância sanitária. Como se não bastasse, Geraldo Thadeu integrava o Conselho Administrativo da Santa Casa como membro da Irmandade, como assim é chamada a Santa Casa, e Prefeito Municipal. Ele não poderia contratar os serviços de saúde do hospital. Tal comportamento representa um atentado contra o princípio da moralidade administrativa e da honestidade, porquanto, em última análise, o gestor municipal beneficiou uma entidade da qual fazia parte do seu corpo administrativo, frisou a promotoria. Portanto, Geraldo Thadeu e Júlio Balducci violaram os princípios da legalidade, eficiência, honestidade e da moralidade; Orlando Gracioso e Azer Zenun praticaram ato de improbidade por omissão — deixaram de praticar ato de ofício imposto por lei — e Geraldo Thadeu praticou ato de improbidade por ação — inserir declaração falsa em documento público e contratar os serviços de saúde de entidade da qual fazia parte. Por fim, Júlio Balducci praticou ato de improbidade por omissão e ação, ressaltaram os promotores. O ex-Prefeito Geraldo Thadeu e o ex-Secretário Júlio Balducci foram denunciados pelo Ministério Público de Minas Gerais, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão de Poços Caldas; Renato Maia, Sidnei



Boccia e Fabrício José da Fonseca por falsidade ideológica. O próprio ex-Prefeito de Poços de Caldas, Geraldo Thadeu, e o ex-Secretário Municipal da Saúde, Júlio Balducci, declararam, num termo de habilitação para pleitear a condição de gestão plena do sistema municipal, que executariam ações de vigilância sanitária. Em razão da declaração dos gestores municipais de saúde, o pleito foi aprovado e o Município adquiriu a gestão plena. Só que essa gestão plena, não conseguiram que ela fosse realizada. As irregularidades apresentadas pela Santa Casa não surgiram somente em 2001 ou após as inspeções realizadas, como afirmam os gestores de saúde e os administradores do hospital, mas há provas de que existiam pelo menos desde 97. Bom, então, isso daqui é para demonstrar o seguinte: eu, quando falo, trago provas. Isso saiu no jornal, eu tenho essa denúncia, cópia dela, posso entregar para a CPI. E ele disse aqui que isso tudo já foi esquecido, que isso tudo já foi arquivado, que o Ministério Público, inclusive, publicou uma página inteira dizendo que foi um engano terrível. Tudo isso que eu li foi um engano, um engano terrível, tá certo? Só que eu não vi esse jornal até hoje. Fui atrás e não achei a cópia. Então, eu, quando falo, provo. Não jogo palavras no ar à toa, não. Essa aí é a forma — é uma coisa interessante —, como eram feitos os desvios de dinheiro da Santa Casa. A Santa Casa tinha em esquema em que eles emprestavam dinheiro. A Santa Casa autorizava funcionários a pegarem dinheiro emprestado, esse dinheiro era repassado para a Santa Casa, a Santa Casa pagava o dinheiro para o funcionário, como pagando um empréstimo, e embutia juros ali, que ficavam para o pessoal do hospital. Então, esse José Martinho Prado Luz, diretor, provedor da Santa Casa, e esse diretor administrativo, Carlos Henrique Marcondes, os dois faziam esse processamento de pegar dinheiro emprestado em nome de funcionário, em conjunto. Então, esse daqui, olha, é um empréstimo que foi feito à funcionária Maria Fátima da Silva. Esse empréstimo foi feito no banco UNICRED e foi no valor de 21 mil reais. Depois, Maria José Daré fez um outro empréstimo, no mesmo dia — tudo isso autorizado pelos administradores da Santa Casa —, de 27 mil reais. Um outro empréstimo, feito por Eliamara Santiago. Esses documentos que estou mostrando quem me deu foi um médico, porque eles pensam que, entre eles, eles estão muito bem fechados e, na verdade, eles não sabem o quanto tem médico passando informação para mim. Então, mais 27 mil, e assim vai. Isso daqui foi tudo entregue para a Polícia Federal, em mãos, ao Delegado Célio Jacinto, mas parece que ele...



acho que perdeu. Isso não foi investigado. Aqui os valores já começam a ser maiores, 50 mil reais cada empréstimo. Reparem que essas funcionárias nem tinham pago ainda o primeiro empréstimo e já estavam fazendo outro. Eliamara Santiago, Zilda de Cássia, Maria José Daré.

Acontece que tem o seguinte, essa aqui é uma autorização de débito: *“Autorizamos a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e demais Profissionais de Saúde — UNICRED a debitar de nossa conta corrente os valores relativos às parcelas das operações de empréstimos concedidos a nossos funcionários, nessa data, com o nosso aval”*. Então, através de um documento registrado em cartório, inclusive, era autorizado esse débito, que é ilegal. Está aí a autorização com a assinatura deles. Essas aqui são cópias de cheques e depósitos onde essa operação era realizada. Em 96, eu já achei informações sobre isso. Vinte mil reais é o funcionário depositando na conta da Santa Casa. Vejam bem que legal. Ele trabalha o mês inteiro, chega no fim do mês, deposita 20 mil reais na conta da Santa Casa, 10 mil, 30 mil. Esses são os comprovantes de depósitos. Foram vários. São duplicatas. Acontece o seguinte: eu preciso parar para explicar outra coisa. Neste momento, no meio desse bolo todo das denúncias que eu fiz, esse cidadão que fazia essa emissão de cheque, esses depósitos, ele foi encontrado com um tiro no céu da boca. Até eu falei aqui, no meu primeiro depoimento, que raspam a mão dele. Então, foi duvidado isso. Ninguém acreditava. Eu trouxe inquérito com as fotos da mão dele raspada. Bom, um mês depois que ele morreu, que foi encontrado suicidado. A polícia conseguiu chegar a essa conclusão brilhante: ele foi suicidado com 3 tiros. Então, o que fez o parceiro dele? Foi lá e quitou a dívida dele, um mês depois da morte. Então, tem o documento de quitação da dívida aí. Maria José Daré foi indiciada pela Polícia Federal por estelionato e concussão junto com o Álvaro. Ela pegou um avião e foi para a Itália, e ninguém sabe como. Ela simplesmente se mudou de País e foi embora. Depois disso, a informação que eu tive é que ela teria ido da Itália para os Estados Unidos e, atualmente, ela está no Brasil de novo. Esse processo, quando foi para fazer a denúncia, essa Maria José saiu da denúncia e não se explica o porquê. Então, existe lá um indiciamento, mas na hora de fazer a denúncia... eu acho que eu tenho até uma cópia aqui para mostrar. Está aí. Esse aí é o Processo 201.238. Acho que não está muito nítido para a gente ver no telão, mas é estelionato. E no próximo quadro, percebe-se que no dia 20/01/2003 foi



recebida denúncia contra Álvaro Ianhez, mas foi arquivado, foi arquivamento determinado contra Maria José Daré. Enquanto ela fugia do País, eles arquivavam o processo. Eles quem? Ministério Público. Bom, aí vem uma coisa interessante: aquele senhor que fazia essas negociações com o Carlos Henrique, que foi suicidado, faz um acordo com o Ministério Público para devolver 417 mil reais, que ele afirma que realmente desviou, desde que ele não fosse processado. O Ministério Público, então, faz esse acordo. Inclusive, eu quero passar aqui para a CPI os termos do acordo oficial publicado no site do Ministério Público. Então, o Ministério Público abriu um precedente: você me devolve um pedaço do que você levou e eu não te processo. Bom, logo depois, o Sindicato da Saúde de Poços de Caldas que, por sinal, funciona no mesmo andar que a central de transplantes clandestina, trocou de presidente. Quem assumiu a Presidência foi Eliamara Santiago e a sua vice era Vanessa Bueno da Silva. Ela substituiu, na verdade, Zilda de Cássia Diniz e Maria de Fátima Silva. Todas elas tinham empréstimos no nome delas. Todas elas tinham esses empréstimos, e elas foram, depois de tudo isso que eu denunciei, elas ainda foram agraciadas com prêmio. O prêmio foi entregue pessoalmente — placas de prata — pelo Carlos Mosconi e Geraldo Thadeu, em mãos, pelos excelentes serviços executados por elas todas. Não se apurou nada. Não se tomou nenhuma providência. Uma pessoa foi assassinada e não suicidada. As pessoas que ajudavam essa pessoa a desviar dinheiro estão assumindo a presidência do sindicato e sendo premiadas. Agora, o direito é dinâmico. Eu posso entender diferente, como, por exemplo, não foi assassinato, foi um suicídio com 3 tiros. Então, é essa a questão fundamental. Agora, eu não consigo, honestamente, conviver com esse tipo de coisa. *(Pausa.)*

*(É apresentada a seguinte gravação: “Nós fizemos lá no Conselho, todos os Conselhos de Medicina, fizemos um levantamento: não chega a 2% os médicos que se colocam nas suas carteiras do Conselho como doador — médicos. Os médicos não colocam” .)*

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Esse é o Presidente do Conselho Federal de Medicina. Então, o Presidente do Conselho Federal de Medicina, numa reunião que teve em 2000 sobre neurologia em transplante, ele cita que menos de 2% da classe médica colocou nas suas carteiras que eram doadores. Essa foto eu fiz questão de deixar — é para impressionar mesmo — , porque essa foto quem fez fui



eu, tá? Essa é a foto do meu filho. Essa é a última imagem que eu guardo dele. E eles queriam que eu fizesse o quê? Que eu ficasse quieto? Que eu escondesse tudo isso? Que eu não falasse nada? Que eu não xingasse? Que eu não me descabelasse? Que eu não pensasse em suicídio? É isso que eles querem? Então, eu queria que eles tirassem uma foto dessa de um filho deles para eles verem o que eu sinto hoje e se não vale a pena lutar por isso. *(Pausa.)* É o que eu queria trazer hoje para cá. Vou entregar, Presidente. Essa é a cópia dos documentos que eu apresentei aí, os cheques — está o.k.? Por favor. Eu queria anexar também uma cópia do inquérito onde tem fotos do administrador, com a mão raspada. Tem, inclusive, um laudo que diz que foi invalidado o exame residográfico para que eles não pudessem ser detectados. Essa é uma outra notícia que eu também quero trazer, embora eu já tenha enviado pra CPI por *e-mail*. É que a Polícia Civil de Poços de Caldas, em 1992... Saiu uma notícia no *O Estado de S.Paulo* que dizia o seguinte: Belo Horizonte... A Polícia Civil de Poços de Caldas, no sul de Minas, abriu inquérito para apurar denúncia sobre uma possível conexão internacional de tráfico de bebês. Até agora foram presas 5 mulheres, entre elas Rosimere Ferreira, de 23 anos, mãe de uma criança, do sexo feminino, nascida ontem, dia 17, e que seria enviada ao exterior. Rosimere, de acordo com a denúncia feita à Polícia Militar por uma irmã dela, Raquel Aparecida Ferreira Costa, teria gerado o bebê em troca de 800 mil, dos quais já teria recebido adiantamento de 100 mil reais — na época, era cruzeiro. Rosimere continua internada na Santa Casa de Poços de Caldas sob escolta policial. A partir da denúncia, policiais da Companhia de Poços de Caldas foram ontem à Santa Casa, onde Rosimere deu à luz ao meio-dia e meia. Segundo o tenente Alexandre Felizardo Ribeiro, com a chegada dos policiais ao hospital, Maria Felícia Teixeira Nogueira, de 41, que seria a adotante da criança, confessou o plano de enviar o recém-nascido ao exterior, sem especificar a que país. Além dela foram presas Raquel Ambrósio, de 55 anos, que seria intermediária do tráfico, Gláucia Ambrósio e Benedita Teixeira, e o inquérito está sendo presidido pelo Delegado Lacy de Souza Moreira. O Lacy de Souza Moreira é o delegado que fez aquele acordo para não fazer a necropsia, está o.k.? No dia seguinte... Isso tudo que saiu nesse dia, dia 18 de julho de 92, foi uma informação passada pela Polícia Militar; agora, nós vamos falar de Polícia Civil, que assumiu o caso, que é esse delegado. *“O delegado de Poços de Caldas, no sul de Minas, Lacy de Souza*





Moreira, acredita que a Polícia Militar da cidade agiu com precipitação ao caracterizar um aparente processo de adoção como tráfico de bebê para o exterior. O delegado, porém, começa a ouvir amanhã os depoimentos de Raquel Ambrósio, Gláucia Ambrósio, Benedita Teixeira e Maria Felícia Teixeira Nogueira, acusadas pela Polícia Militar de estar envolvidas com a adoção de uma menina recém-nascida, filha de Rosimere Ferreira, de 23 anos, que, conforme denúncia, teria gerado o bebê pela quantia de 800 mil cruzeiros". Palavras do delegado. "A princípio, o que houve foi a recusa da mãe em entregar a criança para a adoção a Maria Felícia Teixeira Nogueira", disse o delegado que presidia o inquérito. O processo de adoção, segundo ele, estava tramitando normalmente no Juizado de Menores de Poços de Caldas, mas, ao dar à luz ao bebê, no final da semana, Rosimere mudou de idéia e decidiu ficar com a criança. Eu não ouvi falar até hoje em você abrir um processo para a adoção de quem não nasceu ainda. Esse é o primeiro caso que eu vi na minha vida. Eu vou projetar, eu vou abrir uma ação na Justiça, de adoção, para uma criança que vai nascer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Uma adoção de aluguel?

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Uma adoção de aluguel. Quanto aos 100 mil cruzeiros que a mãe teria recebido de adiantamento pela entrega da menina, as informações obtidas até agora pelo delegado são de que a quantia seria para cobrir despesas de pré-natal. A Rosimere é muito pobre. O delegado disse à *Agência Estado*, no entanto, que vai investigar se é verídica a denúncia de que a mãe teria concebido a menina por 800 mil cruzeiros. A informação foi dada à PM por uma irmã de Rosimere. Até agora nós desconhecemos esse fato, observou, acrescentando que Maria Felícia Nogueira, responsável pela adoção, possui residência fixa na cidade paulista de Taubaté e, ao que tudo indica, não tem vínculos com o tráfico internacional de crianças. Ela havia confessado um dia antes. Mas agora não tem mais confissão nenhuma. Bom, nessas minhas pesquisas e procuras, eu achei uma nota publicada por Raquel Ambrósio, que ela era a intermediária, a acusada intermediária de fazer o tráfico. E ela faz aqui um agradecimento emocionante pra cidade de Poços de Caldas no ano de 2000. Ela assina como coordenadora do Grupo de Mães União — Raquel Ambrósio. Eu mandei também pra CPI o endereço dessa moça, Maria Felícia Teixeira, de Taubaté, que é uma coincidência interessante. Nós vimos que no Brasil os principais focos foram Taubaté e Poços de



Caldas. Então, eu vou passar pra CPI. Se for possível e tiver tempo pra investigar... Até porque seria interessante saber por que essa criança iria para o exterior, pra qual finalidade. Vou entregar também uma cópia dessa apresentação que eu fiz pra CPI. Essa cópia aqui eu fiz especialmente pra Assessoria de Imprensa da CPI, porque disseram aqui que ela é eficiente, e eu quero colaborar com isso, pra que ela consiga levar essa informação à frente, como ela tem sempre feito, como a Érica de Poços de Caldas, que foi citada também, também tem sempre feito. Eu fiz questão de fazer uma cópia especial pra deixar com ela. Na hora que você puder, você pode levar. Vou entregar mais algumas coisas. Eu fiz 8 representações contra delegado, contra Ministério Público, e eu não sei, nunca recebi a resposta. Está aqui, olha: tem o carimbo do Ministério Público, o número dos processos. Eu gostaria que a CPI solicitasse a resposta disso porque... Eu não sei por que minhas denúncias nunca têm resposta. Foi citada pelo José Luiz Gomes da Silva uma consulta que foi feita ao CRM sobre a parte de Dormonid. E isso eu vou encerrar, está o.k.? Essa consulta foi feita. Eu vou narrar o que o médico escreveu pra ter a consulta. Pertencço à equipe de transplantes renais da Santa Casa de Poços de Caldas. Em abril de 2000, participei de uma retirada de rins de um doador cadáver, com diagnóstico de morte encefálica, realizada conforme as orientações da Resolução 1.480, e autorização da doação assinada pela família. Atualmente, estou arrolado em inquérito policial, pois a família alega que o diagnóstico de morte encefálica, realizado pelo neurocirurgião assistente e outro médico que acompanhava este caso, foi realizado em vigência de drogas depressoras do sistema nervoso central, no caso Dormonid, realizado por esses médicos 8 horas antes de iniciar o protocolo, sendo neste mesmo tempo suspenso este medicamento e não mais realizado em nenhum momento durante o protocolo. Informo ainda que este protocolo só terminou 26 horas após o seu início, com a confirmação inequívoca de morte encefálica, através de realização de uma arteriografia cerebral em 4 vasos. Foi um procedimento perfeito. Só tem um detalhe. A lei diz bem claramente o seguinte: é necessária a existência de 2 exames que comprovem inequivocadamente a morte encefálica. O Paulinho fez o primeiro exame. Qual o resultado? Estava vivo. Fizeram um segundo exame. Qual o resultado? Estava morto. Cadê o segundo exame que prova que ele estava morto inequivocadamente? Não existe. Eles fizeram o primeiro, deu vivo; o segundo deu morto, e acabou por aí. Então, eles burlaram a lei várias vezes, em várias formas,



em várias maneiras. Então, é obviamente... O Conselho Federal de Medicina respondeu: Bom, se é como você está falando, aí eu não vejo problema nenhum. Lógico que, se está tudo dentro, então... Essa é a consulta que foi feita. E eu encerro aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos o depoimento prestado por Paulo Pavesi.

Os documentos apresentados à Comissão Parlamentar de Inquérito com certeza serão analisados pela Comissão, pelo Relator, na conclusão do relatório. Algumas informações novas sobre o processo nos dão uma noção de todo aquele episódio ali hoje na cidade de Poços de Caldas.

Nós agradecemos o depoimento prestado e vamos declarar encerrado neste momento o depoimento.

Vamos ainda deliberar 2 requerimentos e votar a ata da 28ª reunião.

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Sr. Presidente, só mais uma coisa: é uma pena que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Desculpe-me, já está encerrado, já declarei encerrado, depois a gente conversa extra-oficialmente.

**O SR. PAULO AIRTON PAVESI** - Desculpe. O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída a cópia da 28ª reunião. Assim, indago se há necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dispensada a leitura da ata.

Coloco a ata em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada.

Passemos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.



Item 1. Requerimento nº 62/04, do Sr. Geraldo Thadeu, que solicita seja convocado o Exmo. Sr. Israel Elias de Paula, Presidente da Associação dos Renais Crônicos de Poços de Caldas, no intuito de prestar depoimento como testemunha.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a presidência ao Deputado Pastor Pedro Ribeiro, tendo em vista que o próximo requerimento é de autoria do Deputado Presidente, para que possa conduzir o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pastor Pedro Ribeiro) - Temos ainda para apreciar o item 2. Requerimento nº 63/04, do Deputado Neucimar Fraga, que solicita a convocação do Dr. Elias David Neto, denunciado pelo jornalista Athayde Patrese, em audiência desta Comissão na cidade de São Paulo, de oferecer um rim humano para transplante pelo valor aproximado de 50 mil dólares.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Neucimar Fraga, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - Sr. Presidente, o requerimento apresentado visa apenas atender esta Comissão, pelo fato de o Sr. Elias David Neto ter sido denunciado pelo depoente Athayde Patrese, em depoimento prestado na Assembléia Legislativa de São Paulo. Para o bom andamento desta Comissão, solicito a convocação do mesmo, para que possa prestar esclarecimento nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pastor Pedro Ribeiro) - Ouvida a alegação do autor do requerimento, colocamos o requerimento em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença a todos.

Declaro encerrada a sessão de depoimento desta Comissão.

Deus abençoe a todos.

